



RAI 2021

Relatório Anual de Informações
Resumido

Sumário

Mensagem da Diretoria	3
Postalís 40 anos	5
Patrocinador	5
Diretoria	6
O Postalís.....	7
Normativos.....	9
Governança Corporativa	10
Gestão em 2021.....	10
Estrutura organizacional	12
Órgãos Estatutários.....	13
Comitês em funcionamento	14
Código de Ética e Programa de Integridade.....	14
Políticas e Normas Corporativas.....	15
Relações Institucionais.....	16
Gestão Estratégica	17
Gestão de Pessoas	17
Tecnologia e Inovação.....	18
Comunicação	20
Relacionamento com o Participante.....	23
Jurídica	24
Investimentos	25
Empréstimo e Financiamento.....	26
Gestão de Risco	26
Administração.....	28
Responsabilidade Socioambiental.....	32
Notas Explicativas	34
1. Informações gerais.....	34
2. Planos Administrados.....	35
3. Apresentação das Demonstrações Contábeis	41

4. Principais Práticas Contábeis	43
5. Ativos em Investição.....	53
6. BNY Mellon	54
7. Instrução Previc Nº 31, de 20 de janeiro de 2021	57
8. Composição das Contas Patrimoniais	58
9. Alocação por Segmento e Análise de Sensibilidade.....	73
10. Desenquadramento Passivo	74
11. Exigível Operacional	75
12. Exigível Contingencial (provável)	75
13. Passivos e Ativos Contingentes.....	77
14. Provisões Matemáticas	80
15. Fundos	83
16. Mutação do Patrimônio Social.....	84
17. Transação entre Partes Relacionadas	84
18. Gestão Administrativa.....	85
19. Ajustes de Consolidação.....	87
20. Fatos Relevantes	88
21. Eventos Subsequentes	89
Parecer Atuarial.....	91
Relatório do Auditor Independente	92
Parecer dos Conselhos.....	93
Parecer do Conselho Deliberativo	94
Expediente	95

Mensagem da Diretoria

O ano que passou ficou marcado pela quebra de expectativas. No início de 2021, as esperanças da sociedade eram de que este seria um ano mais estável com relação à pandemia da Covid-19. No entanto, houve o agravamento da situação sanitária, que provocou reflexos nos mercados financeiros e adiou o retorno à normalidade. Assim mesmo, o Postalís manteve todos os seus serviços funcionando e os pagamentos em dia com nossa equipe operando em trabalho remoto.

Mesmo com o cenário adverso, seguimos enfrentando os desafios com transparência e diálogo com nossos participantes, assistidos e patrocinador. A principal questão relativa ao Instituto foi encaminhada: depois de meses de debates com as associações representativas de participantes e assistidos e com os Correios, o Postalís apresentou uma solução para o déficit causado em gestões passadas do Plano de Benefício Definido – PBD (o mais longo da previdência complementar no Brasil). A solução permitirá a volta ao equilíbrio, preservando ao máximo a renda dos participantes. Agora, aguardamos a aprovação nas instâncias de fora do Instituto para a entrada em vigor. É importante ressaltar que, enquanto o déficit não for equacionado, ele continuará aumentando.

Em 2021, foram pagos pelo Postalís R\$ 1,17 bilhão em benefícios, número superior ao R\$ 1,03 bilhão arrecadado com as contribuições de participantes e do patrocinador, contribuindo para o déficit acumulado de R\$ 7,79 bilhões no Plano BD em 2021. Já o plano Postalprev registrou superávit acumulado de R\$ 5,5 milhões. Na área administrativa, fizemos várias reformas que resultaram numa melhoria de gestão e melhor relação custo-benefício: entre os fundos de pensão, o Postalís tem um dos menores custos anuais por participante (R\$ 512,58/per capita), o que demonstra nossa eficiência administrativa e operacional.

Os investimentos foram fortemente afetados pelo cenário da pandemia e questões internas da economia brasileira. A rentabilidade média dos nossos investimentos foi de 8,5% em 2021, acima da média do mercado, de 7,38%, conforme levantamento da consultoria Aditus. No entanto, mesmo com um bom desempenho frente ao cenário econômico desfavorável, o Postalís, assim como 75% das entidades de previdência complementar fechada, não atingiu as metas atuariais, que foram impactadas pela elevada inflação e juros reais negativos.

Em outra frente, apenas em 2021, foram recuperados R\$ 441 milhões relativos a investimentos mal sucedidos de gestões passadas. Desde o início desta gestão, o Postalís já acumula R\$ 635 milhões em valores recuperados e estamos trabalhando para obter o máximo possível.

Realizamos uma seleção de gestores para a carteira do Postalís e o interesse das principais entidades financeiras do país demonstrou a volta da confiança do mercado financeiro na seriedade do Instituto. Foram renomadas empresas que atuam no Brasil e no exterior.

Como aperfeiçoamento da estrutura de investimentos, passaremos a contar com uma equipe própria para aplicar uma parcela dos nossos recursos em renda variável. Estes avanços geraram o reconhecimento do Postalís entre as “15 instituições que estão na vanguarda da seleção de fundos no Brasil.”

O volume e a quantidade de empréstimos concedidos em 2021, que beneficiaram uma grande quantidade de famílias, em especial, na pandemia, também são motivo de orgulho. Em 2021, foram concedidos em empréstimos R\$ 463 milhões, sendo que R\$ 204 milhões em valores líquidos, efetivamente disponibilizados aos contratantes. Esses valores foram concedidos por meio de 28,6 mil contratos, sendo que 7,9 mil deles são contratos novos e o restante contratos reformados ou renegociados.

A criação de uma gerência dedicada ao relacionamento com participantes foi outra importante melhoria que traduz a conduta que desejamos ter: prestar serviços eficientes e ágeis, com empatia. Esta e outras medidas tomadas ao longo do último ano permitiram a redução de 43% no tempo médio de espera nas chamadas telefônicas recebidas por nossa Central de Atendimentos 0800 e um salto de 31% no número de atendimentos diários. O autoatendimento já responde por mais de 6 mil demandas.

Lançamos o aplicativo Postalís para que participantes e assistidos tenham acesso a consultas e solicitações via celular, sem sair de casa. Nossas LIVES via internet reuniram 3 mil espectadores ao vivo e a partir de 2022 se tornarão mais frequentes. A nota máxima de satisfação com o atendimento, concedida por 95% dos participantes que responderam à nossa pesquisa na fila da Central de Atendimento não nos acomoda.

A quantidade de concessões de aposentadoria e pagamentos de resgate e portabilidade (quantidade total) em atendimento ao PDI dos Correios e o processo normal de concessão, assim como o cadastramento de mais de 6 mil pensionistas para regularizar e manter os pagamentos sem fraudes demandaram grande esforço com a obtenção de excelentes resultados. No plano BD foram 5.123 concessões totalizando R\$ 54.145.052,38 em pagamentos. Já no plano Postalprev foram 6.041 concessões totalizando R\$ 55.525.701,57.

Para internalizar e fortalecer a cultura da ética no Instituto, realizamos a 2ª Semana de Ética e Integridade, evento destinado aos colaboradores. A ação é fundamental para que nossa equipe e nossas normas mantenham o Postalís dentro dos mais altos padrões éticos, agora e no futuro.

A aprovação sem ressalvas das nossas demonstrações contábeis por todos os órgãos técnicos, auditorias, comitês e Conselhos Fiscal e Deliberativo comprovam a confiabilidade e a transparência nas informações fidedignas prestadas, mesmo quando os resultados não alcançam as metas estabelecidas. Isso significa seriedade e compromisso com a verdade.

Em 26 de fevereiro, o Postalís completou 41 anos de atividade. As realizações de 2021 nos motivam a seguir trabalhando para que o Instituto continue sendo uma confiável fonte de renda complementar que dê mais qualidade de vida para os mais de 128 mil empregados e ex-empregados dos Correios, participantes do nosso Instituto.

Entramos no ano de 2022 ainda com mais determinação e esperança no propósito de solução definitiva do déficit do Plano de Benefício Definido, no lançamento de novo plano de benefícios moderno e mais adequado a atualidade e no aperfeiçoamento das formas de atendimento e relacionamento com nossos participantes.

A Diretoria

Postalís 40 anos

Em 2021, o Postalís completou 40 anos de fundação. Veja abaixo algumas das manifestações e notícias publicadas durante o ano.

Patrocinador

Diretoria dos Correios visita sede do Postalís para celebrar os 40 anos da entidade

Em cerimônia realizada na manhã desta sexta-feira (26), o presidente dos Correios, Floriano Peixoto Vieira Neto, acompanhado do Diretor de Administração – Danilo Cezar Aguiar de Souza, do Diretor de Negócios – Alex do Nascimento, do Diretor de operações – Carlos Henrique de Luca Ribeiro, do Diretor de Governança / presidente do Conselho Deliberativo do Postalís – Celso José Tiago e do Diretor de Gestão de Pessoas – Heronides Eufrásio Filho compareceram na sede do Instituto para saudar a Diretoria-Executiva, por ocasião do aniversário de 40 anos do Postalís.

O presidente Floriano Peixoto ressaltou o a importância da recuperação do Instituto. “Tão fundamental quanto a sustentabilidade dos Correios é, também, das suas empresas vinculadas. O Postalís, especialmente por ser o responsável pela aposentadoria e garantia de uma velhice tranquila aos seus empregados”, disse.

Para o presidente do Postalís, Paulo Humberto Cesar de Oliveira, a estrutura do Instituto está fortalecida e preparada para enfrentar o cenário atual da previdência complementar. “O Postalís mudou e esta nova fase está sendo percebida pelos nossos participantes, pensionistas, patrocinador e pelo mercado de previdência. Estamos retomando a credibilidade merecida de um fundo de pensão que é responsável pelo complemento de renda de centenas de milhares de pessoas, considerando nossos mais de 130 mil participantes e seus familiares”, comentou durante o ato que contou também com a presença da maioria do corpo gerencial da empresa.

Fonte: <http://www.postalis.org.br/2021/02/26/diretoria-dos-correios-visita-sede-do-postalis-para-celebrar-os-40-anos-da-entidade/>

Diretoria

Presidente do Postalís fala sobre os 40 anos da entidade em entrevista

Blog Abrapp em Foco, especializado em previdência complementar, destaca processo de reestruturação

O presidente do Postalís, Paulo Humberto Cesar de Oliveira, fala sobre os motivos que o Instituto, seus colaboradores, participantes, assistidos e patrocinador têm para comemorar os 40 anos de atividades do Postalís neste 26 de fevereiro.

A entrevista foi concedida ao blog Abrapp em Foco, veículo especializado em previdência complementar fechada, publicado pela associação que reúne 250 entidades deste segmento.

Leia a íntegra aqui: <https://blog.abrapp.org.br/blog/postalis-celebra-aniversario-de-40-anos-com-avancos-no-processo-de-reestruturacao/>

Fonte: <http://www.postalis.org.br/2021/02/26/presidente-do-postalis-fala-sobre-os-40-anos-da-entidade-em-entrevista/>

O Postalís

O Postalís – Instituto de Previdência Complementar é uma entidade fechada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Foi criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial, contribuindo para uma melhor qualidade de vida e um futuro mais tranquilo para os trabalhadores e suas famílias.

O Postalís está entre os maiores fundos de pensão do Brasil em volume de recursos administrados e em número de participantes ativos .

Esses recursos são aplicados e os resultados dos investimentos são somados ao patrimônio dos planos que, junto às demais reservas, são utilizados para o pagamento dos benefícios aos participantes no futuro.

Comprometido com a qualidade de vida e o bem estar de seus participantes, o Postalís oferece ainda serviço de Empréstimos e a possibilidade de aderir a um seguro de vida em grupo.

Missão

Administrar planos de benefícios de forma transparente e sustentável, contribuindo para a segurança financeira e previdenciária dos participantes.

Visão

Ser reconhecido pelos participantes como uma instituição transparente, confiável e sustentável.

Valores:

- **Ética:** É o conjunto dos valores, dos princípios éticos, dos padrões de conduta e das responsabilidades que norteiam o comportamento dos membros dos Órgãos Colegiados e dos empregados.
- **Inovação:** Significa a necessidade de criar caminhos ou estratégias diferentes aos habituais meios para atingir determinado objetivo. Inovar é inventar ideias, processos, ferramentas ou serviços.
- **Valorização de pessoas:** Compreende a atribuição de relevância aos clientes, internos e externos, à meritocracia, à capacitação e ao bem-estar de colaboradores, participantes e assistidos.
- **Transparência:** Consiste na disponibilização de acesso das informações aos interessados, internos ou externos, de forma precisa e tempestiva, com o objetivo de assegurar confiança e tranquilidade.

- **Comprometimento:** É o envolvimento pleno com a missão, a visão, os valores e políticas do instituto, enxergando-se como parte integrante e relevante no sucesso da estratégia organizacional.
- **Sustentabilidade:** Trata da consciência das questões de preservação e sustentação nas dimensões ambiental, social e financeira, que deve ser incorporada por todos e que orienta as ações pessoais e funcionais, garantindo competitividade e perenidade.

Relatório Anual

O Relatório Anual apresenta de forma resumida as principais ações da entidade ao longo do ano, bem como o desempenho dos investimentos. O objetivo é prestar contas das principais ações da gestão aos participantes, assistidos, patrocinadora e à comunidade em geral.

Os relatórios dos anos anteriores estão disponíveis em nossa Biblioteca. [Clique aqui para acessar!](#)

Normativos

Os principais normativos da entidade são:

Estatuto – é o documento em que constam as regras básicas de organização da entidade, como funcionamento do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, seus respectivos níveis de competência, requisitos para composição, mandato etc. Ele compila todas as diretrizes que devem ser seguidas com relação a aspectos jurídicos, administrativos e financeiros.

Regulamentos dos Planos (BD e Postalprev)- são os documentos que estabelecem normas de concessão e custeio dos benefícios neles previstos, bem como os direitos e obrigações dos Patrocinadores, dos Participantes e Assistidos.

Código de Ética – estabelece o conjunto de valores, princípios éticos, padrões de conduta e responsabilidades que devem nortear o comportamento dos membros dos órgãos colegiados, empregados do Postalís, terceirizados, prestadores de serviço e fornecedores.

Programa de Integridade – estabelece normas para a definição e aperfeiçoamento de instrumentos destinados à prevenção, detecção e remediação de corrupção e desvios éticos no âmbito da entidade.

Estes e outros documentos estão disponíveis em nossa Biblioteca. [Clique aqui para acessar!](#)

Governança Corporativa

Gestão em 2021

Os conselhos Deliberativo e Fiscal assim como a Diretoria Executiva trabalharam o ano de 2021 com muito afinco na busca dos resultados que os Participantes anseiam.

Entre os principais atos de gestão realizados pelos órgãos de governança, destacamos:

- aprovação de normas corporativas para fortalecer a segurança e a governança corporativa no Postalís;
- implementação do Programa de Avaliação de Desempenho dos colaboradores do Postalís que possibilitará o aprimoramento do processo de treinamento além de implementação do princípio da meritocracia, sendo possível a identificação dos empregados destaque e daqueles que carecem de desenvolvimento de habilidades;
- mais de 300h em cursos de atualização inclusive com o Programa de Desenvolvimento de Líderes;
- retomada efetiva do Planejamento Estratégico demonstrando o comprometimento do Instituto com o aprimoramento dos processos organizacionais e com o futuro dos participantes;
- investimento em tecnologia com a revisão dos atuais contratos de prestação de serviços com consequente redução de valores, além de alteração de cláusula referente ao índice de reajuste, bem como de inclusão de cláusulas atinentes às seguintes matérias: Código de Conduta e Ética e Programa de Integridade do Postalís; lei anticorrupção; direito às informações geradas; Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Para fortalecimento da equipe de desenvolvedores, foi realizado reforço orçamentário;
- maior transparência na diversificação de investimentos por meio da publicação de editais de seleção;
- reforço na estrutura da área de investimentos e de pessoal na área de atendimento para prestar um melhor serviço aos Participantes.

O ano de 2021 foi bastante desafiador, principalmente em razão do recrudescimento da pandemia com a segunda onda do Coronavírus, iniciada em meados de janeiro se prolongando até o fim do primeiro semestre. Nesse sentido, o Postalís manteve todas as medidas de segurança além de intensificar os cuidados com a saúde dos colaboradores. O trabalho em home office foi fortalecido e no último terço do ano iniciaram-se os estudos para o regime de trabalho híbrido de forma permanente, objetivando os benefícios dos dois tipos de trabalho. Ressalta-se que as rotinas e processos do Postalís não foram afetados negativamente e todos os benefícios foram pagos dentro dos prazos estabelecidos, assim como o atendimento via central de atendimento permaneceu em atividade com aumento de eficiência e qualidade.

O processo de reconstrução da imagem do Instituto continua sendo pauta importante dos dirigentes – diretores e conselheiros. Nesse ínterim, o Postalís realizou a 2ª Semana de Ética e Integridade que teve ampla divulgação e participação de todo corpo funcional, tendo como palestrantes profissionais renomados dos patrocinadores Correios e Postalís, além da participação de membros dos conselhos Deliberativo e Fiscal do Postalís. Destaca-se ainda a publicação de matérias que vincularam o nome do Postalís positivamente (Valor Econômico e Investidor Institucional).

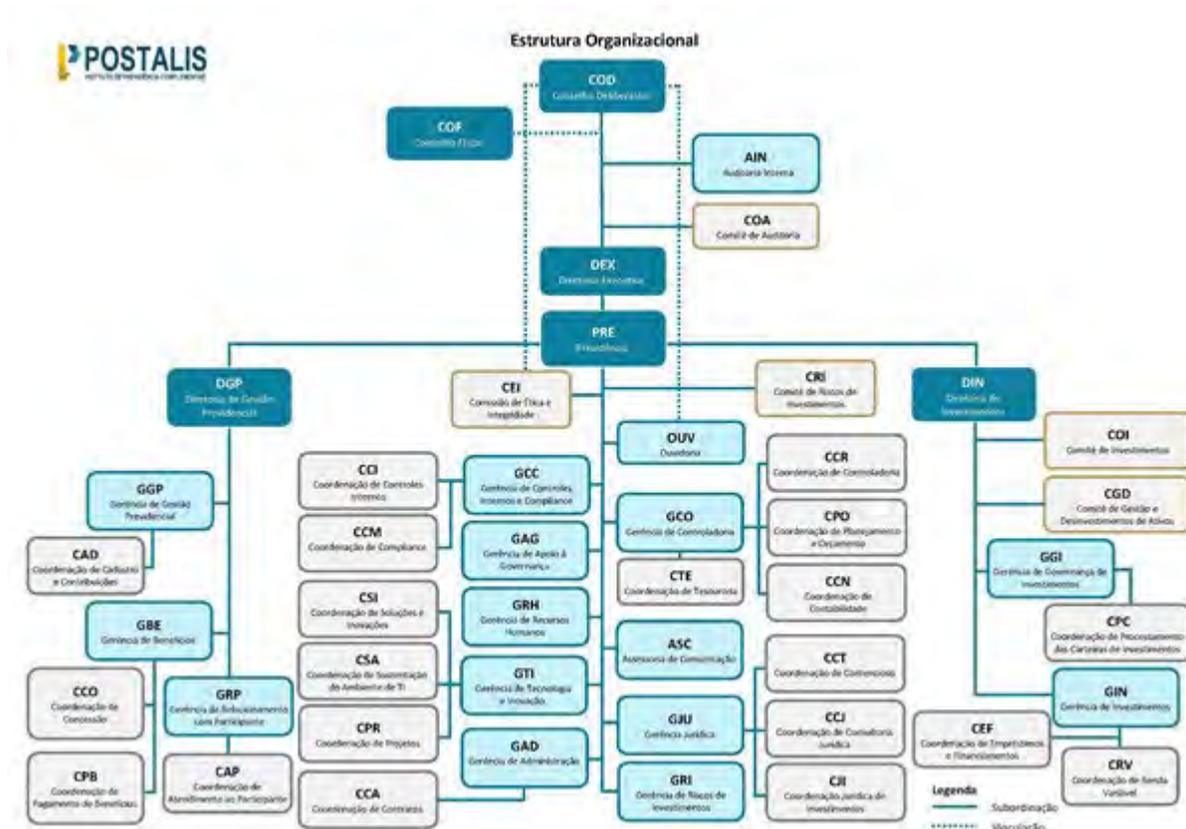
Para estar cada vez mais próximo de seus Participantes e Assistidos, a Entidade realizou diversos encontros virtuais (lives), via seu canal no YouTube. Entre os temas abordados estava o Programa de Demissão Incentivada (PDI) dos Correios, estratégia previdencial para a solução do equacionamento do Plano de Benefício Definido (PBD Saldado) e estudos para um Plano de Contribuição Definida (CD).

Na busca pela constante recuperação dos ativos em default, em 2021 o Postalís recebeu o valor de, aproximadamente, R\$ 185.300.000,00 (cento e oitenta e cinco milhões e trezentos mil reais), resultado do trabalho incessante das áreas responsáveis pelo processo de acompanhamento e monitoramento dos ativos financeiros.

Em relação ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), sobre os estudos da proposta de estratégia previdencial para solucionar de forma viável o déficit do PBD Saldado, o Postalís deu andamento às ações previstas realizando reportes trimestrais à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), continuando, desta forma, trabalhando na busca de alternativas que resultem em menor impacto aos seus Participantes e Assistidos.

Estrutura organizacional

Durante o exercício, o Postalís promoveu a reestruturação organizacional de seus órgãos, em consonância com as melhores práticas de mercado e de governança corporativa, mantendo sua estrutura suficiente para administrar os planos de benefícios. A seguir, destaca-se o organograma no fechamento do exercício:



Órgãos Estatutários

Os órgãos estatutários do Postalís são formados pelos seguintes colegiados:

- **Conselho Deliberativo:** órgão máximo responsável pela definição da política geral de administração do Postalís e dos planos de benefícios.
- **Conselho Fiscal:** órgão de controle interno responsável pela fiscalização do Postalís;
- **Diretoria Executiva:** órgão responsável pela administração do Postalís e dos planos de benefícios, com base na política de administração definida pelo Conselho Deliberativo.

A estrutura de governança do Instituto foi fortalecida no primeiro semestre de 2021 com a posse de 2 (dois) membros do Conselho Fiscal que aguardavam a emissão dos respectivos atestados de habilitação pela Previc.

Nesse período, houve ainda mudanças na composição do Conselho Deliberativo. Quanto à Diretoria Executiva, essa manteve-se com a composição inalterada conforme observado no quadro a seguir:

Conselho Deliberativo	Condução	Titulares	Suplentes	
	Indicação		Celso José Tiago – Presidente (Até 31/03/2021)	Rodrigo Rebouças Marcondes
			Rogério Boueri Miranda – Presidente (a partir de 10/06/2021)	
			Heglehyschinton Valério Marçal – Suplente do Pre (até 31/03/2021)	Aurélio Maduro De Abreu
			André de Castro Silva (A Partir De 10/06/2021)	
		Georges Louis Hage Humbert – Presidente Interino (De 31/03 a 09/06/2021)	André de Castro Silva (Até 09/06/2021)	
			Cargo em Vacância	
Eleição		Edgar de Aguiar Cordeiro	José Roberto da Silva Romão	
		Caio Flávio Felix de Oliveira	José Aparecido Rufino	
		Marcos Antônio Sant’Aguida do Nascimento	Wagner de Oliveira Pestana	

Conselho Fiscal	Condução	Titulares	Suplentes	
	Indicação		Mozart Gomes Ferraz	Hudson Alves Da Silva (A Partir De 26/02/2021)
			Clarice De Souza Coutinho	Mércia Da Silva Pedreira
	Eleição		Fábio Geraldo De Oliveira (Presidente) (a partir de 12/01/2021)	Débora Adriana Nunes Henrique (Presidente Em Exercício)
		Anézio Rodrigues	Hélio Geraldo De Rezende	

Comitês em funcionamento

- **Comitês de Assessoramento e Comissão de Ética e Integridade**

Os comitês são órgãos da estrutura organizacional que atuam no assessoramento à Diretoria Executiva e/ou ao Conselho Deliberativo sobre matérias de competência técnica, sendo integrados por especialistas de várias áreas (multidisciplinar). Sua atuação resulta na mitigação de riscos, com destaque àqueles vinculados ao conflito de interesses.

No exercício de 2021, atuaram de forma efetiva os seguintes Comitês/Comissão de Assessoramento:

- **Comitês Obrigatórios**

- Comitê de Auditoria (COA) – responsável pelo acompanhamento das práticas contábeis, adotadas na elaboração das demonstrações contábeis do Instituto e na indicação da auditoria independente.
- Comitê de Riscos de Investimentos (CRI) – responsável pela gestão de riscos dos investimentos dos planos de benefícios, tendo por objetivo identificar, analisar, avaliar, controlar e monitorar os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, sistêmico e outros inerentes a cada operação, observadas as regras estabelecidas nos normativos internos do Postalís e na legislação aplicável.
- Comitê de Investimentos (COI) – responsável por tratar de novos investimentos.
- Comitê de Gestão e Desinvestimentos de Ativos (CGD) – responsável por tratar de desinvestimentos, recuperações, acompanhamento e repactuação de ativos.
- Comissão de Ética e Integridade (CEI) – responsável por analisar denúncias de violação ao Código de Conduta e Ética, por esclarecer dúvidas às consultas formuladas, por instaurar processo disciplinar e por propor sanções às infrações para decisão pela autoridade competente.

O Comitê de Precificação de Ativos (CPA) foi extinto em 2021, sendo suas atividades absorvidas pelas gerências de Riscos de Investimentos (GRI) e de Governança de Investimentos (GGI).

Código de Ética e Programa de Integridade

O Postalís tem atuação fundada em valores, princípios éticos, padrões de conduta, desenvolvendo ações de prevenção, detecção e de correção de desvios, com o objetivo de assegurar as suas partes interessadas, especialmente os Participantes, o Patrocinador e os empregados, segurança e transparência na condução dos seus negócios e atividades. O Código de Conduta e Ética e o Programa de Integridade implantados no Instituto são ferramentas deste propósito.

Importante destacar que o Código de Conduta e Ética é um dos principais pilares do Programa de Integridade do Postalís. Nesse sentido, durante o ano de 2021 o Postalís teve avanço significativo em relação aos mecanismos de combate à prática de ilícitos com a criação da Política de Consequências além do Manual Normativo de Conduta Disciplinar que define as regras para a aplicação de sanções caso ocorra o

descumprimento das disposições previstas no Código de Conduta e Ética. Estabelece ainda as regras para a apuração de denúncias e que são realizadas por meio de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Todas essas medidas objetivaram fortalecer a cultura de integridade dos colaboradores.

Políticas e Normas Corporativas

Desde o ano de 2019 o Postalís vem atuando de forma prioritária na elaboração e revisão do arcabouço normativo interno. Atualmente, o Instituto dispõe de mais de 140 normas das quais foram criadas ou revisadas 39 normas somente no ano de 2021. Dentre as principais normas criadas/revisadas durante o ano destaca-se:

- Código de Conduta e Ética;
- Programa de Integridade;
- Política de Concessão de Benefícios Previdenciários;
- Política de Consequências;
- Política de Alçadas e Responsabilidades;
- Política de Análise Reputacional;
- Política de Auditoria Interna;
- Políticas de Investimentos;
- Política de Gestão Atuarial;
- Política de Privacidade e Proteção de Dados;
- Política de Riscos de Investimentos;
- Política de Gestão de Riscos Corporativos;
- Regulamentos das Carteiras de Empréstimos a Participantes e Assistidos;
- Regimento Interno da Comissão de Ética e Integridade;
- Manual Normativo da Auditoria Interna;
- Manual Normativo da Ouvidoria;
- Manual Normativo de Desinvestimento, Renegociação e Recuperação de Investimentos;
- Manual Normativo de Gestão de Documentos;
- Manual Normativo de Atribuições das Áreas do Postalís;
- Manual Normativo de Gestão Contábil, Fiscal e Tributária;
- Manual Normativo de Diretrizes Orçamentárias – 2022;
- Manual Normativo de Due Diligence;
- Manual Normativo de Conduta Disciplinar.

Relações Institucionais

Em 2021 o Postalís continuou trabalhando em conjunto com os órgãos do Poder Público para uma gestão eficiente dos recursos dos Participantes além de uma atuação pautada sempre pela ética, transparência e integridade.

Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc)

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) é o órgão fiscalizador das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e suas operações, a quem compete acompanhar e supervisionar as entidades no mercado para proteger os investidores que alocam capital nos fundos de pensão.

A Previc enquadra o Postalís no grupo das Entidades Sistemicamente Importantes (ESI), conforme Instrução Previc nº 5, de 29/05/2017, tendo como prerrogativa o acompanhamento por uma Equipe de Fiscalização da citada autarquia – Supervisão Baseada em Risco (SBR).

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios)

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios) é a patrocinadora-instituidora dos Planos de Benefícios administrados e executados pelo Postalís.

Ministério Público Federal (MPF) / Força-Tarefa Postalís (FT-Postalís) / Polícia Federal (PF)

A FT-Postalís, no âmbito do Ministério Público Federal (MPF), foi instituída pela Procuradora-Geral da República para apurar os crimes contra o Sistema Financeiro e, eventualmente, lavagem de capitais, além de outros conexos, praticados em prejuízo da Entidade.

A Diretoria Executiva do Postalís colabora com o MPF como assistente de acusação, no intuito de recuperar prejuízos causados no passado aos participantes, aos assistidos e aos patrocinadores, por meio de ações na Justiça e negociações de acordos. Apoia, também, as operações da Polícia Federal com a disponibilização de informações e documentações solicitadas.

Gestão Estratégica

Gestão de Pessoas

Trabalho Remoto

O ano de 2021 foi marcado pelo início da vacinação contra a Covid 19 no Brasil, mas também pelo recrudescimento da doença em decorrência na variante ômicron. Como estratégia de prevenção e preservação da saúde dos empregados, o Postalís manteve o regime de trabalho remoto para toda equipe, exceto para os casos em que não era possível a realização do trabalho desta forma.

Assim como no exercício anterior, apesar das adversidades do ambiente externo, o Instituto cumpriu as suas metas e obrigações, pagou benefícios rigorosamente em dia e manteve todos os serviços disponíveis aos participantes.

Mesmo com as restrições decorrentes da pandemia, o Instituto continuou investindo na capacitação, integração e treinamento de suas equipes, por meio de cursos online, palestras, reuniões de equipe, reuniões gerenciais e encontros da alta gestão com todo o corpo de funcionários.

A equipe do Postalís segue comprometida com a construção de um futuro melhor para todos os participantes.

Programa de desenvolvimento de Líderes

Em 2021, foi concluída a terceira etapa do programa de desenvolvimento de líderes, iniciada em novembro de 2021, que teve como alicerce a conscientização do líder para a necessidade de ampliação, adaptação e ressignificação do seu modelo mental para o bom desempenho da liderança.

Esta etapa do projeto contou com 3 fases compostas por coaching individual, oficinas formativas e pesquisas avaliativas nas competências de gestão por resultados, orientação estratégica e supervisão das atividades.

Capacitação

Durante o ano de 2021, a equipe do Postalís participou de 6.850 horas de treinamentos externos, além da participação em eventos internos sobre LGPD, Saúde, Ética, Integridade, Combate à corrupção e compliance.

Certificação

Com o programa de incentivo à certificação, o Postalís conta com 33 profissionais certificados em suas respectivas áreas de atuação, além das certificações obrigatórias.

Programa de Avaliação de Desempenho

Em outubro de 2021, a Diretoria Executiva aprovou o Programa de Avaliação de Desempenho dos empregados do Postalís. Os gestores do Instituto participaram de treinamento para capacitação em técnicas de feedback e avaliação de desempenho em dezembro de 2021 e o primeiro ciclo de avaliação previsto para março de 2022.

Tecnologia e Inovação

Aplicativo Postalís

Postalís lança aplicativo de consulta por celular. O App está disponível nas versões Android e iOS.

Nesta primeira versão os usuários podem:

- consultar contratos e limites de empréstimo;
- consultar e atualizar seus dados de contato;
- consultar suas contribuições e saldos de contas nos planos BD e Postalprev;
- consultar comprovantes (contracheque de benefícios, Extrato para IR e Resgate).

Outros serviços serão adicionados em novas versões como: extrato dos planos, contratação de empréstimo, simulador de aposentadoria, etc... .

Para baixar, procure nas lojas de aplicativos pelo nome: Mobile do Postalís. Selecione e instale.

Para fazer o login, o participante deve informar o seu CPF e a mesma senha de acesso ao Postalís ONLINE. Em seguida, receberá um SMS de confirmação contendo uma senha que deverá ser inserida no aplicativo.

Caso haja alguma dúvida na utilização do app, acesse o fale conosco ou ligue na Central de Atendimento 0800 879 0300.

Acompanhar de perto o próprio plano de previdência é um dos cuidados que os participantes de um fundo de pensão devem ter com seu futuro. Com o aplicativo do Postalís o participante poderá acessar as informações do(s) seu(s) plano(s) a qualquer hora e de qualquer lugar.

Aproveite mais essa facilidade que o Postalís disponibilizou para você!

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code das lojas Android e iOS e baixe o aplicativo:

Apple (iOS)



Google Play (Android)



Comunicação

Devido, principalmente, à continuidade da pandemia do Coronavírus, 2021 foi mais um ano de destaque para o Postalís e sua equipe de comunicação, no esforço de fazer com que o Instituto mais do que se comunicar, mas que interagisse com seus participantes e o público em geral. A proximidade com as áreas de Relacionamento e Ouvidoria facilitou em muito essa questão.

O distanciamento social continuou gerando dificuldades para as pessoas, para as empresas e para os fundos de pensão. Nesse cenário, as áreas do Postalís continuaram desenvolvendo soluções para resolver ou diminuir essas dificuldades. Em meio a isso, a comunicação manteve seu papel fundamental em esclarecer como se dariam as soluções criadas. Nesse sentido, um grande número de peças de comunicação (avisos, mensagens, banners, notas de esclarecimento, vídeos institucionais e tutoriais, além das LIVES entre a equipe técnica e os participantes, foram publicadas no nosso site, no Youtube e na imprensa, tendo como reforço de divulgação um gigantesco número de disparos de e-mails marketing e SMS.

Os destaques desse trabalho ficaram por conta da divulgação do PDI dos Correios e das alternativas de atendimento pela fila virtual da Central de Atendimento e da Ouvidoria. Também houve a continuação do acompanhamento dos encontros realizados pelo Grupo de Trabalhos (GT), formado por técnicos do Postalís e membros das entidades representativas de participantes, em busca do melhor tratamento para a questão do TAC e da Estratégia Previdencial.

Mas outros assuntos também estiveram no foco dessas divulgações, tais como: a recuperação de ativos (mais de R\$ 400 milhões) pelas áreas financeira e jurídica; a comemoração dos 40 anos do Instituto (5 décadas servindo aos participantes, sem nenhum atraso no pagamento de benefícios); a seleção de gestores para fundos multimercado, investimentos no exterior e a formação de equipe própria para gerir parte da nossa carteira de renda variável; a solução para o PBD aprovada pelo Conselho Deliberativo; novidades sobre o serviço de empréstimos; o lançamento do aplicativo Postalís para aparelhos celulares; alterações no Seguro de Vida em Grupo; o reconhecimento do Postalís como uma das “15 instituições de vanguarda na seleção de fundos no Brasil”; a suspensão (temporária) pela Previc dos empréstimos do Postalís; a criação da Gerência de Relacionamento e a campanha de descontos para inadimplentes do empréstimo.

O resgate da imagem institucional também se manteve como uma das demandas de maior destaque ao longo do ano. Na mídia nacional e especializada foram publicados 51 artigos, contendo menções ao Postalís e entrevistas com membros da Diretoria Executiva, com ampla maioria dessas matérias num viés de positividade.

Mídias do Postalís

Mídias são os canais, ambientes e veículos que transmitem uma mensagem a um público específico. Nossa área de comunicação (ASC/PRE) coordena e produz conteúdos para essas mídias.

Confira:

SITE Institucional (www.postalis.org.br)

Lançado em 2004 e reformulado em 2019, o site é o principal meio de comunicação do Instituto com os seus participantes, com as entidades representativas de participantes, com o patrocinador Correios e com o público em geral. No nosso site, o participante tem acesso direto e em primeira mão as nossas informações institucionais, aos nossos comunicados, avisos e notícias sobre os produtos e serviços oferecidos (inclusive ao autoatendimento Postalís Online), notícias diversas sobre o seguimento previdenciário e sobre o Relatório Anual de Informações – RAI.

SMS

O SMS (breves mensagens de texto, de até 160ncaracteres) é o meio que utilizamos para enviar aos nossos participantes avisos, comunicados, lembretes e reforços sobre nossas campanhas, sobre pagamentos, inadimplências, além das notícias mais atuais e relevantes. Muitas vezes, essas mensagens contém um link de acesso a uma noticia publicada, no site do Postalís.

E-mail Marketing

O e-mail marketing também é utilizado para envio de avisos, comunicados, lembretes e reforços sobre campanhas do Postalís, pagamentos, inadimplências, além das notícias mais atuais sobre o Postalís. Porém, por conter uma quantidade muito maior de conteúdo, inclusive com imagem, é muito utilizado na divulgação de campanhas do Postalís.

Canal Descomplica Postalís, no YouTube

Oferece vídeos que explicam de forma simples e objetiva assuntos relacionados ao Instituto, aos seus planos de benefícios, produtos, serviços e outros temas ligados à previdência complementar. É através dele que o participante acessa as LIVES produzidas pela equipe do Postalís, agora trimestralmente.

Conecta Postalís – LIVES trimestrais via YouTube

É canal de comunicação mais atual do Postalís com seus participantes. Nas lives, dirigentes e técnicos apresentam temas atuais e relevantes sobre o Postalís e respondem às perguntas apresentadas pelo chat. Após o evento, é publicada a gravação para consulta.

Postalís em Números

Pelo site, o participante pode acessar o informativo eletrônico que contém dados da gestão, como: a alocação da carteira de investimentos, o volume de arrecadação, os valores referentes aos pagamentos de benefícios, a evolução do patrimônio, as reservas matemáticas e as rentabilidades dos planos de benefícios. É uma mídia direta de transparência do Instituto com o seu público.

Universo Postalís (www.postalis.com.br/universopostalis)

Canal, no site do Postalís, onde é disponibilizado nosso Programa de Educação Financeira e Previdenciária. Consiste na publicação mensal de conteúdos, reforçada com disparados por e-mail marketing, que têm o intuito de ajudar o participante a organizar seu orçamento e se tornar mais consciente em relação às oportunidades e riscos, quando o assunto é dinheiro. Também disponibiliza orientações sobre aposentadoria, reforça as razões pelas quais é vantajoso contribuir para um plano de previdência complementar e traz novidades sobre o segmento previdenciário.

Aplicativo para celular

Lançado recentemente, o app do Postalís está em processo constante de melhoria e atualização. Atualmente, ele permite a consulta de contratos e limites de empréstimo, atualizar dados de contato, consultar valores de contribuições e saldos de contas, e consultar comprovantes (contracheque de benefícios, Extrato para IR e Resgate).

Conheça alguns dos números da comunicação em 2021:

Portal eletrônico/ site – www.postalis.org.br :

- 59 notícias publicadas no site (Fonte: WordPress)
- 4.82 milhões de visualizações (Fonte: Google Analytics)
- 479,5 mil visitantes/usuários (Fonte: Google Analytics)
- 441,6 mil novos visitantes / usuários (Fonte: Google Analytics)

SMS:

- 3.019.279 SMS enviados (Fonte: Sistema ZENVIA)

E-mail Marketing:

- 3.109.853 e-mails enviados (Fonte: Sistema Locaweb)

Youtube – Canal Descomplica Postalís:

- 07 LIVEs publicadas
- 03 Video-aulas publicadas
- 129 mil visualizações
- 6.786 inscritos desde o lançamento em 2016
- 3.962 inscritos em 2021

Relacionamento com o Participante

Em 2021, o atendimento aos participantes teve como destaque a continuidade do trabalho no sistema home-office, da equipe de atendentes da Central de Atendimento, devido às medidas protetivas relacionadas ao Coronavírus. Ressaltamos que os principais canais de atendimento ao público (Central 0800 e o atendimento eletrônico, via Fale Conosco) continuaram operando normalmente.

Outro destaque foi o cadastramento de pensionistas iniciado em janeiro/2021 de forma digital. Pela primeira vez, o cadastramento foi realizado online, sem a necessidade de assinatura do formulário físico, tornando o processo mais fácil e simples para as pensionistas.

Ainda no primeiro semestre, com o aumento da demanda justificada pelo acontecimento do PDI (Plano de Desligamento Incentivado) na Patrocinadora, foram desenvolvidas diversas ações pelas áreas do Postalís e pela equipe de atendimento com o intuito de mitigar os impactos, buscando atender da melhor forma os participantes. Foram elas: contratação de 13 atendentes temporários, inclusão de mais funções no autoatendimento como aposentadoria, resgate e portabilidade, criação de uma fila virtual para os participantes e trabalho da equipe de atendimento alguns sábados no período de 08 às 12h. Com as medidas tomadas, o resultado foi significativamente positivo e em maio/2021, 83% dos participantes que aderiram ao PDI já haviam sido atendidos.

No segundo semestre tivemos mais um destaque positivo: o lançamento do aplicativo do Postalís. Mais uma ferramenta com informações disponíveis e de fácil acesso ao participante. Destacamos ainda, que o atendimento humanizado continuou sendo o principal foco dos atendentes, o que culminou com o índice de 94,42% de satisfação pelos participantes com o tratamento dado pelo Postalís. Durante o último ano, a Central de Atendimento manteve a Nota Máxima como dominante nas respostas da pesquisa de satisfação.

Dados do Atendimento em 2021:

A equipe de atendimento do Postalís realizou 290.010 atendimentos no ano de 2021 (Central 0800 + Fale Conosco + Presencial + E-mails + Cartas).

Atendemos 48,2% a mais que o ano de 2020.

O autoatendimento no Postalís Online teve 1.456.420 acessos no ano de 2021.

Tivemos um aumento de 9,88% na quantidade de participantes acessando o autoatendimento.

Houve aumento expressivo de 91,33% nos contatos ativos e uma redução de 78,12% nas ligações perdidas.

Pesquisa de Satisfação:

– Solicitação Atendida: 81,7% dos participantes responderam que “sim”.

– Excelência no Atendimento: 94,42% dos participantes atendidos atribuíram notas máximas de satisfação (de 0 a 5).

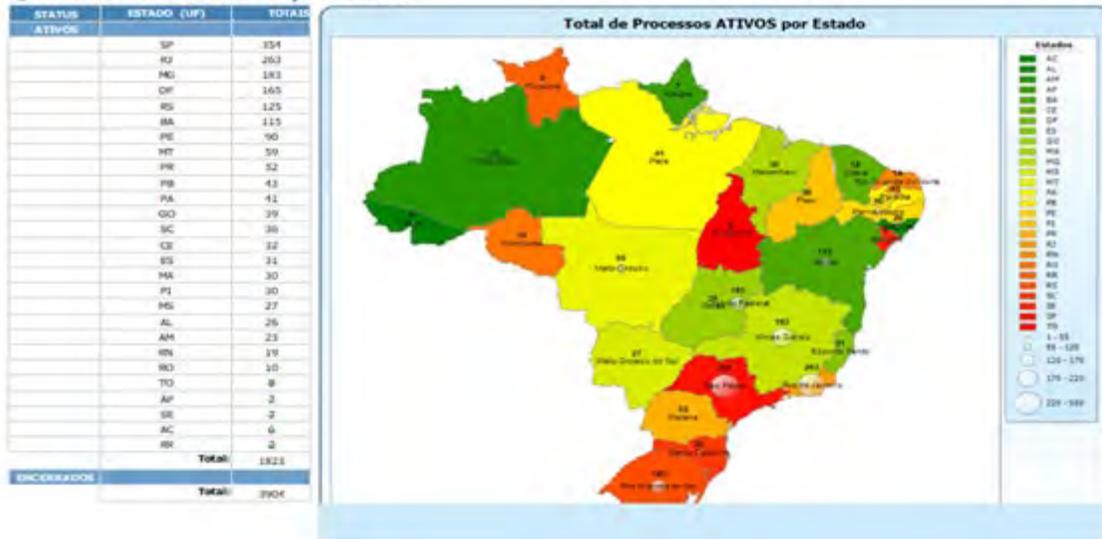
Ouvidoria

No ano de 2021 foram registradas 6.235 manifestações na Ouvidoria. Os assuntos mais recorrentes nestas manifestações estão relacionados ao empréstimo, imposto de renda, benefícios previdenciários e cadastro e contribuições com 23,42%, 20,30%, 19,33% e 10,36%, respectivamente. A Ouvidoria centraliza o tratamento das manifestações recebidas pelo próprio canal, no site do Postalis, e demandas externas recebidas da Previc e site Reclame Aqui.

Jurídica

No ano de 2021 a duração média dos processos foi de 1.759 dias. Segue abaixo a quantidade de processos por estado dos 1.823 processos ativos durante o ano de referência. Informamos ainda que, em 2021, foram cadastradas 1.521 novas ações, bem como 655 ações foram encerradas e baixadas do acervo do Postalis no período.

Quantidade de Processos por Estado

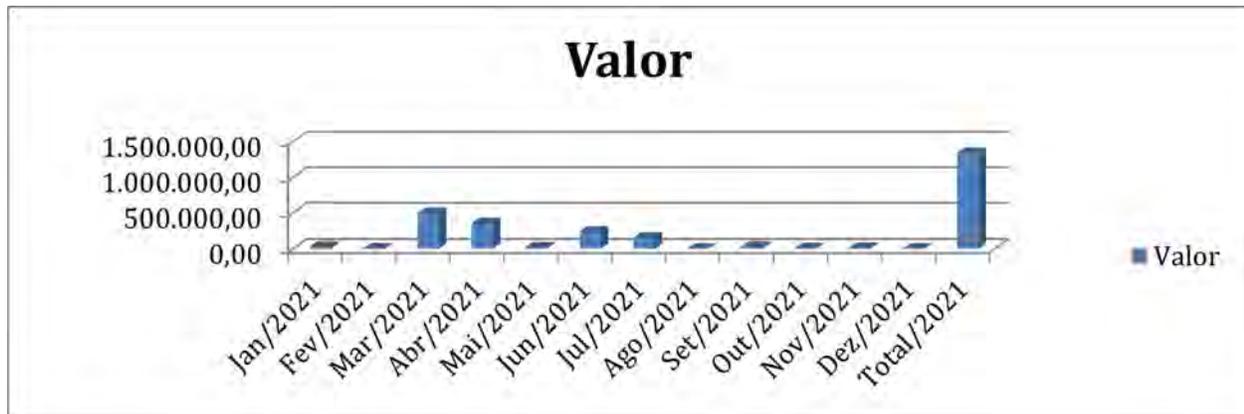


Índice de Duração do Processo em Dias IDPRO

Recursos	Data de Encerramento	Quantidade	Duração Média - Dias	Média Anterior
APPROBATO MAZZIADO ADVOGADOS		5	5337	1687
BALERA		7	1275	1687
BOCATER, CAHARGO, COSTA E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS		7	1769	1687
CASTRO BARCELOS ADVOGADOS		578	1740	1687
CDL		66	110	1687
GINAZALE CASTRO E GOMES ADVOGADOS ASSOCIADOS		2046	1723	1687
GUIB - POSTALIS		48	4379	1687
LACAZ MARTINS, HALEMBECK, PEREIRA NETO, GUREVICH & SOHO		1	6355	1687
LOBO E MARTIN		1	96	1687
LOUREIRO ADVOGADOS		9	1923	1687
PROLO E SILVA ADVOGADOS		3	2421	1687
NELSON		62	212	1687
OLIVEIRA LIMA, IRINGRIA, DALL'ACQUA & FURRIER ADVOGADOS		3	3194	1687
OLIVEIRO, DAZ FABRRO E ABID SOCIEDADE DE ADVOGADOS		1	117	1687
REIS, TORRES E FLORENCIO ADVOCACIA		158	2289	1687
SSQUEIRA CASTRO ADVOCACIA		146	2104	1687
TRAHONTINI ADVOCACIA		7	741	1687
VILIRA REZEDE ADVOGADOS		1	1558	1687
Total:		3139	1759	1687



Ainda em relação ao Contencioso Jurídico, informamos que, em 2021, segundo sistema Atena, foram realizadas 29 previsões de recebimento, conforme gráfico abaixo, totalizando R\$ 1.337.315,70 (hum milhão, trezentos e trinta e sete mil, trezentos e quinze reais e setenta centavos) em devolução de valores a título de depósitos judiciais e recursais.



Fonte: Atena

Investimentos

A alocação-objetivo das Políticas de Investimentos (PIs) do BD e CV, em linhas gerais, previam a alocação nas classes: Investimentos no Exterior, Renda Variável e Estruturados – Fundos Multimercados.

Nesse sentido, foi lançado um edital para a seleção de gestores de fundo de fundos de renda variável para alocação diretamente no exterior (FoF), num mandato de R\$ 800 milhões, culminando com a seleção do BTG e da Franklin Templeton (FTIS). Estes investimentos têm um importante papel na diversificação, considerando sua correlação com o restante da carteira.

Foi lançado, ainda, um edital para a seleção de gestor de fundo de fundos de renda variável (FoF) no mercado local, num mandato de R\$ 600 milhões, tendo sido selecionada a XP Investimentos.

Em paralelo foi aprovada a criação da Coordenação de Renda Variável (CRV), para realizar a gestão de um mandato de R\$ 100 milhões de renda variável por meio da carteira própria. Considerando tal aprovação e os prazos necessários para implementação do FoF e da carteira própria, foi realizada a compra de R\$ 200 milhões em ETFs que emulam o Índice Bovespa (IBOV), aproveitando-se de momento de mercado. Além de haver alocação mais próximo do definido nas PIs, esses investimentos aumentam a diversificação dos investimentos na classe de renda variável, os quais estavam concentradas anteriormente no FIA Postal Brasil.

Foi realizada também, a seleção de quatro fundos multimercados com as estratégias long short direcional, long short neutro, quantitativo e juros e moeda.

Adicionalmente, objetivando otimizar os níveis de retorno e risco da carteira de NTN-Bs a mercado, foi realizado a redução da duration.

No plano PGA foi realizada a troca da totalidade de NTN-Bs anteriormente detidas por ativos atrelados à Selic, benchmark do plano.

Ademais, visando melhorar os processos de seleção de investimentos e de gestão de caixa, foram atualizados os manuais normativos da área.

Empréstimo e Financiamento

Em meados de 2021, o Postalís contratou a consultoria Falconi, que teve como objetivo reestruturar e revisar os processos da área de empréstimos. Desse trabalho resultaram diversas ações, propostas de melhorias separadas em planos de ação que endereçam as análises, sendo que a relevante maioria das melhorias propostas depende de ajustes em sistemas. Dessa forma, foram abertos chamados para a área de TI, que por sua vez obteve aprovação para constituir equipes dedicadas para tratar as questões relacionadas ao sistema Atenaprev, sistema da carteira de empréstimos, e do Postalís Online, sistemas que são utilizados para o relacionamento com os participantes.

Ademais, pode-se destacar outras iniciativas de melhoria propostas pela própria coordenação de empréstimo. Destaca-se nesse sentido: [i] a consolidação do processo de envio de contratos para cobrança judicial; [ii] Implementação da campanha de descontos; [iii] a criação do núcleo interno de cobrança e atendimento; [iv] a aprovação de uma tabela de descontos, a ser utilizada na estratégia de recuperação de saldos inadimplentes; [v] a revisão dos regulamentos do empréstimos; [vi] operacionalização do desconto parcial junto aos funcionários dos Correios, demanda antiga do Postalís; [vii] aprovação e implementação sistêmica da regra de baixa contábil, em linha com o praticado no mercado; [viii] discussão avançada sobre a construção de um BI para a área, que tem como característica gerar grandes volumes de dados; [ix] a implementação de parte da nova régua de cobrança; e busca por outros parceiros com avanços tecnológicos para realização da cobrança de títulos inadimplentes.

Gestão de Risco

A gestão de riscos corporativos no Instituto é pautada pelo modelo do COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission referência mundial em Internal Control e Risk Management e na norma ISO 31.000 – NBR ISO 31.000 Gestão de riscos que regra a gestão e define os princípios e diretrizes para avaliação dos riscos corporativos.

Na gestão de riscos corporativos são avaliados os riscos estratégicos, de imagem, riscos operacionais, de tecnologia da informação, segurança da informação e proteção de dados.

No ano de 2021 foram realizadas iniciativas como a reorganização do Comitê de Riscos de Investimento, órgão estatutário que monitora a gestão dos riscos e responde como Comitê Responsável pela Gestão dos Riscos perante a Previc.

No primeiro semestre de 2021 foram aprovados o mapa de riscos corporativos do Instituto exercício 2020 e no segundo semestre iniciada o trabalho de mapeamento e tratamento dos riscos residuais identificados nos processos operacionais e de gestão.

Na dimensão normativa foram instituídos a Política de Gestão de Riscos Corporativos, Política de Riscos para os Investimentos, o novo Regimento do Comitê de Riscos diretamente ligados a riscos. Outros normativos que implementam controles que mitigam riscos destacasse a Política de Consequências, o Programa de Integridade além do Código de Ética que são estruturantes e robustecem a gestão de riscos do Postalís.

Outro marco importante realizado no ano de 2021 foi a institucionalização da Política de Alçadas e Responsabilidades, onde são definidos os limites e regras para a gestão do Instituto, este instrumento normativo da clareza e transparência as operações sendo um instrumento de mitigação de riscos operacionais, de fraudes, entre outros.

Podemos destacar ainda que a gestão de riscos está pautada no modelo das Três linhas do Instituto de Auditoria Interna – IIA, órgão de grande relevância internacional. Na primeira linha o risco é responsabilidade dos gerentes do Instituto, que atua em tempo de execução identificando e mitigando os possíveis eventos de riscos. Na segunda linha podemos destacar a atuação da Gerência de Controles Interno e Compliance – GCC, da Gerência de Risco de Investimentos – GRI, no monitoramento destacamos o Comitê de Riscos de Investimentos – CRI, além dos órgãos estatutários como o Comitê de Auditoria – COA, o Conselho Fiscal – COF e a Diretoria Executiva – DEX.

Destaca-se também o trabalho realizado pelo patrocinador Correios na supervisão das ações de gestão de riscos e controles internos conforme Resolução nº 9, de 10 de maio de 2016, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, mediante a adoção de instrumentos de acompanhamento sistemático das entidades fechadas de previdência complementar. Ainda em relação ao Patrocinador o Instituto passa anualmente por auditorias realizadas pela equipe de auditoria dos Correios onde também são verificados os riscos, controles, a operação, investimentos entre outros.

O Comitê de Riscos de Investimento

O Comitê de Riscos de Investimento é um órgão colegiado, de assessoramento vinculado diretamente à Presidência, de caráter permanente, regido pela Resolução CMN nº 4.661. Responsável pela gestão de riscos dos investimentos dos planos de benefícios, tendo por objetivo identificar, analisar, avaliar, controlar e monitorar os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, sistêmico, solvência e outros inerentes a cada operação. Mensalmente, após o fechamento das carteiras, são elaborados os relatórios e enviados aos membros do Comitê de Riscos de Investimentos para apreciação e reporte referente às exposições de riscos, as quais são registradas em atas.

Gerência de Riscos de Investimentos – GRI

A GRI tem por competência o monitoramento dos riscos das carteiras de investimentos dos planos de benefícios geridos pelo Instituto Postalís. Entre as atividades realizadas por esta gerência estão as seguintes:

- Modelagem da política de gestão de riscos;
- Monitoramento dos riscos de mercado, liquidez e crédito.

Gerência de Controles Internos e Compliance – GCC

A Gerência de Controles Internos e Compliance desenvolve o monitoramento dos riscos corporativos com equipe própria e um contrato de prestação de serviço especializado da empresa PFM Consultoria e Sistemas. As avaliações de riscos ocorrem em ciclos anuais onde são revisitados todos os riscos, controles e realizado um novo mapa para aquele exercício.

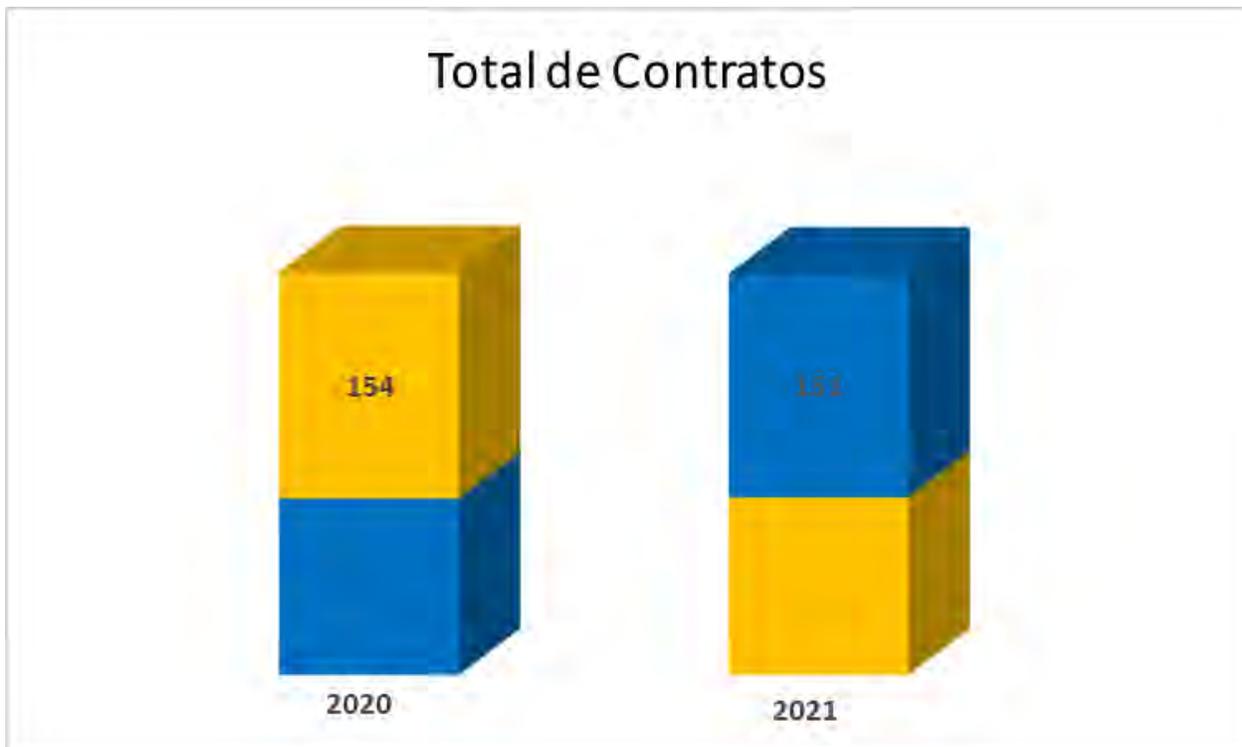
A Gerência de Controles Internos e Compliance também é responsável pelo processo de background check (análise reputacional) onde são realizadas pesquisas de antecedentes de pessoas, candidatos em processos de contratação de empregados, membros dos órgãos estatutários, contratações administrativas, contratos de investimentos, entre outros. O objetivo da realização de análise reputacional como controles no tratamento dos riscos de imagem, fraudes, entre outros.

Administração

Compras, contratações e relacionamento com fornecedores: o processo de compras e contratações tem como objetivo atender as necessidades das áreas do Postalís para o desenvolvimento de seus processos e atividades.

Em 2021, foi criado na ferramenta Bitrix (sistema de gestão de TI) o fluxo de Gestão de Contratos para maior controle e melhor gestão dos contratos do Postalís. O fluxo foi desenvolvido com a finalidade de tornar o processo mais robusto e dinâmico. O uso da nova ferramenta aprimorou o monitoramento e avaliação dos fornecedores. O Postalís ressalta sempre a importância dos fornecedores para os seus negócios. A Entidade valoriza e reforça parcerias saudáveis e a construção de relacionamentos sustentáveis de longo prazo. O processo de contratação de bens e serviços é conduzido de forma centralizada pela Gerência Administrativa (GAD), que tem como objetivo formular, propor, implementar, acompanhar e avaliar políticas, normas e critérios de compras de produtos e serviços, gerenciar o relacionamento com fornecedores e realizar compras e contratações, entre outros. Os contratos com fornecedores incluem cláusulas específicas sobre o adequado monitoramento de questões ligadas à Lei Anticorrupção, à Política de Integridade e ao Código de Ética, assim como o respeito a proteção de dados pessoais, na forma da Lei nº 13.709, de 2018. No caso de identificação de irregularidades, poderão ser aplicadas penalidades que incluem, entre outras, a suspensão ou a rescisão do respectivo contrato.

Quantidade de contratos



O Postalis se manteve na busca de melhoria contínua de seus serviços de forma que os serviços contratados permitam ao Instituto obter produtos e serviços para seu melhor desempenho e conseqüentemente a ampliação e melhoria da qualidade de serviços aos participantes.

Área	2020	2021
Presidência		
Gerência de Tecnologia da Informação	26	22
Gerência de Recursos Humanos	14	15
Gerência de Administração	16	14
Gerência de Controladoria	4	3
Gerência de Risco	3	3
Assessoria de Comunicação	5	5
Auditoria Interna	1	2
Gerência Jurídica	55	47
Gerência de Controles Internos	4	4
Ouvidoria	1	1
Diretoria de Investimento		
Gerência de Investimentos	15	9
Gerência de Governança de Investimentos	6	16
Diretoria de Gestão Previdencial		
Gerência de Gestão Previdencial	3	6
Gerência de Benefícios	1	1
Gerência de Relacionamento com o Participante	–	4

O Postalís manteve-se firme na busca da eficiência dos gastos. As despesas administrativas mantiveram a redução demonstrando o resultado do esforço do Instituto em diminuir gastos alinhando esses resultados ao compromisso do Instituto com seus participantes.

Despesa Administrativa per capita:

ANO	Despesa Administrativa Plano BD	Despesa Administrativa Plano Postalprev	Despesas Administrativas Totais	Quantidade de participantes (ativos e assistidos)	Despesa Adm per capita
Exercício 2016	73.474.000	12.355.000	85.829.000	135.958	631,29
Exercício 2017	49.959.825	39.457.900	89.417.725	134.857	663,06
Exercício 2018	27.019.176	37.076.966	64.096.142	131.724	486,59
Exercício 2019	21.787.879	32.309.721	54.097.600	129.284	418,44
Exercício 2020*	22.789.513	34.826.666	57.616.179	128.184	449,48
Exercício 2021**	26.569.225	38.643.587	65.212.812	127.224	512,58

Fonte: CCN/GCO (DPGA) e GBE

* Quantidade de participantes extraída da 10ª Série de Estudos da PREVIC, que considera a quantidade de participantes individualmente de cada plano.

** IN Previc nº 39 de 20/04/2021, art; 2º § único: Para as informações consolidadas, cada participante deverá ser contabilizado uma única vez, independentemente de participar de mais de um plano de benefícios da entidade.

Responsabilidade Socioambiental

O Postalis ainda não tem definida uma Política de Responsabilidade Socioambiental, no entanto, a preocupação e a busca de melhores resultados sociais e menores impactos ambientais decorrentes de suas atividades está presente em suas ações.

Responsabilidade Socioambiental nos Investimentos

As políticas de investimento do Postalis contêm princípios específicos que demonstram a sua orientação para investimentos responsáveis.

A políticas vigentes estabelecem que o Postalis realizará suas análises e investimentos observando os seguintes princípios:

- a) Observação dos princípios da boa governança corporativa;
- b) Combate a práticas discriminatórias;
- c) Proteção dos direitos humanos;
- d) Conduta ética;
- e) Combate à erradicação do trabalho forçado e infantil em todos os elos da cadeia produtiva;
- f) Respeito e promoção do trabalho da mulher;
- g) Respeito à diversidade;
- h) Melhoria contínua das condições de trabalho;
- i) Programa de tratamento de resíduos de forma responsável;
- j) Respeito à representação dos trabalhadores; e
- k) Utilização sustentável de recursos naturais.

Responsabilidade Socioambiental na Gestão de Pessoas

Programa Jovem Aprendiz

Iniciado em 2010, tem o objetivo de incluir, capacitar e promover o desenvolvimento profissional de jovens estudantes que estão ingressando no mercado de trabalho. O programa é voltado para jovens entre 14 e 24 anos, escolhidos por meio de processo seletivo. Desde o seu início, este programa já possibilitou o incentivo e desenvolvimento de 37 jovens, proporcionando condições para que possam atuar no mercado de trabalho. Deste grupo, 05 jovens foram contratados e fazem parte do quadro funcional do Postalís.

Programa de Estágio

O programa oferece aos estudantes a oportunidade de entrar em contato com o mercado de trabalho e possibilita a identificação de novos talentos que possam agregar valor Instituto. Desde que foi instituído o programa, em 2008, o Instituto já recebeu 73 estagiários, sendo que 6 foram contratados e fazem parte de nosso quadro funcional atualmente.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

O Postalís Instituto de Previdência Complementar, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), sob o nº 00.627.638/0001-57, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, qualificada como multipatrocinada e com multiplano, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal (DF), cujas atividades são regidas pelas Leis Complementares (LC) nºs 108 e 109, de 29 de maio de 2001.

A Entidade tem como objetivo instituir, administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, em conformidade com as normas do Ministério da Economia (ME), por meio da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPT), do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

O Postalís dispõe de isenção tributária do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), de acordo com a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004 e a Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002, respectivamente.

A Entidade está sujeita à tributação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) pelo regime cumulativo sobre as receitas administrativas, nos termos da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, que promoveu alteração no caput do artigo 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, baseada no enquadramento técnico estabelecido na Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013 e da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar (TAFIC) instituída pelo artigo 12º da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009.

O Instituto administra 02 (dois) planos de benefícios de natureza previdenciária, conforme a Resolução CNPC nº 41, de 9 de junho de 2021.

2. Planos Administrados

2.1. PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO (BD): CADASTRO NACIONAL DE PLANOS DE BENEFÍCIOS (CNPB) nº 19.810.004-29

O plano de Benefício Definido é aquele cujos benefícios programados têm seu valor ou nível previamente estabelecido, sendo o custeio determinado por meio de cálculo atuarial de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

O plano foi instituído em 1981 e teve como objetivo garantir benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial aos empregados dos Correios. Em função de fragilidades estruturais e, conseqüentemente desequilíbrios, o referido plano foi saldado em março de 2008.

Atualmente, o plano é patrocinado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios) e pelo Postalís, cujas regras de saldamento estão dispostas em seu regulamento vigente, aprovado pela extinta Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual Previc, conforme ofício nº 4.683, de 12 de dezembro de 2007.

Os benefícios de previdência assegurados pelo regulamento abrangem:

- a. Benefício Proporcional Saldado (BPS);
- b. BPS por invalidez;
- c. BPS antecipado; e
- d. Pecúlio por Morte somente para os beneficiários de assistidos.

2.1.1. Continuidade Operacional do Plano Benefício Definido

Em convergência com a NBC Técnicas de Auditoria Independente (TA) 570, de 17 de junho de 2016, o estudo de capacidade financeira do plano é realizado, pelo menos, anualmente pela Mercer, atuário responsável pelo plano, e visa verificar o comprometimento do Patrimônio de Cobertura do plano, no que diz respeito à sua liquidez, quando confrontado com o respectivo fluxo de receitas e despesas previdenciais especialmente elaborados para este fim.

As hipóteses e as premissas atuariais consideradas no estudo são as mesmas utilizadas para fins da Avaliação Atuarial de 2021 (Nota 14.1).

Segue o fluxo de receitas e despesas previdenciais estimado:

Ano	Fluxo Atuarial do Passivo (a)	Patrimônio de Cobertura do Plano (b)
2021		3.104.911
2022	500.841	2.753.106
2023	513.862	2.371.392
2024	523.655	1.961.564
2025	534.579	1.521.141
2026	543.955	1.050.201
2027	552.641	547.969
2028	559.208	15.063
2029	563.673	-547.886
2030	566.831	-1.141.016
2031	568.396	-1.764.180
2032	570.280	-2.419.141
2033	570.546	-3.105.806
2034	570.266	-3.825.151
2035	569.184	-4.577.941
2036	564.572	-5.326.254
2037	557.180	-6.176.822
2038	548.192	-7.021.501

Fonte: Mercer Brasil

Nota:

(a) Fluxo de obrigações (benefícios) líquidas das contribuições normais e extraordinárias

(b) Patrimônio de cobertura evoluído a Taxa de Juros de 4,80% a.a.

A relação de cobertura do plano corresponde a razão entre a despesa previdenciária projetada para aquele ano em comparação ao patrimônio de cobertura do plano.

Neste sentido, o Patrimônio de Cobertura do plano, considerando o passivo calculado na Avaliação Atuarial de 2021 e sem a estimativa de novos equacionamentos de déficits, conseguirá suprir com as obrigações do passivo atuarial em 100% até o ano de 2028, e para o ano de 2029 cobrirá apenas 3% do valor do Passivo estimado.

Evidenciamos, também, em um período de 7 (sete) anos, a partir de 31 de dezembro de 2021, a evolução positiva do Patrimônio de Cobertura rentabilizados a 4,80% ao ano, já considerados os equacionamentos dos déficits vigentes (2012 e 2014).

O índice de liquidez é a razão entre os ativos em carteira e a despesa previdencial para um ano, que tem por objetivo mensurar a disponibilidade de ativos líquidos, independentemente dos respectivos prazos de vencimento ou da volatilidade, para fazer frente às obrigações (despesas) com participantes projetadas para um ano.

Portanto, para representar liquidez adequada, o índice deve ser igual ou maior que a 1 (um). Assim, para a mensuração do Patrimônio de Cobertura foram considerados todos os ativos passíveis de liquidação em 90 (noventa) dias, compreendidos como Caixa e Equivalentes de Caixa como títulos públicos federais, fundos de renda fixa e fundo de ações.

Os ativos como fundos de investimentos em participação, imóveis e outros fundos que não possuem certeza quando da sua efetiva liquidação foram retirados para a mensuração deste patrimônio para apresentar a liquidez do plano.

Neste aspecto, a uma taxa de reaplicação de 4,80% a.a., o estudo revela que os recursos líquidos do plano em 31 de dezembro de 2021 são suficientes para fazer frente às despesas previdenciárias e cobrir o custeio dos investimentos até o ano de 2024, e para o ano de 2025 cobrirá aproximadamente 77% do valor do Passivo estimado.

Entretanto, com o evento de alienação do FIP Energia PCH para o investidor Bom Futuro (BFE), o Postalís, no que corresponde à sua participação no fundo, recebeu uma injeção de R\$ 246 mil no seu plano de Benefício Definido, o que afeta positivamente a liquidez do plano (Nota 21.1).

Existe um plano de equacionamento em tramitação para aprovação junto ao patrocinador Correios e Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), com o propósito de solução do déficit e restabelecimento dos índices de solvência e liquidez necessários para honrar os compromissos assumidos pelo plano (Nota 12.2).

2.2. PLANO POSTALPREV – CV: CNPB nº 2.002.047-65

O plano Postalprev é um plano estruturado na modalidade de contribuição variável (CV).

Na fase de acumulação os saldos de contribuição são estruturados como contribuição definida (CD). Já os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada), após sua concessão, bem como os benefícios de risco (invalidez, pensão por morte, pecúlio e auxílio-doença) são estruturados na modalidade BD. O participante também conta com a opção de recebimento do benefício na forma de percentual do saldo de contas.

O plano é patrocinado pelas empresas Correios e Postalís, estando aberto para novas adesões desde junho de 2005.

Os benefícios assegurados pelo regulamento abrangem:

- a. Aposentadoria Normal;
- b. Aposentadoria Antecipada;
- c. Aposentadoria por Invalidez;
- d. Pensão por Morte;
- e. Auxílio-Doença; e
- f. Pecúlio por Morte.

2.3. PLANO DE CUSTEIO

O plano de custeio de 2022, com vigência a partir de 1º de abril de 2022, tem como objetivo manter o equilíbrio e a solvência dos planos de benefícios.

2.3.1. Plano de Benefício Definido

Participantes:

- a. Contribuição Normal: nulo (plano saldado, com interrupção definitiva do pagamento de contribuições normais futuras a serem vertidas ao plano);
- b. Contribuição Extraordinária – Equacionamento do Déficit: déficit equacionado 2012 (3,71% do BPS e 3,55% em 2021) e déficit 2014 (16,22% do BPS e 15,26% em 2021); e
- c. Contribuição Adicional – Joia: não há contribuições de joia (plano saldado e fechado para novas adesões).

Participantes Autopatrocinados e Vinculados:

- a. Contribuição Normal: nulo (plano saldado, com interrupção definitiva do pagamento de contribuições normais futuras a serem vertidas ao plano); e
- b. Contribuição Extraordinária – Equacionamento do Déficit: déficit equacionado 2012 (7,43% do BPS e 7,10% em 2021) e déficit equacionado 2014 (32,44% do BPS e 30,52% em 2021).

Patrocinadoras:

- a. Contribuição Normal: ativo, nulo e assistido, montante equivalente à soma das contribuições normais devidas pelos assistidos vinculados ao patrocinador; e
- b. Contribuições Extraordinárias – Equacionamento do Déficit: déficit equacionado 2012 e 2014 paritário ao valor pago pelos participantes e assistidos.

Assistidos:

- a. Contribuição Normal: aposentados, percentual (8,10%) sobre o valor do benefício mensal da renda continuada percebido pelos aposentados que recebem abono, limitado ao valor do abono, na forma prevista nos ditames regulamentares e pensionistas, não aplicável; e
- b. Contribuição Extraordinária – equacionamento do déficit: déficit equacionado 2012 (3,71% do BPS e 3,55% em 2021) e déficit equacionado 2014 (16,22% do BPS e 15,22% em 2021).

Custeio Administrativo (Notas 4.14, 8.2 e 18):

- a. Taxa de Carregamento aplicável sobre as contribuições dos assistidos que vertem contribuições normais de responsabilidade da patrocinadora (6,9%); e
- b. Taxa de Carregamento aplicável sobre as contribuições dos assistidos que vertem contribuições normais (6,9%).

2.3.2. Postalprev

Participantes:

- a. Contribuição Normal: básica (parcela P entre 1 a 4% e parcela K entre 0 a 8% aplicado sobre o salário de contribuição excedente a 11 unidades previdenciárias), voluntária (entre 0 a 15%), extraordinária (mínimo de 1 unidade previdenciária) e contribuição específica (0,42% e 0,30% em 2021).

Participantes Autopatrocinados:

- a. Contribuição Normal: básica (idêntica à dos participantes, adicionada daquela em nome da patrocinadora) e específica (0,84% e 0,6% em 2021).

Assistidos: não se aplica.

Patrocinadoras:

- a. Contribuição Regular: 100% da contribuição básica; e
- b. Contribuição Específica: paritária a dos participantes.

Custeio Administrativo (Notas 4.14, 8.2 e 18):

- a. Taxa de Carregamento aplicável sobre as contribuições básicas dos participantes (6%); e
- b. Taxa de Carregamento aplicável sobre as contribuições regulares das patrocinadoras referente aos participantes (6%);
- c. Taxa de Carregamento aplicável sobre o benefício de renda mensal dos assistidos (1%);
- d. Taxa de Carregamento paga pela patrocinadora aplicável sobre o benefício de renda mensal dos assistidos (1%);

- e. Participantes que optaram pelo instituto de benefício proporcional diferido e cancelados que não optam por um instituto (sobre o último salário de contribuição) (0,77%); e
- f. Taxa de Carregamento, referente aos participantes vinculados pelo instituto de autopatrocínio, incidentes sobre as contribuições básicas e regulares (6%).

O plano de custeio do plano de Benefício Definido aguarda aprovação do SEST.

2.4. QUADRO DE PARTICIPANTES

No encerramento do exercício, o Instituto apresentou a seguinte composição populacional por plano de benefícios:

Participantes	Benefício Definido		PostalPrev	
	2021	2020	2021	2020
Ativos	42.842	49.300	79.507	84.742
Aposentados	30.550	27.393	6.335	4.771
Pensionistas	6.805	6.220	1.898	1.685
Total	80.197	82.913	87.740	91.198
Idade Média da População	57	57	48	47

Fonte: GGP - Gerência de Gestão Previdencial
Elaborador: GCO - Gerência de Controladoria

Os recursos de que a Entidade dispõe para funcionamento são provenientes de contribuições de patrocinadoras e participantes, bem como dos rendimentos auferidos dessas aplicações, observados atos normativos (Resoluções) do Conselho Monetário Nacional (CMN).

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com resoluções e instruções publicadas pelo CNPC e pela Previc respectivamente, e, quando aplicável, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) homologadas pelos órgãos reguladores.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a Administração observa a autonomia patrimonial dos planos de benefícios e administrativo, adotando, em seus processos, métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo.

A estrutura contábil segue o plano de contas padrão constante no anexo I da Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020 e alterações, sendo segregada em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos, cuja classificação é realizada segundo a natureza e a finalidade da operação.

- a. Gestão Previdencial: atividade de registro e controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no artigo 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como da mutação patrimonial do plano de benefícios, de caráter previdencial;
- b. Gestão Administrativa: atividade de registro e de controle inerente às receitas e às despesas administrativas, assim como o ativo imobilizado e intangível, necessários à execução dos planos de benefícios; e
- c. Investimentos: referem-se ao registro e controle das aplicações financeiras dos recursos dos planos de benefícios de caráter previdencial e do PGA.

Em consonância com o artigo 31 da Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020 e alterações a Entidade deve apresentar, ao final de cada exercício social, as seguintes demonstrações contábeis:

- a. Balanço Patrimonial (BP): de forma consolidada, evidencia os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios e PGA;
- b. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): de forma consolidada, apresenta as varia es ocorridas no patrimônio social dos planos de benefícios e PGA;
- c. Demonstrac o do Ativo Líquido (DAL): por plano de benefícios, evidencia a composi o do ativo líquido disponível para cobertura das obriga es atuariais;
- d. Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido (DMAL): por plano de benefícios, demonstra as muta es ocorridas no ativo líquido;
- e. Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): de forma consolidada, evidencia a atividade administrativa da entidade e as altera es do fundo administrativo;

f. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT): por plano de benefícios, evidencia as alterações do patrimônio de cobertura ao fim de cada exercício, demonstrando os valores das obrigações presentes e futuras dos planos para com os seus participantes; e

g. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis: de forma consolidada, apresentam, onde aplicável, informações complementares e fatos relevantes quanto à situação patrimonial dos planos de benefícios e administrativo.

A escrituração contábil é realizada na sede da entidade, revestida das formalidades legais. A autenticação dos livros contábeis é realizada por meio da Escrituração Contábil Digital (ECD) do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), na forma estabelecida pela SRFB, por meio dos Decretos nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007 e nº 9.555, de 6 de novembro de 2018.

No dia 7 de março de 2022, a Diretoria Executiva do Postalís analisou as Demonstrações Contábeis de 2021 e considerou, mediante relatório da auditoria independente, aptas para manifestação do Comitê de Auditoria (COA), conforme o artigo 11 da Resolução CNPC nº 44, de 2021, para exame e parecer do Conselho Fiscal (COF), e posterior aprovação do Conselho Deliberativo (COD) conforme estabelecido nos artigos 15 e 16 do Estatuto Social.

Em 14 de março de 2022, o COA recomendou a aprovação das Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 2021. Posteriormente, o COF recomendou por meio de parecer a aprovação das Demonstrações Contábeis conforme reunião realizada em 18 de março de 2022. De posse de toda documentação, em 22 de março de 2022, o COD deliberou pela aprovação das Demonstrações Contábeis.

Durante todo o processo de encerramento do exercício social, a Administração, de forma diligente, acolheu as sugestões de melhorias relacionadas às Demonstrações Contábeis que foram propostas pelo Comitê de Auditoria (COA), determinando a imediata aplicação.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas e políticas contábeis adotadas estão descritas a seguir:

4.1. MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional para apresentação das Demonstrações Contábeis é o Real (R\$), arredondada em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Possíveis diferenças na casa de milhar entre demonstrativos correspondem a regra de arredondamento.

4.2. REGIME CONTÁBIL

Em consonância com a Resolução CNPC n 43, de 6 de agosto de 2021, os lançamentos contábeis (receitas, despesas e variações positivas/negativas) dos planos de benefícios são registrados com base no Princípio da Competência, exceto as contribuições de participantes e patrocinadores do plano Postalprev, modalidade de contribuição variável, que observa o Regime de Caixa.

4.3. USO DE ESTIMATIVAS

As estimativas contábeis e atuariais adotadas pelo Postalís são baseadas em metodologias e premissas periodicamente revisadas. No entanto, por ocasião da realização dessas operações, poderá haver resultados diferentes daqueles provisionados nas Demonstrações Contábeis dada a subjetividade de algumas premissas.

Dentre as principais estimativas contábeis e atuariais destacamos: cálculos atuariais, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para demandas judiciais, valor justo de determinados instrumentos financeiros e imobiliários, vida útil do ativo imobilizado e intangível.

4.4. GESTÃO DE RISCOS

Em observância a Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, e a Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, o Postalís possui um sistema de gestão de riscos destinado a estabelecer regras, limites e metodologia para o monitoramento e a avaliação dos riscos aos quais os recursos dos planos estão expostos. Dentre eles, destacamos os riscos elencados abaixo:

4.4.1. Risco Atuarial

É o risco de não constituição adequada de reservas decorrente da adoção de premissas atuariais não aderentes à população do plano, tais como tábuas biométricas que simulam a mortalidade geral, a mortalidade de inválidos e a entrada em invalidez.

Além desses, ele abrange outros fatores que possam afetar os riscos inerentes aos ativos e passivos previdenciais dos planos de benefícios, por trazerem volatilidade aos resultados dos planos de benefícios,

quais sejam: base cadastral, modelagem atuarial e descasamento de outras hipóteses atuariais (rotatividade, crescimento real de salários, inflação, idade de entrada em aposentadoria etc.).

Com o objetivo de mitigar esses riscos, o Postalís adota algumas práticas, tais como reprocessamento atuarial trimestral do compromisso dos planos PBD e Postalprev, a partir da atualização da base cadastral, além da avaliação atuarial anual obrigatória, para mitigação de eventual variação relevante. Internamente, o Postalís também elabora o relatório mensal de acompanhamento das variações das provisões matemáticas, a fim de monitorar o trabalho realizado pela consultoria atuarial responsável técnica.

Para o acompanhamento adequado e a adoção de melhores hipóteses demográficas, biométricas, econômicas e financeiras, o Instituto, por meio de sua consultoria atuarial, promove anualmente a elaboração de estudos técnicos de aderência e convergência de premissas, quando são também simulados estudos de análise de sensibilidade do impacto da mudança das principais premissas (tábuas de mortalidade e taxa de juros) e substituídas as premissas não aderentes.

Além disso, para monitoramento dos desvios entre valores esperados e valores observados, o Postalís elabora semestralmente relatório de acompanhamento de controles de riscos atuariais.

4.4.2. Risco de Mercado

É o risco de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preço de ações, e que possam afetar os ganhos da instituição no valor de seus ativos e instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Sendo assim, o Postalís gerencia o risco de mercado dos ativos mobiliários em função da metodologia Value at Risk – VaR paramétrico, sendo adotado para o cálculo da volatilidade o modelo EWMA – Média Móvel Ponderada Exponencialmente, intervalo de confiança de 95%, com fator de decaimento exponencial 0,95 e para os cenários de teste de estresses, utilizando os cenários divulgados pela Bolsa de Valores (B3).

4.4.3. Risco de Crédito

É o risco de incorrer em perdas financeiras caso um emissor ou uma contraparte de instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

O Postalís limita sua exposição a riscos de crédito ao investir a maioria do capital em aplicações de renda fixa, monitorando a concentração de recursos em função das classificações de créditos estarem concentradas em emissores e setores, com qualidade de crédito de baixa probabilidade de default.

Para avaliação do risco de crédito, o Postalís adota o modelo baseado na abordagem da qualidade do crédito, ligado ao risco de degradação do crédito. Assim, para avaliação da capacidade creditícia dos devedores são utilizados os ratings (classificação de risco de crédito).

De acordo com a Política de Investimentos do Instituto, as agências utilizadas para avaliação são: Moody's, Fitch e Standard & Poor's, que consistem em agentes que emitem relatórios independentes, opinando sobre a qualidade de crédito do emissor e da emissão.

4.4.4. Risco de Liquidez

Está relacionado ao casamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam líquidos e certos quando do efetivo pagamento dos benefícios de cada plano.

Quando os prazos de vencimentos das obrigações vão se aproximando, os recursos alocados privilegiam ativos mais líquidos, além de planejar as alienações de ativos de menor liquidez a fim de que ocorram no prazo certo e no preço justo.

O Postalís realiza por meio dos indicadores de liquidez, a avaliação da solvência com o objetivo verificar a disponibilidade de ativos líquidos para fazer frente às obrigações dos planos, permitindo, quando necessário, que os ativos sejam alienados no tempo adequado e que a venda aconteça com o menor deságio possível.

4.4.5. Risco Operacional

É a possibilidade de perda decorrente da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos, bem como de eventos externos que causem prejuízos às atividades da Entidade ou danos aos ativos físicos nelas empregados.

Anualmente, por meio de consultoria especializada, ocorre a autoavaliação dos riscos operacionais utilizando a metodologia Control Self Assessment (CSA). Ao final de cada ciclo de avaliação, são emitidos relatórios que contemplam as matrizes com os riscos originais, residuais (considerando os controles) e planos de ação de melhoria e mitigação para o déficit encontrado.

Os riscos mapeados são formalizados no dicionário de riscos que visa assegurar melhores condições para o desenvolvimento e o fortalecimento da cultura de gestão de riscos e de controles do Instituto.

4.4.6. Risco Legal

É o risco que surge quando os procedimentos e rotinas desrespeitam as regras do ordenamento jurídico. Incluem-se no risco legal a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades e/ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

A gestão de Risco Legal na Entidade é realizada a partir da identificação e interpretação das legislações aplicáveis às suas atividades, evitando-se desvios que possam ocorrer no cumprimento das normas legais e regulamentares.

4.4.7. Risco Sistêmico

É o risco que atinge a economia como um todo ou um determinado mercado em sua integralidade, cuja reação em cadeia pode ameaçar o sistema financeiro. A instabilidade do mercado pode acarretar dificuldades ou inadimplências de pagamentos e obrigações de terceiros, comprometendo o equilíbrio-financeiro dos planos.

Para acompanhamento dos riscos destacamos o estudo de cenários macroeconômicos e pela diversificação das carteiras de investimentos.

A Entidade dispõe, na sua estrutura organizacional, de um Comitê de Riscos de Investimentos (CRI), subordinado ao Presidente, que tem como atribuição avaliar controlar e monitorar os riscos de crédito, de mercado, de liquidez e outros inerentes às operações financeiras, observadas as regras estabelecidas na legislação e nos normativos internos do Postalís. Demais regras e processos estão estabelecidos no regimento interno do referido comitê.

4.5. REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS

Os limites operacionais de aplicação dos recursos garantidores das provisões matemáticas e dos fundos são fixados na Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, e nas Políticas de Investimentos dos planos, revisadas anualmente.

De acordo com a Deliberação CVM nº 699, de 20 de dezembro de 2012 e alterações, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 46 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a precificação dos títulos e dos valores mobiliários obedece a três níveis de hierarquia de valor justo:

- a. Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- b. Nível 2: informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e
- c. Nível 3: dados não observáveis para o ativo ou passivo.

4.5.1. Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

De acordo com a Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, os títulos e valores mobiliários adquiridos para carteira própria, carteira administrada ou fundo de investimentos exclusivos devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e classificados nas seguintes categorias:

- a. Títulos para Negociação (Marcados a Mercado): refere-se aos títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados, independentemente do prazo, a partir da data da aquisição;
- b. Títulos Mantidos até o Vencimento (Marcados na Curva): refere-se aos títulos e aos valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira da entidade de mantê-los em carteira até o vencimento

e que sejam considerados, com base em agências classificadoras de risco em funcionamento no país, como de baixo risco de crédito. Caso sejam verificadas alterações no risco do título e valor mobiliário de baixo para médio ou alto risco de crédito, deverá ocorrer imediata transferência da categoria de títulos mantidos até o vencimento para a categoria títulos para negociação.

Os ativos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, com indicação de desvalorização, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável (impairment), em observância ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação da CVM nº 639, de 7 de outubro de 2010 e alterações.

4.5.2. Ações

As ações são registradas pelo valor de aquisição, acrescido de corretagens e outras taxas incidentes sobre a operação.

As ações negociadas em Bolsa são registradas pela cotação de fechamento do mercado no último dia em que a ação tenha sido negociada, e para as ações sem mercado ativo, o valor justo é baseado em modelos de precificação.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio são reconhecidas a partir da data ex-dividendos.

4.5.3. Fundos de Investimentos

São registrados pelo custo de aquisição, atualizados pela variação da cota informada pelo administrador do fundo.

Anualmente, o Postalís realiza análise de recuperabilidade para verificar a possível redução no valor dos seus investimentos, para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação, incluindo os eventuais cenários que contemplem uma reversão, os quais estarão sujeitos a elaboração de estudos técnicos devidamente embasados e formalizados.

Ambos os processos supracitados podem estar sujeitos à realização de análise prévia pelos órgãos de assessoramento para deliberação da Administração e posterior escrituração contábil.

4.5.4. Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados pelos custos de aquisição incidentes sobre a operação.

As reavaliações são realizadas anualmente, com a emissão de laudo técnico de avaliação de imóvel de acordo com as normas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) por pessoa jurídica ou profissional legalmente habilitado, à exceção de imóveis em construção.

O resultado da reavaliação é contabilizado de uma única vez, em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas.

Os aluguéis a receber são atualizados pelos índices contratados. Nos casos de inadimplência, serão acrescidos de multa e juros.

4.5.5. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos concedidos a participantes são registrados pelo valor principal e demais encargos previstos em contrato.

As taxas de juros, a reposição do poder aquisitivo da moeda, o custeio administrativo, a carência e as cotas de quitação por morte e/ou por invalidez são cobradas, de forma parcelada, nos vencimentos dos pagamentos mensais pelos participantes-contratantes.

O participante-contratante, ao realizar a solicitação para a concessão de empréstimo, autoriza e dá em garantia ao Postalís, para quitação antecipada do saldo devedor atualizado do crédito concedido, o valor de sua reserva caso opte pelo instituto previdenciário do Resgate, líquido das obrigações fiscais, considerando todos os planos nos quais esteve inscrito.

4.6. PROVISÃO PARA PERDAS E PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As provisões para perdas e para créditos de liquidação duvidosa são registradas para direitos creditórios mensurados ao custo amortizado, em conta de resultado, tendo como contrapartida a conta redutora do referido ativo.

As provisões são constituídas com base no valor vencido e vincendo, conforme número de dias de atraso, atendendo ao disposto no artigo 19 da Instrução Previc nº 31, 20 de agosto de 2020 e alterações.

Segue abaixo o demonstrativo contemplando os critérios adotados no exercício de 2021, conforme Instrução Previc nº 31, e exercício de 2020, conforme Instrução Normativa SPC 34, de 24 de setembro de 2009:

Dias de Atraso		2021
De	Até	% Provisionamento
31	60	1%
61	90	5%
91	120	10%
121	180	25%
181	240	50%
241	360	75%
361	...	100%

Fonte: Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020

Dias de Atraso		2020
De	Até	% Provisionamento
61	120	25%
121	240	50%
241	360	75%
361	...	100%

Fonte: Instrução Normativa SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009

4.7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os elementos do ativo imobilizado e intangível são contabilizados pelo custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzidas depreciações/amortizações mensais como redutoras dos respectivos ativos, tendo como contrapartida despesas do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

A depreciação/amortização é registrada com base no método linear, com taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil ou espécie do bem.

As taxas de depreciação/amortização estão demonstradas a seguir:

Ativo Imobilizado e Intangível	2021	2020
Imobilizado		
Móveis e Utensílios	10% a.a.	10% a.a.
Máquinas e Equipamentos	20% a.a.	20% a.a.
Veículos	20% a.a.	20% a.a.
Intangível		
Software	20% a.a.	20% a.a.

Fonte: Manual Normativo de Depreciação ou Amortização de Bens Patrimoniais da Entidade

Elaborador: GCO - Gerência de Controladoria

4.8. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

4.8.1. Provisões e Passivos Contingentes

O Postalís é parte em vários processos judiciais ou administrativos, cujo critério de provisão é fundamentado na opinião de advogados (internos e externos), na natureza das ações, na similaridade com outros processos, na complexidade e no posicionamento dos tribunais.

O reconhecimento contábil é realizado sempre que a perda processual for classificada como provável, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, homologado pelo CFC (NBC TG 25) e ratificado pelo CNPC.

Para fins da classificação de risco de perda serão considerados, nesta ordem, os seguintes aspectos jurídicos:

- a) existência de súmulas vinculantes a respeito do tema;
- b) existência de súmulas dos tribunais superiores ou orientações jurisprudenciais (OJ) do Tribunal Superior Trabalho (TST);
- c) existência de acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) em julgamento de recursos repetitivos;
- d) entendimentos firmados em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;
- e) jurisprudência atualizada dos tribunais superiores, dos tribunais regionais e de justiça, nesta ordem;
- f) sentenças proferidas pelas Varas (Federais, Cíveis e Trabalho) de casos análogos em que o Postalís tenha figurado como parte;
- g) artigos expressos de Lei;
- h) análise minuciosa dos pedidos da inicial;
- i) entendimentos doutrinários a respeito do tema; e
- j) outros aspectos jurídicos, técnicos ou factuais, considerados relevantes.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, apenas divulgados em Notas Explicativas. Para os passivos contingentes classificados como remotos, não há constituição de provisão ou divulgação nas Demonstrações Contábeis.

4.8.2. Ativos Contingentes

É um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

A classificação observa os seguintes critérios:

- a. **Praticamente certo:** é reconhecido contabilmente quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Nesse caso, o Postalís reconhece o ativo e não o classifica como ativo contingente;
- b. **Provável:** quando não é reconhecida como praticamente certa a entrada de benefícios econômicos futuros, a entidade apenas divulga em Notas Explicativas o Ativo Contingente; e,
- c. **Possível e Remota:** nestes casos, o Instituto não reconhece e não divulga em Notas Explicativas, ou seja, não há posicionamento predominante nos tribunais, ou, o posicionamento dominante é contrário à tese jurídica do Postalís.

4.9. DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Os depósitos judiciais são uma obrigação presente derivada de eventos passados que resultam na saída de recursos financeiros por determinação legal. Os valores são efetuados no Poder Judiciário e permitem que se apresente recursos caso tenha sido sucumbente na demanda.

Os depósitos judiciais não refletem, necessariamente, o prognóstico da causa, pois podem ser revertidos a favor do Postalís ou objeto de questionamento.

A partir de 1º de janeiro de 2021, os depósitos judiciais passaram a ser atualizados por ocasião da emissão do alvará de levantamento expedido pelo judiciário em favor da EFPC em contrapartida a conta de resultado, conforme artigo 23 da Instrução Normativa Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020.

4.10 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas correspondem ao valor presente dos compromissos de benefícios concedidos e a conceder de participantes, apurados com base em cálculos atuariais realizados por atuário externo, revisados pelo Instituto.

Seguem abaixo as definições dos itens que correspondem as provisões matemáticas supracitadas:

- a. **Benefícios Concedidos:** correspondem ao valor atual dos compromissos futuros de assistidos;
- b. **Benefícios a Conceder:** constituem o valor atual dos compromissos futuros de participantes que ainda não iniciaram o recebimento do benefício de aposentadoria; e
- c. **Provisões Matemáticas a Constituir:** representam o valor atual das contribuições extraordinárias referentes ao equacionamento de déficit (2012 e 2014) do plano de benefícios (Benefícios Definido).

4.11 EQUILÍBRIO TÉCNICO

A Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e a Instrução Previc nº 33, de 23 de outubro de 2020 apresentam as condições e os procedimentos observados na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit.

O resultado superavitário dos planos de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, frente a eventos futuros e incertos, observando, o que for menor, entre os seguintes critérios:

- a. até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou
- b. até o limite calculado pela seguinte fórmula: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$.

Constituída a reserva de contingência, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para revisão do plano de benefícios.

No caso de déficit, que corresponde a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos do plano de benefícios com seus participantes, o Postalís deverá elaborar e aprovar plano de equacionamento do déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula:

- a. Limite de Déficit Técnico Acumulado = $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$.

O plano de equacionamento deverá contemplar ao menos o resultado deficitário que ultrapassar o limite do déficit, não podendo ser inferior a 1% (um por cento) das provisões matemáticas.

4.12 AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Para destinação do superávit e equacionamento do déficit, o Postalís considera o ajuste de precificação, quando aplicável, para cálculo do equilíbrio técnico ajustado.

O ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil (sistema Venturo) desses títulos. Para isso, os títulos públicos federais atendem, cumulativamente, aos requisitos previstos no artigo 10 da Instrução Previc nº 33, de 23 de outubro de 2020.

O valor do ajuste de precificação quando positivo, será deduzido do resultado deficitário acumulado e, negativo, acrescido para fins de equacionamento do déficit.

4.13 FUNDOS

São registrados recursos destinados a um propósito específico, conforme a saber:

- a. **Previdenciais:** a constituição ou a manutenção do fundo observa a estrutura técnica do plano de benefícios, com indicação de fontes de custeio e destinações específicas previstas pelo atuário responsável;
- b. **Administrativo:** tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção das atividades administrativas, decorrentes de gastos realizados na administração dos planos de benefícios, cujas fontes de custeio estão previstas em regulamento. Mensalmente, o saldo é atualizado pela rentabilidade do referido plano; e
- c. **Investimentos:** constituído para fazer face à quitação de empréstimos simples nos casos de morte e invalidez do participante-contratante, cujas fontes de custeio estão previstas em regulamento. Mensalmente, o saldo é atualizado pela rentabilidade dos respectivos planos de benefícios.

4.14 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

O Custeio Administrativo corresponde aos recursos destinados à cobertura das despesas administrativas do Postalís, definidos no plano anual de custeio dos planos de benefícios, cujas fontes de custeio estão previstas no seu regulamento (Nota 17).

5. Ativos em Investigação

O Instituto possui ativos de investimento que estão sob investigação das autoridades competentes.

As operações instauradas pelas autoridades públicas e os respectivos ativos sob investigação são:

a. **Operação Greenfield (processo nº 1030128-39.2019.4.01.3400):** em trâmite perante a 12ª Vara Criminal da Secção Judiciária de Brasília – Tribunal Regional Federal da 1ª Região. O Postalís figura como assistente de acusação. O processo está concluído para decisão desde maio de 2021. Ativo: FIP Multiestratégia Multiner (BD).

b. **Operação Pausare (processo nº 1003218-38.2020.4.01.3400):** em trâmite perante a 12ª Vara Criminal da Secção Judiciária de Brasília – Tribunal Regional Federal da 1ª Regional. O Postalís figura como assistente de acusação. Em outubro de 2021 foi proferida decisão indeferindo o pedido de reconsideração quanto à requisição de documentos ao Postalís e BNY. Ativos: CCI Mudar Master II Participações (BD e Postalprev), debêntures Canabrava Agrícola e Energética (plano BD), debêntures XNICE Participações S/A (BD e Postalprev), FIP Multiestratégia ETB (BD), FIP RN Naval Mezanino (BD), FIC FIRF Dívida Externa BNY Mellon (BD), FIP Multiestratégia Multiner (BD), FIP Nova Energy (BD), FIA Perimeter (Postalprev), FIP Multiestratégia Saúde (BD) e FIDC Trendbank Banco de Fomento Multisetorial (BD e Postalprev).

c. **Operação Rizoma (processo nº 1001027-54.2019.4.01.3400):** Ativos: FIP Multiestratégia ETB (BD), Debêntures XNICE (BD e Postalprev), Debêntures Alubam Participações S.A (BD) e Debêntures Galileo Administração de Recursos Educacionais S/A (BD e Postalprev).

d. **Força-Tarefa Postalís (fase de inquérito):** instituída pela Portaria nº 604/2019, destinada à apuração dos crimes contra o Sistema Financeiro e, eventualmente, lavagem de capitais.

e. **Operação Amigo Germânico (fase de inquérito):** a operação apura crimes de lavagem de dinheiro, organização criminosa, crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e corrupção cometidos contra o Postalís referentes aos Fundos de Investimentos em Direitos Não Padronizados – FIDC NP criados em 2016.

O Instituto já peticionou nos autos da Ação Cautelar nº 1041368-88.2020.4.01.3400, em trâmite na 12ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, solicitação de ingresso como assistente de acusação, estando o pedido pendente de apreciação.

O Postalís tem adotado postura colaborativa com as autoridades competentes encarregadas pelas investigações, fornecendo, sempre que oficiado, todos os subsídios necessários para o deslinde dos trabalhos.

Inobstante, o instituto vem tomando medidas para reverter os prejuízos ocasionados aos planos de benefícios e para responsabilizar agentes por tais fatos.

Em conformidade com a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – o instituto entende que não é razoável e prudente precificar e estimar os valores, por isso optou-se por não divulgar.

6. BNY Mellon

Em referência aos prejuízos causados pelo agente BNY Mellon Distribuidora de Valores Mobiliários (DTVM), fundamentadas na cláusula objetiva do Contrato de Administração Fiduciária firmado em janeiro de 2011, em que a responsabilidade por quaisquer prejuízos é totalmente da referida instituição financeira, diversas ações judiciais foram propostas pelo Instituto em desfavor daquela Instituição Financeira, a saber:

6.1 FIC FIDE BRASIL SOVEREIGN II (processo nº 0266411-48.2014.8.19.0001)

Plano: Benefício Definido
Partes: Postalis (autor) vs BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. e Fabrício Dulcetti Neves (réus)

Ação ordinária, com pedido de antecipação de tutela, na qual se postula, em síntese, a condenação solidária dos réus ao pagamento dos prejuízos decorrentes da má administração e/ou gestão do Fundo Brasil Sovereign II. Cartas rogatórias foram expedidas para os Estados Unidos (USA) para citar os réus.

6.2 FM1 FIM CRÉDITO PRIVADO (processo nº 0075917-95.2015.8.19.0001)

Plano: Benefício Definido
Partes: Postalis (autor) vs BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM, BNY Mellon Administração de Ativos Ltda, Espólio de Soraya Andrade Saad, FC Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado (réus).

Ação ordinária com pedido de recompra das 16.168.020 (dezesesseis milhões, cento e sessenta e oito mil e vinte) quotas de emissão do FM1, além do pedido de condenação solidária dos réus a indenizarem o Postalis nas perdas e danos, incluindo os prejuízos, lucros cessantes e/ou danos emergentes advindos do inadimplemento da obrigação de recompra de quotas por tanto tempo, bem como decorrente da quebra de diversos deveres previstos na Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, vigente à época (revogada pela CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014).

Atualmente, o processo encontra-se em fase de perícia.

6.3 RIVIERA FUNDO DE INVESTIMENTOS MULTIMERCADO – FIM (processo nº 0499418-13.2015.8.19.0001)

Plano: Benefício Definido

Partes: Postalis (autor) vs BNY Mellon DTVM, BNY Mellon Administração de Ativos Ltda e Riviera Gestora de Recursos Ltda (réus).

Ação Ordinária, na qual se postula, em síntese, a condenação solidária dos réus ao pagamento dos prejuízos decorrentes da má administração e/ou gestão do FIM Riviera. O processo está em fase de perícia.

6.4 TEJO FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES – FIA (processo nº 0499277-91.2015.8.19.0001)

Plano: Postalprev
Partes: Postalis (autor) vs BNY Mellon DTVM, BNY Mellon Administradora de Ativos Ltda e Riviera Gestora de Recursos Ltda (réus).

Ação Ordinária, na qual se postula, em síntese, a condenação solidária dos réus ao pagamento dos prejuízos decorrentes da má administração e/ou gestão do Tejo FIA. Fase pericial concluída. Concluso para decisão do Juízo.

6.5 FII GENERAL SHOPPING (processo nº 0499308-14.2015.8.19.0001)

Plano: Postalprev
Partes: Postalis (autor) vs BNY Mellon DTVM e BNY Mellon Administração de Ativos Ltda (réus).

Ação Ordinária, na qual se postula, em síntese, a condenação solidária dos réus ao pagamento dos prejuízos decorrentes da má administração e/ou gestão do FII General Shopping.

O BNY Mellon apresentou recurso de apelação, que foi distribuído para a segunda instância onde aguarda julgamento.

6.6 BNY Mellon DTVM – FIM Serengueti e São Bento (processo nº 1017589-12.2017.4.01.3400)

Plano: Benefício Definido e Postalprev, respectivamente

Partes: Postalis (autor) vs BNY Mellon DTVM, BNY Mellon Administradora de Ativos e BNY Mellon Alocação de Patrimônio Ltda (réu).

Ação que visa a condenação dos réus ao pagamento integral dos prejuízos acarretados ao autor, incluindo danos emergentes e/ou lucros cessantes, advindos da inobservância às normas de conduta previstas na Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 e do descumprimento de suas obrigações contratuais.

6.7 BNY Mellon DTVM – FIDC CJP (processo nº 0267006-71.2019.8.19.0001)

Plano: Benefício Definido

Partes: Postalis (autor) vs BNY Mellon DTVM e BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda (réus).

Ação indenizatória que busca reparação civil por danos sofridos decorrentes de operação de aquisição de créditos em Fundo de Direitos Creditórios Não Padronizados – Créditos Judiciais e Precatórios – FIDC CJP.

Processo em fase de especificação das provas que as partes pretendem produzir em Juízo.

6.8 BNY MELLON DTVM Serengueti e São Bento (processo nº 5001172-70.2018.4.03.6100)

Plano: Benefício Definido e Postalprev respectivamente

Partes: Ministério Público Federal (MPF) (autor) vs BNY Mellon DTVM (réu)

Ação Civil Pública proposta pelo MPF cobrando do BNY Mellon DTVM os prejuízos causados ao Postalís. Para o ingresso da ação foi apurada, por meio de Inquérito Civil Público, a responsabilidade do BNY Mellon pela prática de atos irregulares que ocasionaram os déficits no Instituto. O Postalís atua como assistente do MPF neste processo.

Em 18 de abril de 2018, o processo foi julgado extinto, sem resolução de mérito, em razão de caracterizada a litispendência, sendo a sentença objeto de recurso interposto pelo MPF e dos assistentes Correios e Postalís.

Foi dado provimento ao recurso do MPF para anular a sentença de primeiro grau, afastando o reconhecimento da litispendência, determinando-se que os autos sejam remetidos ao Juízo Federal da 21ª Vara de São Paulo (SP) para que ali tenha o curso regular.

O processo aguarda o julgamento dos recursos interpostos pelo BNY Mellon.

6.9 BNY MELLON DTVM e ARTIS GESTORA DE RECURSOS S.A. (processo nº 0198136-37.2020.8.19.0001)

Plano: Benefício Definido

Partes: Postalís e Serpros (autor) vs BNY Mellon DTVM e Artis Gestora de Recursos S.A. (réus).

Ação de indenização por dano material pela qual os Autores requerem a condenação dos Réus ao pagamento de indenização aos Autores, em função de violação de seus deveres na qualidade de gestor (a ARTIS) e de administrador (o BNY) do FIP Bioenergia à época.

O processo está em fase de perícia.

7. Instrução Previc Nº 31, de 20 de janeiro de 2021

A Instrução Previc nº 31 alterou determinados aspectos dos registros contábeis, que incluem as operações dos planos de benefícios e o plano de gestão administrativa a partir de 1º de janeiro de 2021. As principais modificações que geraram reflexos nas demonstrações contábeis do Instituto estão apresentadas a seguir:

7.1 REGISTRO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas para a gestão dos planos de benefícios estão contabilizadas de forma consolidada, não havendo mais a segregação entre despesa da Gestão Previdencial e de Investimentos.

7.2 REGISTRO DAS DESPESAS DIRETAS DE INVESTIMENTOS

As despesas diretas de investimentos foram contabilizadas como “Deduções/Variações Negativas” dos investimentos nos respectivos planos de benefícios. Dessa forma, houve a necessidade de abertura de novas rubricas no plano de contas no grupo do fluxo de investimentos, conforme listadas abaixo:

- a) Custódia e controladoria das carteiras de investimentos;
- b) Custódia e controladoria das carteiras de investimentos;
- c) Taxa de administração de investimentos na gestão terceirizada dos recursos;
- d) Tributos diretamente incidentes sobre os investimentos;
- e) Serviços de avaliação e reavaliação dos investimentos;
- f) Taxas condominiais, seguros e manutenção dos imóveis; e
- g) Gastos necessários para a recuperação dos investimentos.

As demonstrações contábeis do exercício 2020 foram ajustadas para fins de comparação, dessa forma, apesar das alterações na legislação a comparabilidade e uniformidade das informações aos usuários das demonstrações contábeis não foram prejudicadas.

O processo está em fase de perícia.

8. Composição das Contas Patrimoniais

8.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

A composição do ativo realizável da Gestão Previdencial está demonstrada a seguir:

Recursos a Receber	Benefício Definido		Postalprev		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Contribuições a Receber	11.327	9.696	-	-	11.327	9.696
Patrocinadores	11.327	9.696	-	-	11.327	9.696
Contribuições Extraordinária Equacionamento	46.764	146.432	-	-	46.764	146.432
Patrocinadora	38.356	34.632	-	-	38.356	34.632
Participantes	8.407	9.294	-	-	8.407	9.294
Judicial	-	102.507	-	-	-	102.507
Contribuições em Atraso	21.025	-	-	-	21.025	-
Adiantamentos	492	395	169	136	661	530
Depósito Judicial	14.007	19.034	612	411	14.618	19.444
Outros Realizáveis	1.165	254	387	288	1.552	542
Total	94.779	175.811	1.168	834	95.947	176.645

Fonte: Balançales Postalis

Desde 2019, o plano Postalprev adota o regime de caixa para os registros relativos às contribuições a receber de patrocinadora, participantes e autopatrocinados. A fundação para o registro está previsto no artigo 10 da Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021.

A redução de contribuições judiciais no plano de Benefício Definido corresponde a reclassificação das contribuições extraordinárias dos equacionamentos dos déficits (2012 e 2014) para contribuições em atraso decorrentes de processo judicial da ADCAP e liminares da Associação Representativa dos Aposentados/veis e Pensionistas dos Correios e Telégrafos de São Paulo (ARACT-SP) e Associação dos Aposentados e Empregados dos Correios (AJACOR-MG) registradas em 2016. Desde agosto de 2016, as contribuições de participantes da ADCAP estão sendo depositadas em juízo pelos Correios e as parcelas paritárias do patrocinador repassadas mensalmente ao Postalís.

O saldo representado a título de contribuições em atraso no plano de Benefício Definido corresponde ao saldo remanescente de liminares (ARACT-SP e AJACOR-MG) de participante e patrocinadora. As cobranças estão sendo realizadas de forma gradativa, no momento em que os participantes passam a ser beneficiários do plano ou solicitam por alguns dos institutos de resgate ou portabilidade (Instrução SPC nº 5, de 9 de agosto de 2003). O montante correspondente às contribuições em atraso da ADCAP (depositadas em juízo) foi integralmente registrado como perdas estimadas até possível decisão judicial em contrário.

O aumento no saldo de outros realizáveis no plano de Benefício Definido corresponde a valores a receber do plano Postalprev resultantes de consignações (empréstimos, contribuições) realizadas em folhas de benefícios, cuja plano originário não apresentava saldo para efetivar as cobranças.

8.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

Segue a composição do ativo realizável da Gestão Administrativa:

Descrição	2021	2020
Contas a Receber	6.890	10.313
Contribuições para o Custeio Administrativo	3.318	7.066
Responsabilidades de Empregados	3.318	2.970
Responsabilidades de Terceiros	254	277
Despesas Antecipadas	1.933	1.658
Depósitos Judiciais/Recursais	63.402	62.777
Tributos a Restituir/Compensar	6	6
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.175	0
Outros Realizáveis	728	614
Total	78.132	75.368

Fonte: Balançetes Postalís

A partir da vigência da Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, as contribuições para o custeio administrativo passam a ser segregadas entre custeio administrativo previdencial e custeio administrativo de investimentos. Para melhor compreensão da comparabilidade entre exercícios é preciso considerar a movimentação dos saldos.

Para o crescimento do saldo de responsabilidade de empregados destacamos adiantamento de férias, cujo aumento está relacionado, basicamente, com reajuste salarial (acordo coletivo) e contratações realizadas.

8.3 INVESTIMENTOS

A administração dos investimentos é realizada por meio de carteira própria e gestão terceirizada, em consonância com a Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020 e alterações, a Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e as diretrizes estabelecidas nas Políticas de Investimentos dos respectivos planos.

Conforme definições dos níveis de hierarquia do valor justo (Nota 4.5), apresentamos abaixo a carteira de investimentos consolidada:

A redução em companhias fechadas está representada pela amortização integral da debênture BBM Incorporações S.A. prevista na escritura de emissão, por aproximadamente R\$ 71 milhões, dos quais 30,28% referem-se ao plano de Benefício Definido e 69,72% Postalprev. A referida debênture foi liquidada em fevereiro de 2022.

Em relação às companhias abertas, a posição apresentada no exercício equivale a aprovação de constituição de fundo de investimentos em ações. Até que o fundo fosse constituído, a Entidade optou pela compra de Exchange Traded Funds (ETFs) que replicam o Ibovespa, visando aumentar a exposição da Instituição à classe de renda variável, em linha com o previsto nas Políticas de Investimentos vigentes.

Atualmente, o Postalís utiliza dois instrumentos para gestão de caixa dos planos de benefícios e administrativo, o fundo referenciado BTG Pactual Tesouro Selic Simples Institucional FIRF e as Letras

Financeiras do Tesouro (LFT) conciliando liquidez e custo de oportunidade, oscilando a proporção entre um e outro.

O aumento na posição de fundos de investimentos multimercado corresponde aos fundos Gauss Advisory FIC FIM, Vinci Valorem FIM, Pandhora Essencial FIM e Safra Kepler FIM presentes nos planos de Benefício Definido e Postalprev. As aplicações foram realizadas por meio do aumento de exposição no segmento previsto na política de investimentos para 2021.

8.3.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

A carteira própria de Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos é composta da seguinte forma:

Investimentos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Custo Amortizado	2021	2020
Títulos Públicos	1.700.338	0	0	4.515.578	6.215.916	6.459.124
Notas do Tesouro Nacional	1.201.885	0	0	4.515.578	5.717.483	5.985.882
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	498.454	0	0	0	498.454	493.242
Créditos Privados e Depósitos	75.693	0	10.341	30.772	116.806	124.572
Instituições Financeiras	52.248	0	0	30.772	83.020	84.783
Companhias Abertas	23.445	0	0	0	23.445	29.598
Companhias Fechadas	0	0	(a) 10.341	0	10.341	10.191
Ações	213.539	0	0	0	213.539	45.060
Companhias Abertas	213.539	0	0	0	213.539	24.896
Sociedades de Propósitos Específico	0	0	0	0	0	20.164
Fundos de Investimento	1.668.357	0	690.535	0	2.358.892	2.116.709
Referenciado	312.733	0	0	0	312.733	45.072
Renda Fixa	4.959	0	0	0	4.959	7.409
Ações	931.713	0	0	0	931.713	1.084.415
Dívida Externa	210.225	0	0	0	210.225	198.099
Multimercado	206.430	0	0	0	206.430	44.304
Direitos Creditórios	0	0	(b) 343.505	0	343.505	392.125
Empresas Emergentes	0	0	(c) 9.640	0	9.640	5.824
Participações	0	0	(d) 337.389	0	337.389	339.027
Imobiliário	2.298	0	0	0	2.298	2.635
Investimentos Imobiliários	0	0	(e) 356.824	0	356.824	278.136
Empréstimos e Financiamentos	0	0	0	655.507	655.507	663.027
Depósitos Judiciais	0	0	0	32.452	32.452	32.415
Total	3.657.927	0	1.057.701	5.234.309	9.949.937	9.719.044

Fonte: GR1 - Gerência de Riscos de Investimentos

Notas:

(a) IFSC Itasec Securitizadora S.A. (plano de Benefício de Definido) e BBM Incorporações S.A. (plano Benefício Definido e PostalPrev)

(b) Fundo de Investimentos Multisetorial Milla (planos de Benefício Definido e PostalPrev) e CJP FDC Não Padronizados - Créditos Judiciais e Precatórios (plano Benefício Definido)

(c) Energia PCH, Florestas do Brasil e Investidores Institucionais III (plano de Benefício Definido)

(d) Jardim Botânico VC I - FMEE (plano de Benefício Definido)

(e) Galpão Logístico Cajamar (plano de Benefício Definido) e Fazenda Saint Romain (planos de Benefício Definido e PostalPrev)

8.3.1.1 Títulos Públicos e Créditos Privados e Depósitos por Emissor

Ativos	Benefício Definido		PostalPrev		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Títulos Públicos	825.055	1.414.168	5.248.388	4.857.344	6.073.443	6.271.512
Títulos Públicos Federais	825.055	1.414.168	5.248.388	4.857.344	6.073.443	6.271.512
Notas do Tesouro Nacional	825.055	1.365.177	4.892.408	4.427.210	5.717.463	5.792.387
Letras Financeiras do Tesouro	0	48.991	355.980	430.134	355.980	479.125
Créditos Privados e Depósitos	33.786	45.895	83.020	98.840	116.806	144.736
Instituições Financeiras	0	0	83.020	84.783	83.020	84.783
Safra	0	0	30.772	50.905	30.772	50.905
Pine	0	0	0	33.878	0	33.878
BRB	0	0	52.248	0	52.248	0
Companhias Abertas	23.445	29.598	0	0	23.445	29.598
Vale do Rio Doce	18.716	18.686	0	0	18.716	18.686
BMG	4.729	10.911	0	0	4.729	10.911
Companhias Fechadas	10.341	16.298	0	14.057	10.341	30.355
BBM Incorporações	0	6.107	0	14.057	0	20.164
Infrasc	10.341	10.191	0	0	10.341	10.191

Fonte: GRI - Gerência de Riscos de Investimentos
Elaborador: GCO - Gerência de Controladoria

A contração em títulos públicos federais no plano de Benefício Definido decorre de vencimentos e desinvestimentos para aplicações em novos segmentos, em especial renda variável.

A redução em instituições financeiras no plano Postalprev corresponde ao recebimento da liquidação da Letra Financeira (LF) de emissão do Banco Safra, cujo vencimento do ativo ocorreu em janeiro de 2021. A anulação na posição de LF de emissão pelo Banco Pine é referente a liquidação do ativo, cujos vencimentos ocorreram em novembro e dezembro de 2021.

No plano Postalprev, registra-se aumento na posição de instituições financeiras por meio da aquisição de Letra Financeira Subordinada (LFSN) de emissão do Banco de Brasília (BRB).

8.3.1.2 Títulos para Negociação

Em observância a Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, indicamos a seguir os valores dos títulos classificados como “Títulos para Negociação” comparados ao Custo Amortizado:

Emissor	Tipo	Plano	Indexador	Taxas a.a.	Aquisição	Custo	Venc.	2021	
								Valor de Mercado	Custo Amortizado
Secretaria do Tesouro Nacional	NTN-B	PostalPrev	IPCA	5,15 a 5,53	22/02/2017 a 02/12/2021	723.780	15/05/2023	726.968	731.586
		Benefício Definido		5,57 a 6,28	11/09/2013 a 30/12/2021	60.373	15/08/2022	60.427	172.774
	LFT	PostalPrev	SELIC	5,15 a 6,04	19/05/2017 a 02/12/2021	412.671	15/05/2023	414.489	1.199.934
				07/10/2020 a 07/10/2020	6.334	01/03/2025	6.721	6.672	
		11/01/2021 a 11/01/2021		8.337	01/09/2025	8.697	8.710		
		16/11/2020 a 09/06/2021		41.268	01/03/2026	43.311	43.107		
		17/02/2021 a 08/07/2021		103.970	01/03/2027	108.086	106.327		
		16/08/2021 a 08/12/2021		185.383	01/09/2027	189.165	188.829		
		11/01/2021 a 11/01/2021		578	01/09/2025	603	599		
		01/07/2020 a 03/07/2020		606	01/03/2026	635	633		
		24/08/2020 a 19/03/2021		15.183	01/09/2026	15.854	15.736		
		17/02/2021 a 08/07/2021		8.236	01/03/2027	8.584	8.560		
		06/08/2021 a 08/12/2021		113.170	01/09/2027	116.798	54.567		
Debênture	BMG	Benefício Definido	CDI	1,90%	01/09/2017	25	12/09/2022	7.852	5.753
Vale	(a)			08/07/1997	4	perpétuo	22.402	31	
CRI	Infrasc	PostalPrev	IGP-M	7,80%	05/07/2013	10	07/04/2027	11.008	11.008
Letra Financeira	Banco PINE			Pré-fixada	16%	18/06/2014	13	22/11/2021	2.264
		Pré-fixada	16%	18/06/2014	1	06/12/2021	34.159	34.159	
Total								1.778.023	2.591.248

Fonte: GRI - Gerência de Riscos de Investimentos

Nota:

(a) Debêntures participativas com prêmio vinculado à produção (cobre e ferro) e alienação de direito mineral

Os ativos classificados para negociações (Valor de Mercado) têm sua posição apurada em função dos preços médios negociados em mercado secundário. A fonte principal de consulta dos preços médios é a Associação

Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) que representa as instituições do mercado de capitais brasileiro, a qual divulga fonte de preços tanto para títulos públicos como para ativos de crédito.

Os ativos classificados nessa categoria refletem a expectativa de mercado, possuindo assim, variações de preços diariamente, que por sua vez refletem na posição detida em carteira do plano. Em relação ao custo de amortização apresentado no quadro acima, as posições dos títulos são refletidas em função de sua taxa de aquisição, isso é, valor aplicado (principal) acrescido de rendimentos (encargos, inclusive juros) e deduzido das amortizações (redução do principal por recebimento).

8.3.1.3 Títulos de Renda Fixa na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento

Os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” foram avaliados a mercado apenas para divulgação em notas explicativas e estão assim representados:

Benefício Definido							
Ativos	Custo Amortizado (a)					2021	2020
	0 a 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	10 a 15 anos	Mais de 15 anos		
Títulos Públicos	312.092	38.046	0	0	0	350.139	557.959
Notas do Tesouro Nacional	312.092	38.046	0	0	0	350.139	557.959
NTN-B	312.092	38.046	0	0	0	350.139	557.959

Ativos	Mercado (b)					2021	2020
	0 a 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	10 a 15 anos	Mais de 15 anos		
Títulos Públicos	312.549	38.227	0	0	0	350.777	595.843
Notas do Tesouro Nacional	312.549	38.227	0	0	0	350.777	595.843
NTN-B	312.549	38.227	0	0	0	350.777	595.843

Fonte: GRI - Gerência de Riscos de Investimentos
Notas:
(a) Demonstra os títulos marcados na curva.
(b) Demonstra o valor dos títulos na curva se estivessem marcados a mercado.

PostalPrev							
Ativos	Custo Amortizado (a)					2021	2020
	0 a 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	10 a 15 anos	Mais de 15 anos		
Títulos Públicos	569.594	38.288	407.612	540.291	2.609.654	4.515.578	4.433.684
Notas do Tesouro Nacional	569.594	38.288	407.612	540.291	2.609.654	4.515.578	4.433.684
NTN-B	569.594	38.288	407.612	540.291	2.609.654	4.165.440	3.875.725

Ativos	Mercado (b)					2021	2020
	0 a 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	10 a 15 anos	Mais de 15 anos		
Títulos Públicos	570.065	38.227	447.247	610.468	2.791.255	4.457.263	4.393.523
Notas do Tesouro Nacional	570.065	38.227	447.247	610.468	2.791.255	4.457.263	4.393.523
NTN-B	570.065	38.227	447.247	610.468	2.791.255	4.457.263	4.393.523

Fonte: GRI - Gerência de Riscos de Investimentos
Notas:
(a) Demonstra os títulos marcados na curva.
(b) Demonstra o valor dos títulos na curva se estivessem marcados a mercado.

Os títulos precificados nessa categoria, tem sua apuração em função das suas taxas de aquisição, isto é, valor aplicado (principal) acrescido de rendimentos (encargos, inclusive juros) e deduzido das amortizações (redução do principal por recebimento).

Anualmente, o Postalis realiza estudos de macro alocação, Asset and Liability Management (ALM), para atestar a capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os Títulos Públicos Federais classificados nesta categoria.

No estudo de ALM é definido a alocação estratégica de distribuição de recursos entre os segmentos de investimentos, em classe de ativos previamente definidos, que serve de referencial para a gestão de ativos.

8.3.2 Ações

Ativos	Benefício Definido		PostalPrev		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ações	194.975	24.896	18.564	0	213.539	24.896
Companhias Abertas	194.975	24.896	18.564	0	213.539	24.896
Plascar (PLAS3)	9.528	4.990	0	0	9.528	4.990
Rumo Log (Rail3)	18.375	19.906	0	0	18.375	19.906
BOVA11	83.508	0	9.280	0	92.788	0
BOV11	83.563	0	9.284	0	92.847	0

Fonte: GRI - Gerência de Riscos de Investimentos

As ações que compõem a carteira de investimentos do Postalis possuem mercado ativo negociados na Bolsa de Valores Brasileira (B3). As ações BOVA11 e BOV11 – Exchange Traded Funds (ETF) – são fundos de índices que apresentam rentabilidade semelhante ao Ibovespa (IBOV), o principal índice da B3.

8.3.3 Fundos de Investimentos

Segue a composição dos fundos de investimentos por tipo de emissor:

Ativos	Benefício Definido		PostalPrev		PGA		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Fundos de Investimentos	1.487.892	1.310.816	805.184	795.890	65.816	9.003	2.358.892	2.116.709
Referenciado	137.898	25.945	109.019	10.124	65.816	9.003	312.733	45.072
BTG	137.898	25.945	109.019	10.124	65.816	9.003	312.733	45.072
Renda Fixa	4.359	7.409	0	0	0	0	4.359	7.409
Institucional	4.959	7.409	0	0	0	0	4.959	7.409
Divida Externa	210.225	196.099	0	0	0	0	210.225	196.099
BNY Mellon	210.225	196.099	0	0	0	0	210.225	196.099
Ações	294.274	342.503	637.440	741.912	0	0	931.713	1.084.415
Postal Brasil	294.274	342.503	637.440	741.912	0	0	931.713	1.084.415
Multimercado	150.591	2.387	55.839	41.918	0	0	206.430	44.304
Hungria	2.232	2.387	0	0	0	0	2.232	2.387
Gauss	63.961	0	24.224	0	0	0	66.185	0
Papelizar	15.248	0	5.738	0	0	0	20.987	0
Safra Kapital	27.846	0	10.487	0	0	0	38.345	0
Vind Valorem	41.302	0	15.378	0	0	0	56.681	0
AlteLux Hedge	0	0	0	19.063	0	0	0	19.063
AzQuest	0	0	0	11.599	0	0	0	11.599
RC Top	0	0	0	11.256	0	0	0	11.256
Direitos Creditórios	342.915	391.823	591	302	0	0	343.505	392.125
Multiserial Itaú	4.387	6.677	4.392	6.664	0	0	8.779	13.362
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	-3.797	-6.376	-3.801	-6.362	0	0	7.589	-12.757,878
CJP	814.013	773.641	0	0	0	0	814.013	773.641
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	-471.668	-382.120	0	0	0	0	-471.668	-382.120
Trendbank	0	0	0	0	0	0	0	0
Vind CRE	0	0	0	0	0	0	0	0
Empresas Emergentes	5.640	5.624	0	0	0	0	5.640	5.624
Jardim Botânico	5.640	5.624	0	0	0	0	5.640	5.624
Participações	337.389	339.027	0	0	0	0	337.389	339.027
FP Energia PQI	260.019	252.545	0	0	0	0	260.019	252.545
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	-3.702	-3.702	0	0	0	0	-3.702	-3.702
FP Florestas do Brasil	71.938	80.890	0	0	0	0	71.938	80.890
FP Instituições II	9.134	9.292	0	0	0	0	9.134	9.292
FP Multiner	0	0	0	0	0	0	0	0
FP Nova Energy I	0	0	0	0	0	0	0	0
Imobiliário	0	0	2.296	2.635	0	0	2.296	2.635
General Shopping	0	0	2.296	2.635	0	0	2.296	2.635

Fonte: GRI - Gerência de Riscos de Investimentos

Em relação a variação observada na conta, perda de valor recuperável (Impairment), referente ao ativo ao FIDIC CJP, entre 2020 e 2021, decorre basicamente em função do laudo de avaliação, onde foi observado um maior provisionamento em função da revisão da nota de risco do FIDC, antes BB- para B-, o que refletiu nos direitos creditórios detidos pelo fundo.

(Nota 8.3).

8.3.4 Laudos de Avaliação Econômico-Financeiras – Fundos de Investimentos

Para o encerramento do exercício de 2021, o Postalís contratou empresas especializadas para avaliação econômico-financeira dos seguintes fundos de investimentos:

8.3.4.1 CJP Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados – Créditos Judiciais e Precatórios

Plano: Benefício Definido

O fundo é composto por precatórios e créditos judiciais do estado do Rio de Janeiro, a carteira de processos absorvidos pelo fundo constitui em 65 (sessenta e cinco) processos, movidos em face do estado do Rio de Janeiro e o IPERJ, atualmente denominado de RIOPREVIDÊNCIA, onde é pleiteado o pagamento de pensões especiais e atualizações de ex-servidores da administração pública a seus dependentes.

Após obter o ganho de causa contra o Poder Público, o titular do direito resguardado com a ação judicial passa a ser detentor de um título, denominado de Precatório. Precatório, portanto, nada mais é que o reconhecimento judicial de uma dívida que o ente público tem com o autor da ação, seja ele pessoa física ou jurídica. Os precatórios podem ser de natureza alimentar – quando decorrem de ações judiciais como os referentes a salários, pensões, aposentadorias e indenizações por morte ou invalidez – ou de natureza não alimentar – quando decorrem de ações de outras espécies, como os referentes a desapropriações e tributos.

Em uma fase anterior ao precatório, os direitos créditos judiciais compreendem à expectativa de recebimento de verbas oriundas de demandas judiciais que podem ou não ser acatadas pelo judiciário, sendo assim títulos com risco maior do que os precatórios uma vez que possuem incertezas em relação ao sucesso total ou parcial da demanda judicial assim como à cronologia das decisões judiciais.

A maior parte dos direitos creditórios não se refere ao recebimento dos direitos dos processos em si, mas aos honorários contratuais e de sucumbência a serem recebidos pelo patrono das causas.

Por conta das incertezas adicionais em relação ao precatório, direitos creditórios lastreados por ações judiciais possuem um mercado secundário muito restrito e com descontos consideravelmente maiores do que os praticados nos precatórios.

Dentre as premissas observadas, destacamos:

- a) atualização dos créditos considerando as regras vigentes;
- b) projeção de recebimento ao longo dos próximos 10 (dez) anos, considerando análise da diligência jurídica elaborada pelo perito Enrico Mollica, assim como relatório de acompanhamento jurídico encaminhado pelo patrono das causas;
- c) taxa de desconto compatível com o risco do portfólio de ativos; e
- d) desconto por falta de liquidez daqueles direitos creditórios que ainda não tenham sido convertidos em precatório judicial.
- e) Segue o quadro comparativo com as premissas utilizadas e o resultado dos laudos de avaliação para os exercícios de 2021 e 2020:

Premissas	2021		2020	
	Precatórios	Créditos Judiciais	Precatórios	Créditos Judiciais
Taxa Livre de Risco	11,59%	11,59%	7,51%	8,80%
Spread de riscoRating A	1,80%	1,80%	2,08%	2,20%
Spread de riscoRating BB	4,78%	4,75%	2,85%	2,85%
VP fluxo caixa descontado	342.325	198.894	551.438	224.193
Fair value	342.325	129.151	391.521	107.613

Fonte: Laudo de Avaliação UHY Bendorzytes & Cia Auditores Independentes (data-base em 30 de novembro de 2021)

Os fluxos de caixa foram projetados incluindo as provisões de Risco conforme análise jurídica, assim como uma projeção conservadora de cronograma, foi utilizada uma taxa de desconto padrão, levando em conta a última nota de rating auferida para o CJP e buscando em fontes públicas quanto o Mercado vem pagando em títulos com nível de Risco semelhante.

Com base no resultado da avaliação econômico-financeira, a Administração deliberou pela permanência do critério adotado no exercício anterior, uma vez que os créditos judiciais não possuem estimativa de pagamento, de reconhecimento do valor atribuído aos precatórios que corresponde a R\$ 342.325 mil.

8.3.4.2 Energia PCH Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

Plano: Benefício Definido

O referido fundo foi constituído em setembro de 2004 com prazo de duração de 10 (dez) anos, com o objetivo de realizar investimentos em companhias brasileiras que atuassem no setor elétrico, prioritariamente em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCFIs).

O FIP possui investimentos em 3 (três) ativos distintos:

- Hydria Participações e Investimentos S.A (“Hydria”) – holding investidora em ativos operacionais de geração de energia hidroelétrica, detentora de cinco subsidiárias integrais, que totalizam 91,4 MW de potência instalada (antiga Juruena Participações e Investimento S.A.);
- Desa Rio das Garças Desenvolvimento Energético S.A. (“Desa Rio das Garças”) – companhia que detém 7 projetos ainda não desenvolvidos de geração de energia através de PCHs, que totalizam 124 MW de potência instalada; e
- Desa Térmicas Desenvolvimento Energético S.A. (“Desa Térmicas”) – empresa que detém 90% de participação na Usina Termelétrica Sul Catarinense, um projeto ainda não desenvolvido, de usina térmica em Santa Catarina (SC) com capacidade instalada de 350MW.

A emissão de novo laudo de avaliação da companhia Hydra teve por objetivo atualizar as premissas de forma a apoiar a tomada de decisão sobre a venda do ativo.

Segue o resultado do laudo de avaliação comparativo ao encerramento dos exercícios de 2021 e 2020:

Descrição	31 de Dezembro de 2020		Laudo de Avaliação 30 de Junho de 2021		31 de Dezembro de 2021	
	Valor Líquido (carteira do fundo)	Participação Postalís (24,19%)	Valor Líquido (carteira do fundo)	Participação Postalís (24,19%)	Valor Líquido (carteira do fundo)	Participação Postalís (24,19%)
Desa Rio das Garças	0	0	0	0	0	0
Desa Térmicas (a)	15.300	0	15.000	3.629	15.000	0
Jurupari Park (Hydra)	1.027.678	248.688	1.043.265	252.411	90.1264	218.059
Troisrédron	0	0	0	0	0	0
Sant'Espirito FIBF	4.938	1.195	11.179	2.705	0	0
BTG Tesouro Selic FIBF	0	0	0	0	16.1494	39.072
Asagar Incógnita	-4.291	-1.038	-3.111	-753	-3.091	-747
Tesouraria	0	0	0	0	25	6
Total	1.043.825	248.845	1.066.333	257.992	1.074.712	256.390

Fonte: Balanço Postalís e Laudo de Avaliação Thonias Consultoria
Elaborador: GCO - Gerência de Controladoria

Nota:

(a) A Entidade realiza impairment sobre a posição de investida em função da precificação ser realizada pelo custo de aquisição. A Instrução Normativa CVM nº5/2016 prevê a obrigatória de mensuração do ativo pelo valor justo.

Dentre as premissas avaliadas, o Postalís também considerou:

- o valor da proposta da Bom Futuro (BFE) foi superior ao valor justo atribuído no último laudo de avaliação e prevê as transferências para o proponente das ações judiciais em curso que envolvem o fundo e as companhias investidas (polos ativos e passivos), mitigando riscos de desembolso futuros por parte do fundo;
- a data fim para liquidação do fundo será em setembro de 2024;
- o fundo representa 7,42% dos recursos garantidores do plano, que necessita de ativos líquidos para pagamento dos benefícios previdenciários no médio prazo;
- eventuais riscos com ações judiciais em polo passivo e contingências classificadas como possíveis serem transferidas para o proponente; e
- todos os esforços foram realizados na busca de melhores resultados (processo de desinvestimento iniciado em 2018, análise de cenários, impactos econômicos).
- Dado as melhores condições e valor, a proposta final de liquidação das companhias investidas pela BFE, por meio do processo de venda de 100% da participação do FIP Energia PCH nas companhias investidas, foi de R\$ 260.220 mil (Nota 21.1), quando comparada às demais propostas apresentadas no processo de desinvestimento.

Diante do exposto, a Administração deliberou pela venda do referido fundo em 29 de setembro de 2021.

8.3.5 Investimentos Imobiliários

Segue a carteira de investimentos imobiliários:

Ativos	Benefício Definido			Posta Prev			Consolidado		
	2021	Reavaliação	2020	2021	Reavaliação	2020	2021	Reavaliação	2020
Locadas a Patrocinador(es)	283.980	5.528	278.236	0	0	0	283.980	5.528	278.236
Edificações	155.270	5.528	149.742	0	0	0	155.270	5.528	149.742
Terreno	126.380	0	126.460	0	0	0	126.380	0	126.460
Aluguéis	2.350	0	2.034	0	0	0	2.350	0	2.034
Fazenda Saint Romain	44.603	0	0	28.242	0	0	72.845	0	0
Terreno	42.448	0	0	26.878	0	0	69.326	0	0
Custo Corrigido	2.154	0	0	1.364	0	0	3.519	0	0
Total	328.582	5.528	278.236	28.242	0	0	356.824	5.528	278.236

Fonte: GRI - Gerência de Riscos de Investimentos
Elaborador: GCO - Gerência de Controladoria

As evoluções patrimoniais estão descritas nas Notas 8.3.6.

8.3.6 Laudos de Avaliação Econômico-Financeiras – Investimentos Imobiliários

8.3.6.1 Centro Logístico Cajamar

Plano: Benefício Definido

O Complexo Operacional Logístico Rodoanel Cajamar é um investimento que busca rentabilizar o referido plano por meio do fluxo de recebimento de aluguéis mensais. Em maio de 2012, foi aprovado a proposta de aquisição do terreno e da edificação, cujo objetivo visava a locação aos Correios de instalação do Centro de Distribuição da Empresa.

A metodologia adotada foi o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, que consiste na apuração do valor de um imóvel por meio da análise do comportamento do mercado imobiliário relativo ao segmento enfocado e prevê a comparação direta com outros imóveis similares, em oferta ou recentemente transacionados, cujas características, preços e condições gerais sejam conhecidos no mercado, sendo ponderados tecnicamente os dados e atributos (intrínsecos e extrínsecos) das referências de mercado que exerçam influência na formação dos preços.

Segue a síntese do laudo de avaliação:

Descrição	Método	Valor
Locação	(Comparativo)	1.734
Venda	(Comparativo)	281.630
Parcela Terreno		127.420
Parcela Construção		154.210

Fonte: Laudo de Avaliação Binswanger Brazil (data-base dezembro de 2021)

Diante das premissas apresentadas, o instituto aprovou o laudo de avaliação para atualização do valor do imóvel.

8.3.6.2 Fazenda Saint Romain

Planos: Benefício Definido e Postalprev

Os planos de benefícios eram credores de 2 (duas) Cédulas de Créditos Imobiliárias (CCIs) emitidas em 2012 pela Indaiatuba Holding Empreendimentos Imobiliários Ltda. (emissora/devedora), pelo valor total de R\$ 110 milhões. Entre os bens dados em alienação fiduciária das operações (garantia), constavam cotas da sociedade Saint Romain Empreendimentos Imobiliários, Incorporação e Participações SPE Ltda. que abrigava o projeto do empreendimento imobiliário denominado “Fazenda Saint Romain”.

Decorrido o prazo de carência para início do pagamento das CCIs, a emissora inadimpliu suas obrigações em 2016. Como providência à dívida, o Postalís ingressou com ação de cobrança. Após o ajuizamento da ação, a devedora apresentou ao Postalís a intenção de composição de acordo que compreendeu a dação de

pagamento do referido imóvel e a repactuação do fluxo financeiro no valor de R\$ 10 milhões, quitado em outubro de 2019.

Para escrituração contábil, o instituto contratou empresa especializada para emissão de laudo.

A avaliação foi elaborada segundo a Norma Brasileira Registrada – N.B.R. 14.653 (Avaliação de Bens – Parte 01: Procedimentos Gerais e Parte 02: Imóveis Urbanos) da A.B.N.T. – Associação Brasileira de Normas Técnicas e os preceitos do I.B.A.P.E. – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia. Observamos também o código de Ética da American Society of Appraisers.

O critério geral empregado foi o de avaliar os imóveis, supondo-se que continuarão sendo empregados para o mesmo fim e no mesmo estado de conservação em que se encontram atualmente. Todas as análises foram baseadas em informações atuais com relação à oferta e demanda, as quais são devidamente tratadas em bases estatísticas e em engenharia financeira específica para o mercado imobiliário.

Os estudos desenvolvidos tiveram como base os valores de avaliação sob a ótica imobiliária, onde foram considerados, entre outros, aspectos de:

- a. potencial de valorização futura;
- b. tendências do mercado imobiliário local;
- c. consolidação urbana;
- d. características constitutivas;
- e. perspectivas das necessidades de reinvestimento para reposicionamento da propriedade;
- f. projetos e obras em planejamento (públicos e privados);
- g. grau de especificidade do imóvel; e
- h. outros aspectos relevantes na consolidação do valor dos ativos.

Segue o resultado da avaliação:

Valores - Data Base Setembro de 2021		
Descrição	Área (m²)	Valor R\$ mil
Valor de Venda	1.535.538,74	81.560
Valor Máximo de Venda		93.794
Valor Mínimo de Venda		69.326
Valor de Liquidação Forçada		57.092

Fonte: Elo Engenharia.

Por ocasião do encerramento do exercício, o Postalís deliberou por realizar a escrituração contábil pelo valor mínimo de venda acrescido dos custos envolvidos na operação (reavaliação, ITBI, IPTU/ITR, emolumentos cartoriais) de R\$ 3.519 mil (três milhões e quinhentos e dezenove mil reais), perfazendo o valor de R\$ 72.845 mil (setenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil reais), sendo R\$ 44.603 mil (quarenta e quatro milhões e seiscentos e três mil reais) plano de Benefício Definido e R\$ 28.242 mil (vinte e oito milhões, duzentos e quarenta e dois mil reais) Postalprev.

8.3.7 Empréstimos e Financiamentos

As carteiras de empréstimos por planos de benefícios estão representadas a seguir:

Descrição	Benefício Definido		Postalprev		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Empréstimos	239.662	235.996	415.844	427.031	655.506	663.027
Saldo Efetivo	358.400	353.177	621.236	611.610	979.636	964.787
Valores a Receber	1.860	2.524	7.795	12.637	9.655	15.161
Perdas Estimadas ^(a)	-120.600	-119.707	-213.190	-197.219	-333.790	-316.927
IOF a Restituir/ Compensar	2	2	3	3	5	5

Fonte: Balancete Postalís

Elaborador: GCO - Gerência de Controladoria

Nota:

(a) Parcelas vencidas e vincendas.

Com a vigência da Instrução Previc n.º 31, de 20 de agosto de 2020, o saldo da conta de constituição para perdas em dezembro de 2020 foi reprocessado para fins comparativo, conforme abaixo:

%	Saldo PLD (R\$)
1%	8
5%	1.487
10%	1.463
25%	5.499
50%	6.338
75%	28.477
100%	280.051
Total	303.313

Fonte: GIN - Gerência de Investimentos

Elaborador: GCO - Gerência de Controladoria

%	Saldo PLD (R\$)
25%	11.086
50%	17.335
75%	28.478
100%	280.050
Total	316.927

Fonte: GIN - Gerência de Investimentos

Elaborador: GCO - Gerência de Controladoria

8.4 ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Descrição	2021	Aquisição/ Baixa	Depreciação/ Amortização	2020
Instalações	19	0	-6	25
Móveis e Utensílios	65	0	-24	89
Máquinas e Equipamentos	1.469	943	-245	771
Software	4.728	2.490	(1.342)	3.579
Total	6.280	3.433	-1.617	4.464

Fonte: Balancete Postalís

Elaborador: GCO - Gerência de Controladoria

As aquisições referentes a conta de Máquinas e Equipamentos correspondem basicamente a substituição periódica e planejada necessários a sustentação do ambiente de informática e das estações de trabalho (desktop). Em software, na sua maioria, refere-se na manutenção, aperfeiçoamento e desenvolvimento de aplicativos voltados a participantes.

8.5 RENTABILIDADE

O ano de 2021 foi mais um ano desafiador para a economia brasileira. O desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) no ano mostrou muita variabilidade, apresentando crescimento no 1º e no 4º trimestre e redução no 2º e no 3º. Apesar de o crescimento acumulado de 2021 frente 2020 ter sido de 4,6%, o crescimento do

4º trimestre de 2021 para o 4º trimestre de 2020 foi de apenas 1,6%. Para 2022, as expectativas dos economistas é de que essa dinâmica de baixo crescimento entre os trimestres persista ou se agrave.

Além disso, o IPCA de 2021 foi de 10,06%, bem acima da meta de 3,75% e a taxa Selic passou de 2% a.a. para 9,25% a.a. No início de 2022, a inflação continuou elevada e as perspectivas para a taxa Selic pioraram, com o Banco Central já tendo aumentado a taxa para 10,75% a.a., e havendo a expectativa pelo mercado que a Selic chegue ao patamar de 12% a 13% a.a.

Ademais, o desemprego continua em patamar elevado, 11,1% em dezembro, e a renda real média da população empregada está diminuindo.

Essa situação se refletiu nas diferentes classes de ativos do mercado financeiro. O Ibovespa sofreu desvalorização de quase 12% em 2021, fechando o ano pouco abaixo dos 105.000 pontos, depois de experimentar um primeiro semestre de máximas históricas, alcançando os 130.000 pontos.

A curva de juros, refletindo o movimento de alta da Selic e deterioração das expectativas fiscais, passou por um processo de forte abertura, tanto nas taxas reais quanto nas nominais. Já o real, mesmo tendo sofrido expressiva desvalorização em 2020, teve mais um ano de perdas frente ao dólar.

Em 2021, o cenário internacional foi favorável à economia brasileira e aos ativos financeiros domésticos, dado que as principais economias do mundo continuavam adotando políticas fiscais e monetárias estimulativas. Porém, em 2022, a tendência é de reversão nesse cenário, havendo expectativa de aumento nas taxas de juros nos EUA, Reino Unido e Canadá, por exemplo. Adicionalmente, a guerra entre Rússia e Ucrânia deve pressionar ainda mais os preços da commodities e causar novos gargalos em cadeias de produção mundial ainda afetadas pela pandemia da Covid-19, levando a mais inflação, além de diminuir a atividade econômica global. Principalmente o aumento das taxas de juros em algumas economias desenvolvidas deve ter efeito relevante sobre os ativos financeiros brasileiros em 2022.

Segue a rentabilidade do plano de Benefício Definido por segmento de aplicação:

Patrimônio	% Patrimônio	2021
RENDA FIXA	42,93%	1,58%
RENDA VARIÁVEL	15,74%	-9,62%
ESTRUTURADOS	16,01%	10,47%
IMOBILIÁRIO	10,90%	65,20%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	7,71%	19,62%
EXTERIOR	6,76%	7,20%
RENTABILIDADE BRUTA	100,00%	7,69%
RENTABILIDADE LÍQUIDA		6,83%

Fonte: GRI - Gerência de Riscos de Investimentos

Destacamos abaixo os ativos com maior representação no patrimônio do plano com suas respectivas performances:

As NTNB com marcação na curva representam 11,27% da carteira. Em 2021, as notas apresentaram alta rentabilidade e pouca volatilidade (apenas devido à inflação mensal), registrando 17,09% de rentabilidade no ano. Já as NTNB com marcação a mercado representam 15,28% da carteira registrando -1,56% de rentabilidade no ano. Tendo em vista o cenário volátil projetado para 2022, principalmente pela eleição

presidencial, em dezembro de 2021 foi realizada a troca de toda a carteira, sendo vendidos títulos com vencimento mais longos e a compra de NTNBS 2023, visando a diminuição do risco desta alocação.

O FIDC CJP representa 11,01% da carteira. A sua rentabilidade depende de laudo de avaliação anual, que resultou em redução de 12,5% do seu valor. Em 2021, o fundo registrou -12,43% de rentabilidade.

O FIA Postal Brasil é um fundo de fundos de investimento em ações exclusivo do Postalís e hoje é o principal veículo de investimento do Instituto em Renda Variável. Ele representa 9,47% da carteira, registrando no ano -14,08% de rentabilidade.

O FIP Energia PCH representa 8,25% da carteira com rentabilidade 8,29% ao ano. O fundo se encontra em processo de desinvestimento.

O principal investimento da classe imobiliário do plano é o imóvel Cajamar locada aos Correios, o qual foi reavaliado em dezembro de 2021. A reavaliação resultou em valorização de 2,5% no preço do ativo. O imóvel representa 10,57% da carteira, registrando 30,23% de rentabilidade no ano.

As Operações com Participantes representam 7,65% da carteira, registrando 19,62% de rentabilidade no ano. Dois eventos trouxeram um efeito positivo em 2021 para a rentabilidade da carteira de empréstimos. A mudança na metodologia do provisionamento da carteira, em função da publicação da metodologia estabelecida pela Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020 e alterações, que passou a ser aplicada em janeiro de 2021, com impacto positivo no resultado deste mês. Ademais, o programa de demissão incentivado dos Correios, forçou os participantes, muitos deles com empréstimos com o Postalís, alguns inadimplentes, a pré-pagar parcelas vencidas. Isso ocorre porque há um dispositivo que autoriza o Postalís a cobrar dívidas vencidas quando o participante saca a sua reserva.

Outro impacto nesse sentido vem dos esforços internos de recuperação de dívidas inadimplentes. Esse movimento impacta na recuperação de saldo inadimplentes, impactando a rentabilidade, bem como a taxa de juros utilizada nas concessões com o aumento da inflação e taxa Selic.

O FIDE representa 6,76% da carteira. A rentabilidade do fundo está correlacionada ao desempenho do dólar. No ano, o fundo registrou 7,20% de rentabilidade.

As variações decorrem de eventos econômicos e financeiros.

Segue a rentabilidade do plano Postalprev por segmento de aplicação:

Patrimônio	% Patrimônio	2021
RENDA FIXA	82,55%	13,68%
RENDA VARIÁVEL	9,95%	-14,01%
ESTRUTURADOS	0,85%	0,85%
IMOBILIÁRIO	0,46%	2685,22%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	6,31%	19,85%
RENTABILIDADE BRUTA	100,00%	11,00%
RENTABILIDADE LÍQUIDA		10,11%

Fonte: GRI - Gerência de Riscos de Investimentos

Destacamos abaixo os ativos com maior representação no patrimônio do plano com suas respectivas performances:

As NTNBS com marcação na curva representam 63,19% da carteira. Em 2021, as notas apresentaram alta rentabilidade e pouca volatilidade (apenas devido à inflação mensal), registrando 17,09% de rentabilidade no ano. As NTNBS com marcação a mercado representam 11,05% da carteira registrando -1,28% de rentabilidade no ano. Tendo em vista o cenário volátil projetado para 2022, principalmente pela eleição presidencial, em dezembro de 2021 foi realizada a troca de toda a carteira, sendo vendidos títulos com vencimento mais longos e a compra de NTNBS 2023, visando à diminuição do risco desta alocação.

O FIA Postal Brasil é um fundo de fundos de investimento em ações exclusivo do Postal e hoje é o principal veículo de investimento do Instituto em Renda Variável. Ele representa 9,67% da carteira, registrando no ano -14,08% de rentabilidade.

As Operações com Participantes representam 6,31% da carteira, registrando 19,85% de rentabilidade no ano. Dois eventos trouxeram um efeito positivo em 2021 para a rentabilidade da carteira de empréstimos. A mudança na metodologia do provisionamento da carteira, em função da publicação da metodologia estabelecida pela Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020 e alterações, que passou a ser aplicada em janeiro de 2021, com impacto positivo no resultado deste mês. Ademais, o programa de demissão incentivado dos Correios, forçou os participantes, muitos deles com empréstimos com o Postal, alguns inadimplentes, a pré-pagar parcelas vencidas. Isso ocorre porque há um dispositivo que autoriza o Postal a cobrar dívidas vencidas quando o participante saca a sua reserva.

Outro impacto nesse sentido vem dos esforços internos de recuperação de dívidas inadimplentes. Esse movimento impacta na recuperação de saldo inadimplentes, impactando a rentabilidade, bem como a taxa de juros utilizada nas concessões com o aumento da inflação e taxa Selic.

A expressiva variação de 2685,22% referente a conta imobiliária decorre basicamente da mensuração e registro contábil do ativo Fazenda Saint Romain que representa apenas 0,43% do patrimônio do plano. Portanto, essas variações decorrem de eventos econômicos e financeiros.

9. Alocação por Segmento e Análise de Sensibilidade

9.1 ALOCAÇÃO POR SEGMENTO

A alocação dos ativos por segmento observa a Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e a Resolução CMN nº 4.695, de 27 de novembro de 2018.

Alocação por Segmento	Benefício Definido		PostalPrev		PGA		Limite Resolução CMN nº 4.661/2018
	Patrimônio	%	Patrimônio	%	Patrimônio	%	
Renda Fixa	1.357.917	44%	5.362.284	83%	208.290	100%	100%
Renda Variável	479.988	16%	644.436	10%	0	0%	70%
Estruturado	495.356	16%	55.418	1%	0	0%	20%
Imobiliário	286.569	9%	1.972	0%	0	0%	20%
Operações com Participantes	240.532	8%	416.389	6%	0	0%	15%
Exterior	210.501	7%	0	0%	0	0%	10%

Fonte: GRI - Gerência de Riscos

Observa-se que a alocação de recursos por segmento encontra-se enquadrada às normas legais e dentro dos parâmetros estabelecidos pela Política de Investimentos de 2021.

9.2 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Os ativos e os instrumentos financeiros detidos pelos planos que são sensíveis a variáveis de mercado, com impacto na liquidez, são representados por aplicações financeiras. O risco atrelado as aplicações financeiras estão vinculadas, em sua maioria, ao Cupom IPCA (NTN-Bs).

Essas operações indexadas ao IPCA + Taxa de Juros estão registradas a valor de mercado, conforme atualizações periódicas de acordo com as cotações divulgadas pela ANBIMA.

Visando apresentar a sensibilidade nas aplicações financeiras, às quais os planos de benefícios e administrativos estão expostos em 31 de dezembro de 2021, foi realizada Análise de Sensibilidade dos efeitos nos seus resultados, advindos de uma variação pontos percentuais (BPS – Basis points), para baixo ou para cima, na taxa de juros do Cupom IPCA de 0,15”BPS e 0,5”BPS para ativos financeiros atrelados a estas taxas, demonstrados como segue:

Benefício Definido

NTN - B Marcação a Mercado					
Vencimento	Volatilidade %	Quantidade	Valor de Mercado	Stress 0,15”BPS	Stress 0,5”BPS
15/08/2022	0,0705	15.628	60.427.280	42.601	14.200
15/05/2023	0,1913	108.427	414.489.147	792.918	264.444
Total		124.055	474.916.427	835.519	278.131

Fonte: GRI - Gerência de Riscos de Investimentos

PostalPrev

NTN-B Marcação a Mercado					
Vencimento	Volatilidade %	Quantidade	Valor de Mercado	Stress 0,15”BPS	Stress 0,5”BPS
15/05/2023	0,1907	190.169	726.968.252	1.387.894	463.806
Total		190.169	726.968.252	1.387.894	463.806

Fonte: GRI - Gerência de Riscos de Investimentos

Desta forma se observa que uma variação de 0,15 pontos percentuais gera variação de R\$ 835.519 mil no patrimônio de cobertura do PBD e de R\$ 1.387.994 mil no Postalprev, em vista da composição da carteira de cada plano atrelada ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA).

10. Desenquadramento Passivo

De acordo com a Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e a Política de Investimentos da Entidade, ao final do exercício financeiro de 2021 conferimos:

Artigo	Inciso	Alínea	Parágrafo	Plano	Investimento	Recursos Alocados	Límite 4.661	Límite P.I.	Desenquadramento Passivo
21	III	e		Benefício Definido	Cotas de FIDC, CCB e CCCB	23,38%	20%	8%	O desenquadramento é decorrente, principalmente, da valorização das cotas do FIDC NP CJP, previsto no artigo 35 da Res. CMN nº 4.001/2018 e pela redução do recurso garantidor do plano. Se considerado o valor contábil do FIDC CJP, conforme laudo de avaliação, a alocação seria de 12,85%.
<p>Art. 21, inciso III, alínea "e": "A EFPC deve observar, em relação aos recursos de cada plano, o limite de até 100% (cem por cento) no segmento de renda fixa, e adicionalmente os seguintes limites: III - de até 20% (vinte por cento) dos recursos de cada plano em: e) cotas de classe de fundos de investimento em ativos creditícios (FIDC) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em ativos creditícios (FICFIDC), cedulas de crédito bancário (CCB), certificados de cedulas de crédito bancário (CCCB)."</p>									
21			3º	Benefício Definido	Ativos de renda fixa de sociedade de capital fechado ou sociedade limitada	Não	Devem possuir cobertura de instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil		As aplicações em ativos de renda fixa de companhias fechadas e sociedades limitadas (carteira própria e fundos, posteriormente resgatados) ocorreram antes da publicação da Res. CMN 4.661/2018 e não possuem cobertura de instituição financeira.
36	V			Benefício Definido	PostaPrev				
<p>Art. 21, § 3º: "Os ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedades por ações de capital fechado e sociedades limitadas são admitidos se adquiridos com cobertura de instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil".</p> <p>Art. 36, inciso V: "Por meio de carteira própria, carteira administrada e fundos de investimento e fundos de investimento em cotas de fundo de investimento, é vedado à EFPC aplicar em ações e demais ativos financeiros de emissão de sociedades por ações de capital fechado, ressalvados os casos expressos em previstos nesta Resolução".</p>									
23	I	a		PostaPrev	FIP	0,03%	15%	0%	Os fundos de investimento em participações Atlântica, Saúde e GBX Properties II foram adquiridos através da árvore de fundos do FIM Dourado. O limite estabelecido na FI tem por objetivo vetar novos investimentos em FIP.
<p>Art. 23, inciso I, alínea "a": "A EFPC deve observar, em relação aos recursos garantidores de cada plano, o limite de até 20% (vinte por cento) no segmento de renda estruturada, e adicionalmente os seguintes limites: I - respeito o limite máximo de que trata o inciso II, até 15% (quinze por cento) a) cotas de fundos de investimento em participações (FIP)."</p>									
23			3º	Benefício Definido	FIP ETB	Não	FIP qualificado como Entidade de Investimento		O FIP ETB foi adquirido pela Entidade antes da publicação da Res. CMN 4.661/2018. O fundo se encontra integralmente provisionado para perda.
<p>Art. 23, § 1º: "A EFPC deve certificar-se de que o FIP seja qualificado como Entidade de Investimento, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários."</p>									
24				Benefício Definido	Imobiliário	4,88%	N.A.	2%	Apesar da Res. CMN 4.661/2018 não estabelecer limites para CRI, CCI, FII e Imóveis, a FI do plano, vigente para 2020, estabeleceu limites segregados para estas classes de ativos. O desenquadramento da classe de CCI corresponde ao estoque de Teto e Mitg registrado no custodiante. Internamente, os ativos estão 100% provisionados para perda.
<p>Art. 24: "A EFPC deve observar, em relação aos recursos garantidores de cada plano, o limite de até 20% (vinte por cento) no segmento imobiliário no conjunto de: I - cotas de fundos de investimento imobiliário (FII) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento imobiliário (FICFII); II - certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e III - cedulas de crédito imobiliário (CCI)."</p>									
27	III			Benefício Definido	FIDE	23,37%	10%	10%	Desenquadramento passivo iniciado em 2016, decorrente da valorização das cotas do FIDE e da redução dos recursos garantidores do plano.
<p>Art. 27, inciso III: "A EFPC deve observar, em relação aos recursos de cada plano por ela administrado, os seguintes limites de alocação por emissor: III - até 10% (dez por cento) nos demais emissores."</p>									
28	III	b		Benefício Definido	FIDC CJP	100%	25%	25%	Decorrente da aquisição de cotas acima do limite legal em período anterior a Res. CMN 4061/2018.
					FIDC Trendbank	50,46%	25%	25%	Decorrente da aquisição de cotas acima do limite legal em período anterior a Res. CMN 4061/2018.
<p>Art. 28, inciso III, alínea "b": "A EFPC deve observar, considerando a soma dos recursos por ela administrados, o limite de concentração por emissor: II - até 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido de fundos de investimento constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e V do art. 24."</p>									
28	III	f		Benefício Definido	FIDE	100,00%	25%	25%	O desenquadramento é decorrente da Resolução BACEN nº 4.811/2017 que revogou a alínea "a" do artigo 42 da Res. nº 3.792/2009, limitando a 25% do patrimônio líquido do fundo.
<p>Art. 28, inciso III, alínea "f": "A EFPC deve observar, considerando a soma dos recursos por ela administrados, o limite de concentração por emissor: II - até 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido de fundos de investimento constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e V do art. 24."</p>									

Artigo	Inciso	Alínea	Parágrafo	Plano	Investimento	Código ISIN e Mercado Organizado	Requisito 4.861	Desenquadramento Passivo
16								
18				Benefício Definido e PostalPrev	Ações NITPAR3 e DUMIO3	Não possuem	Os ativos financeiros devem ser admitidos à negociação em mercado organizado e devem ser identificados pelo código ISIN	O desenquadramento das ações da NITPAR3 decorre do enoerramento do FIP Naval, com a transferência das ações da cia fechada não operacional. As ações DUMIO3 são oriundas do resgate do FIP - Santos Dumont, passando as ações da cia fechada a compor a carteira do FIM Dourado.

Art. 16: "Os ativos financeiros devem ser admitidos à negociação em mercado organizado, registrados em sistema de registro, de custódia ou de liquidação financeira ou depositados perante depositário central, observada a regulamentação do Banco Central do Brasil ou da Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência."
 Art. 18: "Os ativos financeiros devem ser identificados pelo código ISIN - International Securities Identification Num ber"

Fonte: GRI - Gerência de Riscos de Investimentos

11. Exigível Operacional

Esse grupo registra os compromissos a pagar da Entidade, segregados em gestão Previdencial, Administrativa e de Investimentos, demonstrado como segue:

Exigível Operacional	Benefício Definido		Postalprev		PGA		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Gestão Previdencial	102.440	93.455	149.478	145.339	0	0	251.918	238.794
Benefícios a Pagar	92.907	87.053	144.726	140.884	0	0	237.633	227.977
Retenções a Recolher	5.748	3.333	1.505	2.367	0	0	7.253	5.701
Valores Previdenciais a Repassar ao PGA	1.575	0	1.743	0	0	0	3.318	0
Outras Exigibilidades	2.210	3.029	1.504	2.088	0	0	3.714	5.116
Gestão Administrativa	0	0	0	0	12.761	12.271	12.761	12.271
Pessoal e Encargos	0	0	0	0	5.132	5.078	5.132	5.078
Fornecedores a Pagar	0	0	0	0	4.742	4.618	4.742	4.618
Retenções a Recolher	0	0	0	0	1.727	1.508	1.727	1.508
Tributos a Recolher	0	0	0	0	630	595	630	595
Outras Exigibilidades	0	0	0	0	531	476	531	476
Investimentos	4.724	4.178	4.345	3.488	1	0	9.070	7.666
Fundos de Investimentos	2.552	2.593	472	470	0	0	3.024	3.063
Empréstimos e Financiamentos	362	245	361	466	0	0	722	701
Taxa de Administração a Repassar	1.669	0	3.505	0	0	0	5.175	0
Retenções a Recolher	141	0	7	0	1	0	149	0
Outras Exigibilidades (c)	0	1.340	0	2.562	0	0	0	3.902
Total	107.164	97.633	153.823	148.827	12.762	12.271	273.749	258.732

Fonte: Balanço Postalís
 Elaborador: GCO - Gerência de Controladoria

12. Exigível Contingencial (provável)

Em dezembro de 2021, o Instituto registrou 91 (noventa e uma) ações judiciais classificadas como prováveis, 84 (oitenta e quatro) em 2020, nas quais o Postalís figura como réu, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Benefício Definido		PostalPrev		PGA		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Previdencial	13.259	80.175	0	0	0	0	13.259	80.175
Administrativa	0	0	0	0	59.376	54.561	59.376	54.561
Investimentos	8.166	28.698	16	0	0	0	8.182	28.698
Total	21.424	108.873	16	0	59.376	54.561	80.817	163.434

Fonte: GJU - Gerência Jurídica
 Elaborador: GCO - Gerência de Controladoria

A redução na gestão previdencial, apresentada no plano de Benefício Definido, consiste na reclassificação de uma ação com prognóstico jurídico de "provável" para "possível", em atendimento aos critérios estabelecidos na NBC TG 25 em consonância com a Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021.

Em investimentos, a contração demonstrada no plano de Benefício Definido representa a baixa das sucumbências dos ativos J2HA e Finorte.

As ações envolvem questões de ordem previdencial (diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, concessão ou revisão de benefícios), administrativa (tributária, verbas trabalhistas ou reintegração de emprego) e investimentos (recuperação de investimentos, empréstimos, imóveis), que serão objeto de decisão futura e poderão ter ou não impacto na situação econômico-financeira do Instituto.

Segue a movimentação do Exigível Contingencial Provável:

Descrição	2020	Entrada	Baixa	Reclassificação	Atualização	2021
Previdencial	80.175	949	-89.195	6.310	15.020	13.259
Administrativa	54.561	12	0	3.874	930	59.378
Investimentos	28.696	3.867	(24.942)	33	528	8.182
Total	163.431	4.828	(114.137)	10.217	16.477	80.817

Fonte: GJU - Gerência Jurídica e Clips

Elaborador: GCO - Gerência de Controladoria

A Administração considera que as provisões constituídas no encerramento do exercício são suficientes e adequadas para cobrir eventuais perdas decorrentes do julgamento final desses processos.

13. Passivos e Ativos Contingentes

13.1 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL (POSSÍVEL)

Em dezembro de 2021, o Postalís registrou 564 (quinhentos e sessenta e quatro) ações classificadas como possíveis, 640 (seiscentos e quarenta) ações em 2020 conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Benefício Definido		PostalPrev		PGA		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Previdencial	64.949	98.834	5.551	7.937	0	0	70.500	106.771
Administrativa	0	809	0	0	44.886	42.899	44.886	43.708
Investimentos	79.324	11.541	1.808	6.222	0	0	81.132	17.763
Total	144.273	111.184	7.359	14.159	44.886	42.899	196.517	168.242

Fonte: GJU - Gerência Jurídica
Elaborado: GOO - Gerência de Controladoria

Dentre elas, destacamos revisões de benefício pela aplicação das regras do regulamento vigente à época da adesão do participante ao plano de benefícios e pela incidência de verbas obtidas em reclamações trabalhistas em face do patrocinador.

13.2 ATIVO CONTINGENTE

13.2.1 Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) (processo nº 0000858-19.2012.4.02.0000)

Plano: Benefício Definido

Em função do Decreto-lei nº 2.288, de 24 de julho de 1986, as EFPC, mantidas por empresas públicas, sociedades de economia mista, federais ou estaduais, inclusive as de natureza especial, e fundações instituídas pelo Poder Público, aplicaram 30% de suas reservas técnicas na aquisição de obrigações do FND, com prazo de 10 (dez) anos e variação equivalente à Obrigação do Tesouro Nacional (OTN).

Em 1991, a Associação Brasileira das EFPC (Abrapp) ajuizou ação ordinária em face do FND, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da União Federal (UF) para obter ressarcimento pelos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 a fevereiro de 1991 obtendo ganho de causa, que equivale à correção paga a menor referente à substituição do Índice de Preço ao Consumidor (IPC) para Bônus do Tesouro Nacional (BTN).

Em 2012, a UF ajuizou ação rescisória buscando rescindir a decisão favorável à Abrapp, sendo rejeitada no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em função do ganho de causa, a Abrapp, em 2015, ajuizou ação de liquidação (processo nº 0145887-21.2015.4.02.5101) em face da União Federal para reconhecimento por decisão judicial do valor devido. A ação de liquidação encontra-se em fase de produção de prova pericial. A Abrapp e a União peticionaram solicitando suspensão do feito para tentativa de composição amigável.

Em 01 de dezembro de 2021, o Postalís assinou termo de adesão ao acordo materializado no Procedimento Administrativo nº 00412.007444/2021-67, em trâmite na Advocacia Geral da União (AGU).

A proposta de acordo está em trâmite interno na AGU em Brasília. Em 14 de dezembro de 2021, o juiz determinou o levantamento da suspensão.

13.2.2 Reserva de Tempo de Serviço Anterior (processo nº 0006949-35.2015.4.03.3400)

Plano: Benefício Definido

A Reserva Técnica de Serviço Anterior (RTSA), também conhecida como “Serviço Passado” faz parte do custo do plano Benefício Definido administrado pelo Postalís, desde a sua criação, em 1981, tendo sido o seu valor redimensionado ao longo dos anos por meio de recálculo atuarial.

Para o efetivo equilíbrio do plano, a patrocinadora Correios assumiu, em 2007, o compromisso pelo pagamento, em relação à RTSA, do valor de aproximadamente R\$ 630 milhões.

A mudança mais significativa e que gerou maiores questionamentos é oriunda do impacto do saldamento do referido plano, que ocorreu em 01 de março de 2008, quando se verificou que o valor correspondente a esse compromisso, representado pela RTSA, foi majorado em mais R\$ 793 milhões, conforme apurado pela consultoria STEA, responsável técnica pela gestão atuarial dos nossos planos de benefícios, à época.

Assim, após análise e discussão interna e relatório de “Segunda Opinião”, emitido pela Rodarte Nogueira, os Correios decidiram pela aprovação dos pagamentos mensais das diferenças da RTSA ao Postalís, condicionado a uma possível revisão futura dos valores.

A matéria também foi submetida ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST, hoje SEST), que, após várias reuniões técnicas e profunda análise, emitiu, em 30 de novembro de 2010, a Nota Técnica nº 407/CGINP/DEST-MP, encaminhada ao Ministério das Comunicações pelo Ofício nº 844/DEST-MP, reconhecendo a responsabilidade do patrocinador pela RTSA e o seu valor atualizado em R\$ 1.489 milhões, com posição em 31 de julho de 2010.

Porém, transcorridos 3 (três) anos, o DEST retificou seu entendimento e expediu a Nota Técnica nº 43/CGINP-MP, de 14 de fevereiro de 2014, que acompanha a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), conforme Nota nº 831-MF/STN/SUPOF/COFIS/GEROB, de 15 de outubro de 2012, na qual entende que parte do valor da RTSA deveria ser segregada e paga de forma paritária entre Patrocinador e Participantes.

Em abril de 2014, os Correios suspenderam o pagamento da RTSA e aprovaram a contratação e serviço de consultoria atuarial para prestar esclarecimentos de ordem técnica acerca do conceito, alcance, diferenças e critérios de utilização da RTSA, cujo resultado se viu favorável ao reconhecimento da dívida pelo patrocinador.

Em maio de 2017, a consultoria atuarial responsável pelos planos de benefícios administrados pelo Postalís, a Consultoria Mercer emitiu a manifestação atuarial que aborda aspectos técnicos-atuariais em relação aos procedimentos adotados na apuração de valores da RTSA, a fim de justificar a majoração dos valores em decorrência de relevante ajustamento do plano de benefícios.

Em outubro de 2018, em complemento à manifestação anterior e com o propósito de verificar o impacto do processo de saldamento sobre os valores atribuídos à RTSA, a Mercer promoveu o recálculo da referida reserva técnica, que foi encaminhado aos Correios para análise e tratativas junto à SEST.

O assunto é objeto de ações na justiça, uma delas movida pelo próprio Postalis, e permanece sob discussão entre Correios e Postalis, tendo em vista que não há consenso entre o montante da dívida, nem acerca das premissas de cálculo adotadas para determinação do valor do serviço passado. A posição da RTSA em novembro de 2014, data do último registro contábil, corresponde ao montante de R\$ 1.075.139 mil.

13.2.3 Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) (processo nº 0006879-23.2012.4.01.3400)

Plano: Benefício Definido

A ação discute a responsabilidade da Caixa Econômica Federal (CEF) pela plena restauração dos créditos contra o FCVS detidos pelo Postalis, através de cédulas de crédito imobiliário – CCI. A responsabilidade da empresa pública decorre dos seguintes fundamentos: ser administradora do FCVS, em função remunerada, tendo reconhecido, em reiteradas oportunidades, a ocorrência de falha no seu sistema operacional, por flagrante culpa; e (ii) de acordo a Lei nº 10.150, de 22 de dezembro de 2000, a CEF tinha a obrigação de manter o sistema de deduções e ônus sobre os contratos em perfeito estado e regularizado. Ou seja, o risco de eventuais problemas com essa prestação não pode ser imputado à terceiro, no caso ao Postalis.

Como pedido principal, ao final da ação, requer o Postalis seja determinada a exclusão de todas as deduções, ônus, encargos e gravames dos contratos vinculados às CCIs de titularidade do Postalis, para que a entidade possa realizar o pedido de novação junto ao Tesouro Nacional. Na impossibilidade da desoneração dos referidos contratos, a condenação da CEF a indenizar a entidade no montante de seu prejuízo, mais juros, correção monetária e os lucros cessantes decorrentes da rentabilidade dos Contratos FCVS, tudo a ser calculado através de prova pericial.

Ativos: CCI MTTG Empreendimentos e Participações Ltda, CCI Gestora de Recebíveis Tetto Habilitação e Fundo de Investimentos Multimercado Crédito Privado FM.

13.2.4 BNY Mellon DTVM

(Nota 6).

14. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas foram calculadas pela Consultoria Mercer, responsável técnica pela gestão atuarial dos planos de benefícios.

14.1 HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, incluindo os valores esperados relativos de participantes em benefício quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para isso, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e as de caráter biométrico (tábuas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e quantidade de dependentes) conforme demonstrado abaixo:

Hipótese e Premissas Atuariais	Benefício Definido		Postalprev	
	2021	2020	2021	2020
Bases Populacionais				
Rotatividade	EXP. POSTALIS ROT 2020 (Taxa média de 2,52% até a aposentadoria e nula após essa idade)	EXP. POSTALIS ROT 2020 (Taxa média de 2,52% até a aposentadoria e nula após essa idade)	Experiência Postalprev 2015-2020 (taxa média de 3,23% até a aposentadoria e nula após essa idade)	Experiência Postalprev 2015-2019 (taxa média de 3,44% até a aposentadoria e nula após essa idade)
Custo de Pensão	Benefícios a Conceder: Família Padrão calculada com base nos dados de dependentes informada na data base da Avaliação Atuarial			
	Benefícios Concedidos: Família Real			
Entrada em Aposentadoria	26 meses	25 meses	Não Aplicável	
Bases Econômicas e Financeiras				
Taxa de Juros Técnico Atuarial	4,8% a.a.	4,6% a.a.	4,80% a.a.	
Crescimento Real Anual do Salário	Não aplicável			
Fator de Capacidade	0,98		Taxa média de 2,23% a.a. (IC95% de 1,24% a 3,22%)	Taxa média de 2,00% a.a. (IC95% de 1,96% a 2,14%)
	0,98			
Hipóteses Biométricas				
Tábua Mortalidade Geral/Sobrevivência	AT 2000 M&F		BR-EM Ssb-2015 M&F (D15%)	BR-EM Ssb-2015 M&F (D10%)
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT-49 M (A25%)	AT-49 M (A65%) e F (A75%)	WINKLEVOSS	RP 2000 DISABLED M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT MÉDIA (D65%)		Light Média (D35%)	Light Fraca (A25%)

Fonte: Mercer Human Resource Consulting Brasil Ltda

As hipóteses e premissas adotadas nas avaliações atuariais foram aprovadas por meio da Deliberação 01.03.DEL/2021-0021, de 14 de dezembro de 2021.

14.2 PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO

14.2.1 Equilíbrio Técnico e Natureza do Resultado

As provisões matemáticas foram apuradas por metodologia de cálculo atuarial, com base nas premissas estabelecidas pelos estudos de aderência e adequação das hipóteses atuariais elaborados no ano de 2021 e aprovadas pelo COD (Deliberação 01.03.DEL/2021-0021, de 14 de dezembro de 2021), e data-base de cadastro dos dados posicionados em outubro de 2021. Já as Provisões Matemáticas a Constituir pelo método de recorrência financeira.

Ao final do exercício, o plano apresentou déficit acumulado na ordem de R\$ 7.799.193 mil (R\$ 6.957.747 mil em 2020).

Composição das Provisões Matemáticas	2021	2020
Provisões Matemáticas	10.904.104	10.264.832
Benefícios Concedidos	13.938.314	12.179.170
Benefícios a Conceder	3.069.419	3.827.409
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-6.103.629	-5.741.747
(-) Déficit Equacionado	(6.103.629)	(5.741.747)
Equilíbrio Técnico Acumulado	-7.799.193	-6.957.747
(-) Déficit Técnico Acumulado	-7.799.193	-6.957.747

Fonte: Balancete Postalís

Elaborador: GCO - Gerência de Controladoria

Na Avaliação Atuarial de 2021, observa-se que o plano apresentou déficit técnico, o qual foi resultante de causas conjunturais e estruturais, sendo oriundo, sobretudo:

- do déficit existente em 2020;
- do não equacionamento obrigatório do déficit apurado nos exercícios de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020;
- dá não implantação do plano de equacionamento de 2015 pelo Instituto, com a posterior exclusão do valor referente a esse déficit da provisão a constituir quando da Avaliação de 2017, sendo agravado pela movimentação cadastral e pela perda atuarial do plano.

A situação deficitária do plano faz com que esse déficit seja atualizado para o ano seguinte pela meta atuarial, de modo que, para evitar que o déficit se avolume, ano a ano, se faz necessária uma superação, com margem relevante, da meta atuarial pela rentabilidade ou outro fator que acarrete um ganho atuarial.

No exercício, a meta atuarial do plano foi de 15,23%, composta pelo INPC de 10,16% mais taxa de juros de 4,60%, sendo que a rentabilidade alcançada no mesmo período foi de 6,83%, representando uma perda atuarial de 7,86%.

14.2.2 Ajuste de Precificação e Equilíbrio Técnico Ajustado

Segue a estratificação do ajuste de precificação:

Ano	Taxa de Apropriação % (a.a.)	VPL - Ativo em função da taxa atuarial 4,80% (a.a.)	Valor Contábil (sistema Venturo)	Ajuste Gerado
2022	5,49 a 6,71	314.153	312.090	2.062
2023	5,53	38.639	38.046	593
Total		352.792	350.137	2.655

Fonte: GRI - Gerência de Riscos de Investimentos e Sistema Venturo (Previc)

Após ajuste, o plano apresentou o seguinte equilíbrio técnico ajustado:

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2021	2020
a) Equilíbrio Técnico	-7.799.193	-6.957.747
b) (+/-) Ajuste de Precificação (a)	2.655	8.476
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	-7.796.537	-6.949.271

Fonte: Balancete Postalís e Sistema Venturo (Previc)

Elaborador: GCO - Gerência de Controladoria

Considerando a Duração do Passivo do exercício de 2021, de 14,18 anos, o limite de déficit para Avaliação Atuarial de 2021 é de R\$ 1.110.038 mil (10,18%) das Provisões Matemáticas.

Sendo o déficit apurado após o ajuste de precificação superior ao limite em R\$ 6.686.500 mil, haverá necessidade de equacionamento obrigatório de, no mínimo o valor da parcela que excedeu ao limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2022.

14.3 PLANO POSTALPREV

14.3.1 Equilíbrio Técnico e Natureza do Resultado

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos foram apuradas por metodologia de cálculo atuarial com base nas premissas estabelecidas pelos estudos de aderência e adequação das hipóteses atuariais elaborados no ano de 2021 e aprovadas pelo COD (Deliberação 01.03.DEL/2021-0021, de 14 de dezembro de 2021), e data-base de cadastro dos dados posicionados em outubro de 2021. As Provisões Matemáticas de Benefícios a conceder foram dimensionadas com base nas informações individuais dos Ativos, posicionados em dezembro de 2021.

Ao final do exercício, o plano apresentou superávit acumulado na ordem de R\$ 5.522 mil (R\$ 16.344 mil em 2020).

Composição das Provisões Matemáticas	2021	2020
Provisões Matemáticas	5.745.924	5.424.014
Benefícios Concedidos	817.439	599.362
Benefícios a Conceder	4.928.485	4.824.651
Equilíbrio Técnico	5.522	16.344
Superávit Técnico Acumulado	5.522	16.344
Reserva de Contingência	5.522	16.344

Fonte: Balancete Postalís

Elaborador: GCO - Gerência de Controladoria

Na Avaliação Atuarial de 2021, observa-se que o plano apresentou superávit técnico, o qual foi resultante de causas conjunturais, sendo oriundo principalmente das alterações cadastrais e das variações estatísticas em torno das premissas atuariais adotadas.

A redução do superávit se deve, principalmente, pelas mudanças cadastrais e pelo não alcance da meta atuarial do plano.

No exercício, a meta atuarial do plano foi de 15,45%, composta pelo INPC de 10,16% mais taxa de juros de 4,80%, sendo que a rentabilidade alcançada no mesmo período, apurada pela variação da cota patrimonial, foi de 10,11%, representando uma perda atuarial de 4,85%.

14.3.2 Ajuste de Precificação e Equilíbrio Técnico Ajustado

Segue a estratificação do ajuste de precificação:

Ano	Taxa de Apropriação % (a.a.)	VPL - Ativo em função da taxa atuarial 4,80% (a.a.)	Valor Contábil (sistema Venturo)	Ajuste Gerado
2022	5,49 a 6,71	54.099	53.790	309
2023	5,53	4.637	4.595	-42
2050	4,80 a 7,30	254.778	215.384	39.394
Total		313.514	273.769	39.745

Fonte: GRI - Gerência de Riscos de Investimentos e Sistema Venturo (Previc)

Após ajuste, o plano apresentou o seguinte equilíbrio técnico ajustado:

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2021	2020
a) Equilíbrio Técnico	5.522	16.344
b) (+/-) Ajuste de Precificação	39.745	45.079
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	45.268	61.423

Fonte: Balancete Postalís e Sistema Venturo (Previc)

Elaborador: GCO - Gerência de Controladoria

15. Fundos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Postalís apresentou as seguintes composições de fundos:

Descrição	Benefício Definido				PostalPrev			
	2021	Constituição	Reversão	2020	2021	Constituição	Reversão	2020
Fundos Previdenciais	0	0	0	0	676.343	108.416	-5.241	573.168
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (a)	0	0	0	0	649.875	106.371	-5.195	548.699
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial (b)	0	0	0	0	26.468	2.045	-46	24.470
Fundos Administrativos	27.422	1.771	(427)	26.078	193.328	11.743	-2.065	183.651
Fundos para Garantia das Op. com Participantes	3.345	2.945	(4.576)	4.976	20.582	3.857	-2.663	19.387
Total	30.767	0	0	31.054	890.253	0	0	776.206

Fonte: Balancete Postalís

Elaborador: GCO - Gerência de Controladoria

Notas:

(a) constituído com as contribuições específicas para cobertura dos benefícios de risco, acréscimo dos saldos remanescentes da conta de contribuições do patrocinador no caso de resgate e das reversões de saldos projetados não utilizados, no caso de aposentadoria por invalidez em que o participante retorne à atividade. Este fundo é destinado ao pagamento das despesas com auxílio-doença, pecúlio por morte e garantias mínimas de pensão por morte de participantes e aposentadoria por invalidez.

(b) constituído mensalmente pela provisão matemática de participantes e assistidos falecidos, cujo benefício de auxílio-doença ou de aposentadoria não se transformem em pensão; pela provisão matemática de pensionistas cuja pensão se extinga pela desabilitação de todos os beneficiários; e, quando determinado no plano de custeio, parcela das contribuições específicas destinadas a segurar o plano quanto ao esperado desagendamento da taxa de mortalidade. Além desses recursos, anualmente, o fundo previdencial será atualizado pelo mesmo índice de atualização da reserva de origem. O fundo será utilizado para auxiliar a não contaminação dos resultados do plano quando da insuficiência de cobertura das provisões geradas pelas perdas atuariais (hipóteses atuariais não realizadas).

16. Mutação do Patrimônio Social

Descri�o	Beneficio Definido		Postalprev		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Adi�es	856.666	1.053.718	457.165	826.249	1.313.831	1.879.966
Contribui�es Previdenciais	616.641	572.614	394.325	427.880	1.010.966	1.000.494
Patrocinadora	308.663	280.347	191.950	209.955	500.612	490.303
Normais	0	0	188.947	204.939	188.947	204.939
Assistidos	70.060	62.857	3.003	5.017	73.063	67.874
Extraordinárias	238.602	217.490	0	0	238.602	217.490
Participantes	297.368	280.757	201.725	217.186	499.092	497.942
Normais	0	0	197.851	214.401	197.851	214.401
Assistidos	70.571	62.849	3.224	2.785	73.794	65.634
Extraordinárias/Voluntária	226.797	217.908	650	0	227.447	217.908
Autopatrocinados	0	0	380	398	380	398
Demais Adi�es	10.610	11.510	270	341	10.881	11.851
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	240.025	481.104	62.840	398.369	302.866	879.473
Destina�es	-1.058.840	-957.031	-608.101	-178.789	-1.666.941	-1.135.820
Benefícios	-1.031.883	-869.669	-584.736	-152.983	-1.616.619	-1.022.652
Prest�o Continuada	-945.577	-839.866	-63.287	-55.293	-1.008.864	-895.159
Prest�o única (a)	-30.722	-19.312	-94.511	-9.754	-125.233	-29.066
Institutos (b)	-55.584	-10.374	-424.855	-50.259	-480.069	-60.633
Outras Dedu�es	0	-116	-2.452	-37.678	-2.452	-37.794
Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-17.253	-78.687	-397	-26	-17.650	-78.713
Cobertura do Custeio Administrativo	-9.704	-8.674	-22.969	-25.780	-32.672	-34.455
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	0	0	0	0	0	0
Acréscimos/Decréscimos	-202.174	96.687	-150.936	647.460	-353.110	744.147

Fonte: Balanço Postalís

Elaborador: GCO - Gerência de Controladoria

Notas:

(a) Destacam-se os benefícios de Tempo de Contribui o (normal) e Antecipada.

(b) O aumento dos institutos ocorreu em fun o dos pagamentos de resgates, em sua maior concentra o, e portabilidades decorrentes do plano de Desligamento Incentivado (PDI) de 2020, divulgado pelos Correios em dezembro de 2020. O maior volume de portabilidades foi destinada as Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC).

17. Transa o entre Partes Relacionadas

Em aten o ao CPC 05 (R1) – Partes Relacionadas – o Postalís considera como partes relacionadas: patrocinadoras, participantes, colaboradores, membros do Conselho Deliberativo (COD), Diretoria Executiva (DEX), Conselho Fiscal (COF) e Comitês de Auditoria (COA), Riscos de Investimentos (CRI) e Gestão e Desinvestimentos de Ativos (CGD).

Patrocinadora: o plano Benefício Definido det m em sua carteira de investimentos um Centro Operacional Logístico em Cajamar – SP locado   patrocinadora Correios. O montante recebido no exercício a título de aluguel corresponde a R\$ 28.199 mil (R\$ 24.913 mil em 2020).

As contribui es para previdência privada estão representadas na Demonstra o da Muta o do Patrimônio Social – Gestão Previdencial (Nota 16) e RTSA (Nota 12.1 e 13.2.2).

Participantes: correspondem aos empréstimos (opera es com participantes) concedidos aos empregados das patrocinadoras (Nota 8.3.8); e

Conselhos, Diretoria Executiva, Empregados e Comitês:

Em R\$		
Descrição	2021	2020
Colaboradores		
Menor Salário	2.141,98	2.141,98
Maior Salário	20.926,63	20.926,63
Salário Médio	6.747,85	6.927,22
Diretoria Executiva		
Presidente	40.632,85	40.632,85
Diretor	37.922,64	37.922,64
Conselhos		
Conselho Deliberativo	4.181,69	4.181,69
Conselho Fiscal	4.181,69	4.181,69
Comitê de Auditoria (COA)		
Coordenador	4.063,28	4.063,28
Membro	3.250,63	3.250,63
Comitê de Riscos de Investimentos (CRI)		
Coordenador	4.063,28	0,00
Membro	NA	NA
Comitê de Gestão e Desinvestimentos de Ativos (CGD)		
Coordenador	NA	NA
Membro	3.250,63	0,00

Fonte: GRH - Gerência de Recursos Humanos
Elaborador: GCO - Gerência de Controladoria

Notas:

(a) A remuneração mensal do presidente do Postalís é igual a de diretor da patrocinadora Correios e a remuneração mensal dos diretores de Investimentos e gestão previdencial corresponderá à 93,33% da remuneração do presidente do Postalís (DEC-COD/2019-0001).

(b) O honorário mensal dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal corresponde à 10% da remuneração média da Diretoria Executiva, calculada com base em 13 (treze) salários anuais.

(c) A remuneração mensal do coordenador do COA corresponde à 10% da remuneração do presidente do Postalís, sendo que a remuneração mensal dos membros corresponde a 8% da remuneração do presidente do Postalís.

(d) A remuneração mensal do coordenador (membro externo independente) de CRI corresponde à 10% da remuneração do presidente do Postalís.

(e) A remuneração mensal do membro (externo independente) do CGD corresponde à 8% da remuneração do presidente do Postalís.

18. Gestão Administrativa

Em 2021, o custeio administrativo foi de R\$ 77.408 mil, sendo R\$ 32.672 mil (R\$ 34.455 mil em 2020) previdencial e R\$ 44.736 mil (R\$ 33.594 mil em 2020) de investimentos.

O rateio das despesas administrativas segue critérios preestabelecidos, sendo de 31,40% para previdencial e 68,60% para investimentos, cuja revisão é realizada anualmente pela Administração. A distribuição entre planos de benefícios observa número de participantes e ativo de investimentos respectivamente.

Os recursos originados dos planos de benefícios para o custeio da Gestão Administrativa alcançaram 0,7959% (0,6858% em 2020) a título de Taxa de Administração e 2,9460% (3,2010% em 2020) de Carregamento, dentro dos limites estabelecidos pela Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

Composição das Despesas Administrativas	2021	2020
Despesas Administrativas	65.213	57.617
Pessoal e Encargos	42.705	40.257
Conselheiros	627	533
Dirigentes	2.341	1.722
Pessoal Próprio	39.341	37.819
Comitê de Auditoria	155	0
Demais Despesas com Pessoal	242	183
Treinamento/Congressos e Seminários (a)	290	92
Viagens e Estadias	17	29
Serviços de Terceiros	10.838	6.850
Serviços Atuariais (b)	307	196
Serviços Contábeis (c)	21	0
Serviços Jurídicos (d)	1.444	770
Recursos Humanos (e)	105	0
Tecnologia da Informação (f)	4.892	2.776
Serviços de Gestão/Planejamento Estratégico	1.060	1.111
Auditoria Contábil	93	88
Auditoria Atuarial/Benefícios (g)	44	0
Serviços e Consultoria dos Investimentos (h)	606	216
Serviços de Conservação e Manutenção	393	427
Outros Serviços de Terceiros	1.873	1.267
Despesas Gerais	4.317	3.894
Custas Judiciais (i)	610	279
Energia Elétrica/Água e Esgoto	220	214
Associações de Classe	115	141
Seguros Administrativos	3	0
Assinaturas de Periódicos	22	25
Materiais de Consumo	99	102
Encargos Diversos	354	437
Despesas Bancárias	1.037	934
Aluguel do Edifícios Sede	1.511	1.443
Outras Despesas Gerais	346	319
Depreciações e Amortizações (j)	1.598	1.405
Tributos	5.446	5.041
TAFIC	840	841
PIS e COFINS	4.508	4.089
Outros Impostos	98	112
Outras Despesas	1	49
Multas Administrativas	1	47
Juros Administrativos	0	2

Fonte: Balancete Contábil

Elaborador: GCO - Gerência de Controladoria

Notas:

- (a) Destacam-se os cursos in company, de alta performance (gestores) e direcionados para conselheiros
- (b) Estudos técnicos voltados para a estratégia previdencial.
- (c) Assistente técnico pericial sobre os impairments realizados pela Entidade em 2017.
- (d) Aumento no número de processos
- (e) Com a implantação da Instrução Previc 31/2020, abertura de serviços de terceiros decorrentes de Recursos Humanos
- (f) Licenciamento e customização dos software do instituto.
- (g) Auditoria Atuarial com foco no exercício de 2020 e de Benefícios referentes aos exercícios de 2019 e 2020
- (h) Contratação de consultoria, empresa FALCON CONSULTORES, para revisão do processo das carteiras de empréstimos.
- (i) Aumento nos reembolsos de custas processuais e judiciais em função do aumento de processos
- (j) Parcela correspondente ao estoque e desenvolvimento de softwares.

Em 2021, o PGA registrou R\$ 65.213 mil (R\$ 57.616 mil em 2020) de Despesas Administrativas, sendo R\$ 20.477 mil de natureza previdencial e R\$ 44.736 mil de investimentos (R\$ 24.022 mil previdencial e R\$ 33.594 mil investimentos).

As despesas administrativas de investimentos são ressarcidas integralmente pelo custeio de investimentos.

19. Ajustes de Consolidação

Conforme artigo 27 da Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, a consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes é registrada em balancete auxiliar, por meio de ajustes e eliminações dos registros que apresentam reflexos em duplicidade.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são: “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA” conforme demonstrado abaixo:

Ativo	Benefício Definido	Postalprev	PGA	Ajustes Eliminações	Balanco Patrimonial
Disponível	390	1.070	187	0	1.647
Gestão Previdencial	94.779	1.168	0	-1.562	94.395
Gestão Administrativa	27.422	193.328	78.132	-229.971	68.912
Investimentos	3.141.675	6.699.973	208.290	0	9.949.937
Permanente	0	0	6.280	0	6.280
Total	3.264.266	6.795.539	292.889	(231.523)	10.121.172

Passivo	Benefício Definido	Postalprev	PGA	Ajustes Eliminações	Balanco Patrimonial
Gestão Previdencial	102.440	149.478	0	-5.210	246.708
Gestão Administrativa	0	0	12.761	-387	12.374
Investimentos	4.724	4.345	1	-5.175	3.895
Exigível Contingencial	21.424	16	59.376	0	80.817
Patrim. Cobertura do Plano	3.104.911	5.751.446	0	0	8.856.358
Fundos	30.767	890.253	220.751	-220.751	921.020
Total	3.264.266	6.795.539	292.889	(231.523)	10.121.172

Fonte: Balancete Postalís
Elaborador: GCO - Gerência de Controladoria

20. Fatos Relevantes

20.1 TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) E ESTRATÉGIA PREVIDENCIÁRIA

Em 20 de fevereiro de 2020, foi publicado por meio do Diário Oficial da União (DOU) o extrato do TAC, com o objetivo de solucionar o desequilíbrio apresentado pelo plano de Benefício Definido através de um plano de equacionamento de déficit e elaborar estudos técnicos, para possível estabelecimento de adequada estratégia previdenciária, por meio da oferta de opção pela migração das reservas matemáticas individuais dos participantes, assistidos e pensionistas, líquidas de sua respectiva parcela do déficit, para plano estruturado na modalidade de contribuição definida (CD).

Em abril de 2020, o Postalís aprovou uma proposta de estratégia previdencial, com foco na oferta de migração facultativa do BD para um novo plano de contribuição definida (CD), que foi endereçada aos Correios para análise. O assunto foi objeto de discussão e esclarecimentos nos meses subsequentes com representantes do patrocinador Correios e dos participantes.

Em outubro de 2020, a pedido dos participantes do plano, o Postalís constituiu um Grupo de Trabalho (GT) com representantes das Associações dos Participantes para discutir possíveis soluções ao problema do PBD, tendo ocorrido reuniões quinzenais para discussão e apresentação de diversos temas, tais como situação atual do plano, RTSA, Precificação de Ativos, Cronograma do TAC e a Estratégia Previdencial Proposta.

Os trabalhos desse GT resultaram no aprofundamento de alternativas de soluções, como o equacionamento de déficit com redução de benefícios a conceder, visando uma nova versão da proposta de estratégia previdencial, com base nas discussões com representantes do patrocinador, Participantes e Previc.

A solução para o equacionamento do déficit do PBD foi deliberada pela DEX em reunião ocorrida no dia 17 de maio de 2021, e pelo Conselho Deliberativo (COD), em sua reunião realizada no dia 16 de julho de 2021, data de envio da documentação ao patrocinador, a fim de que o tema fosse apreciado e aprovado pelos Correios e, em sequência, pelos órgãos governamentais SEST e Previc.

Em síntese, a solução prevê a redução de benefícios a conceder de Pensão por Morte e a exclusão de benefícios a conceder de Pecúlio por Morte e a alteração do regulamento do plano PBD para tais ajustes nos níveis dos benefícios.

O Postalís, no tempo decorrido entre o envio da proposta de equacionamento do déficit do PBD até o presente momento, atuou junto ao Patrocinador para o cumprimento do cronograma traçado pelo TAC, assinado por Correios, Postalís e Previc, para a solução do déficit existente no PBD.

O Instituto mantém a equipe técnica e diretiva da Previc tempestivamente informada sobre o andamento do TAC e a situação em que se encontra o processo de aprovação da solução para o equacionamento do déficit do PBD.

Em ofício, os Correios comunicaram o Postalís que o Plano de Equacionamento do Déficit de 2020 foi aprovado pela Diretoria Executiva na 29ª Reunião Ordinária, ocorrida em 8 de agosto de 2021, e pelo Conselho de Administração na 12ª Reunião Ordinária, no dia 15 de dezembro de 2021.

Destacou ainda o encaminhamento da matéria ao Ministério das Comunicações (órgão supervisor) e posterior direcionamento para análise e aprovação pela SEST das propostas de plano de equacionamento de déficit e de alteração regulamentar do Plano de Benefício Definido (PBD) do Postalís.

Para a implantação dessa estratégia, o patrocinador deve firmar contrato específico de financiamento de dívida com o Postalís relativo à sua parcela do déficit no plano. O prazo para aplicação do plano de equacionamento do déficit do plano BD é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de publicação do extrato do TAC no DOU, ocorrida em 20 de fevereiro de 2020, podendo ser prorrogado, nos termos previstos no próprio instrumento.

Considerando que em 20 de fevereiro de 2022 findou o prazo do referido TAC, a presidência do Postalís encaminhou à Previc, em 21 do corrente mês, o Ofício 08.09.OF/2022-0016, no qual deu ciência do status do processo de análise e aprovação da SEST e requereu a prorrogação do prazo para fins de cabal conclusão da 1ª fase da estratégia previdencial, que consiste na implantação de um plano de equacionamento de déficit (PED) com redução de benefícios a conceder. A Entidade aguarda retorno do órgão de fiscalização acerca do pedido de prorrogação e a aprovação do patrocinador, SEST e Previc para a implantação da estratégia previdencial para solucionar o déficit do BPD.

21. Eventos Subsequentes

21.1 FIP ENERGIA PCH

Em 15 de outubro de 2021, o FIP PCH assinou o contrato de venda das investidas para a BFE Participações Ltda., uma empresa do grupo Bom Futuro. Em razão da assinatura o FIP recebeu 10% do valor da operação no presente ato. O encerramento da operação de desinvestimento foi concluído em 24 de janeiro de 2022 com o recebimento do restante do valor.

Os recursos ficaram retidos no fundo para que este mensurasse o custo de manutenção da estrutura do FIP, para a finalização de suas atividades. Sua liquidação ficou prevista para o final do exercício de 2022.

Dessa forma, o recurso dessa operação foi totalmente amortizado pelo Fundo ao Postalís em 8 de fevereiro de 2022, no montante de R\$ 246.644 mil. Adicionalmente o desinvestimento do ativo foi negociado em valor próximo e ligeiramente superior ao que a Administração mensurou e registrou no exercício de 2020.

21.2 FUNDO EXCLUSIVOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA VARIÁVEL NO EXTERIOR

No final de janeiro de 2022, o Postalís concluiu a constituição de dois fundos exclusivos para investimento em renda variável no exterior, quais sejam, Hawk fundo de investimento multimercado investimento no exterior e Postalís Eagle Equities fundo de investimento multimercado investimento no exterior e realizou até o início de março de 2022, aportes no montante de R\$ 138 mil em cada fundo. Os investimentos foram realizados conforme previsão das Políticas de Investimentos vigentes em 2022.

PAULO HUMBERTO CESAR DE OLIVEIRA

PRESIDENTE

CPF: 499.024.907-00

PEDRO ANTÔNIO ESTRELLA PEDROSA

DIRETOR DE INVESTIMENTOS

CPF: 090.723.157-82

CARLOS ALBERTO ZACHERT

DIRETOR DE GESTÃO PREVIDENCIAL

CPF: 445.561.520-20

RENATA BORGES RIBEIRO DE SOUZA

CONTADORA CRC-DF 019741/O-5

CPF: 782.565.771-34

Parecer Atuarial

Plano BD

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, o Postalís apresenta o Parecer Técnico-Atuarial elaborado pela MERCER para o Plano de Benefício Definido – PBD, administrado e executado pelo POSTALIS – Instituto de Previdência Complementar e tendo como patrocinadoras a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o próprio POSTALIS, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2021, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração dos custos dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio.

[Clique e acesse](#)

Plano Postalprev

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, o Postalís apresenta o Parecer Técnico-Atuarial elaborado pela MERCER para o Plano POSTALPREV, administrado e executado pelo POSTALIS – Instituto de Previdência Complementar e tendo como patrocinadoras a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o próprio POSTALIS, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2021, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração dos custos dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio.

[Clique e acesse](#)

Relatório do Auditor Independente

Plano BD

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, o Postalís apresenta o Relatório do Auditor Independente elaborado pela MOORE VR Auditores & Consultores para o Plano de Benefício Definido – PBD, administrado e executado pelo POSTALIS – Instituto de Previdência Complementar e tendo como patrocinadoras a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o próprio POSTALIS, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2021, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração dos custos dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio.

[Clique e acesse](#)

Plano Postalprev

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, o Postalís apresenta o Relatório do Auditor Independente elaborado pela MOORE VR Auditores & Consultores para o Plano POSTALPREV, administrado e executado pelo POSTALIS – Instituto de Previdência Complementar e tendo como patrocinadoras a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o próprio POSTALIS, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2021, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração dos custos dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio.

[Clique e acesse](#)

Parecer dos Conselhos

Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL DO POSTALIS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO DE 2021

O Conselho Fiscal do Postalís Instituto de Previdência Complementar, em atendimento ao previsto no art. 18, inciso II, do Estatuto Social do Postalís, consoante ao que estabelece o art. 17, letra “j)”, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 29, de 13 de abril de 2018, verificou as Demonstrações Contábeis da Entidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que compreendem Balanço Patrimonial dos Planos, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado e Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis, consubstanciados pelos Pareceres Atuariais emitidos pela Consultoria Actuarial Mercer – responsável técnica atuarial pelos planos de benefícios administrados pelo Instituto -, pelo Relatório emitido pela Auditoria Independente MOORE VR Auditores & Consultores SS, bem como pelo Parecer emitido pelo Comitê de Auditoria do Postalís. Diante das apresentações e análises efetuadas, bem como que os documentos examinados, principalmente o Relatório da Auditoria Independente e o Parecer do Comitê de Auditoria do Postalís não cont m ressalvas, abstenções ou opiniões contrárias, este Conselho Fiscal conclui que as referidas Demonstrações refletem efetivamente a situação patrimonial e financeira de seus Planos de Benefícios, recomendando-as, por maioria, com voto contrário do conselheiro An zio Rodrigues para o Plano PBD Saldado, justificado em ata,   aprovação pelo Conselho Deliberativo do Postalís.

Brasília/DF, 18 de març o de 2022.

Fábio Geraldo Oliveira Conde
Presidente / Conselheiro Eleito

An zio Rodrigues
Conselheiro Eleito

Mozart Gomes Ferraz
Conselheiro Indicado

Clarice de Sousa C. de Moura Alves
Conselheira Indicada

Parecer do Conselho Deliberativo

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO DE 2021

O Conselho Deliberativo do Postalís Instituto de Previdência Complementar, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso V, de seu Regimento Interno, e o art. 15, inciso V, do Estatuto Social do Postalís, registra que examinou as Demonstrações Contábeis da Entidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas pela Diretoria Executiva da Entidade, composta dos seguintes documentos: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS); Demonstração do Ativo Líquido (DAL); Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL); Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA); Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT); e Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis, consubstanciadas nos Pareceres Atuariais dos planos de benefícios emitidos pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. – responsável técnica atuarial pelos planos de benefícios administrados pelo Instituto -, no Relatório emitido pela Auditoria Independente MOORE VR Auditores & Consultores SS, no Parecer emitido pelo Comitê de Auditoria, bem como no Parecer emitido pelo Conselho Fiscal do Postalís. Com fundamento na análise da documenta o referenciada – que não apresenta nenhum tipo de abstenção e de ressalva -, nas atividades administrativas – que obedeceram aos dispositivos estatutários e a legisla o aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) -, bem como que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situa o patrimonial e financeira do Postalís, observando os requisitos de fidedignidade, transparência e clareza das informa es prestadas, o Conselho Deliberativo APROVA, por maioria, as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas da Administra o relativas ao exercício de 2021.

Brasília/DF, 22 de março de 2022.

Rogério
Presidente / Conselheiro

Boueri

Miranda

André de Castro Silva
Conselheiro

Caio Flávio Felix de Oliveira
Conselheiro

Edgard de Aguiar Cordeiro
Conselheiro

Georges Louis Hage Humbert
Conselheiro

Marcos A. Sant’ guida do Nascimento
Conselheiro

Expediente

POSTALIS – Instituto de Previdência Complementar

DIRETORIA-EXECUTIVA

Presidente – Paulo Humberto Cesar de Oliveira

Diretor de Investimentos – Pedro Antônio Estrella Pedrosa

Diretor de Gestão Previdencial – Carlos Alberto Zachert

CONSELHO DELIBERATIVO

Celso José Tiago – Presidente (Até 31/03/2021)

Presidente – Rogério Boueri Miranda (A partir de 10/06/2021)

Membro – Georges Louis Hage Humbert – Presidente Interino (De 31/03 a 09/06/2021)

Membro – Heglehyschynon Valério Marçal (Até 31/03/2021)

Membro – André de Castro Silva (A partir de 10/06/2021)

Membro – Edgard de Aguiar Cordeiro

Membro – Caio Flávio Félix de Oliveira

Membro – Marcos Antonio Sant’aguida do Nascimento

CONSELHO FISCAL

Presidente – Mozart Gomes Ferraz

Membro – Clarice de Souza Coutinho

Membro – Fábio Geraldo De Oliveira (Presidente a partir de 12/01/2021)

Membro – Anézio Rodrigues

RAI 2021 – Relatório Anual de informações

Edição: Leonardo Dias

Design Gráfico: Daniel Oliveira

REDAÇÃO

ASC e áreas responsáveis pelos conteúdos

REVISÃO

ASC e áreas responsáveis pelos conteúdos

ASC – Assessoria de Comunicação

E-mail: ass.comunicacao@postalis.com.br

POSTALIS

DIRETORIA-EXECUTIVA

PRESIDENTE

PAULO HUMBERTO CESAR DE OLIVEIRA

DIRETOR DE INVESTIMENTOS

PEDRO ANTÔNIO ESTRELLA PEDROSA

DIRETOR DE GESTÃO PREVIDENCIAL

CARLOS ALBERTO ZACHERT

**GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO
E RELACIONAMENTO**

WWW.POSTALIS.ORG.BR